



PROFHISTÓRIA

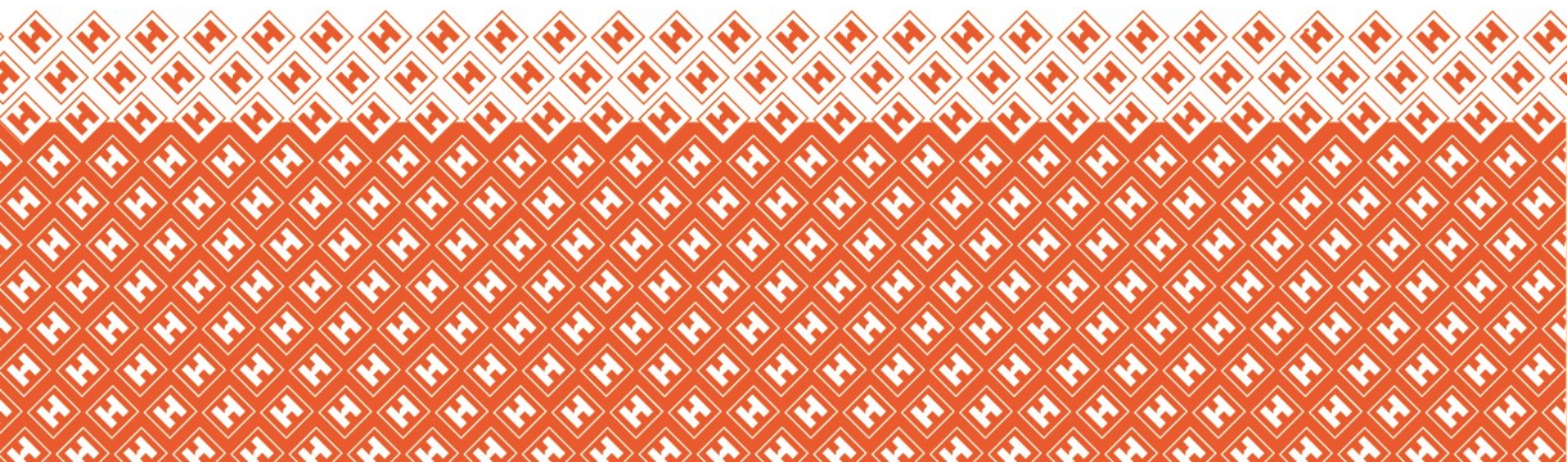
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

GELSSI MARLI MÜLLER FERREIRA

**A HISTÓRIA DO HAITI E SUA
RELAÇÃO COM O BRASIL:
PROPOSTA DE UMA SEQUÊNCIA
DIDÁTICA**

Universidade Estadual do Paraná – Unespar

2024



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
NÍVEL DE MESTRADO PROFISSIONAL – PROFHISTÓRIA**

GELSSI MARLI MULLER FERREIRA

A HISTÓRIA DO HAITI E SUA RELAÇÃO COM O BRASIL: PROPOSTA DE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA

**CAMPO MOURÃO – PR
2024**

GELSSI MARLI MÜLLER FERREIRA

**A HISTÓRIA DO HAITI E SUA RELAÇÃO COM O BRASIL:
PROPOSTA DE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, nível de Mestrado Profissional, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Ensino de História
Orientador: Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva

**CAMPO MOURÃO – PR
2024**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Ferreira, Gelssi Marli Müller

A História do Haiti e sua relação com o Brasil:
proposta de uma sequência didática. / Gelssi Marli
Müller Ferreira. -- Campo Mourão-PR, 2024.
168 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
Mestrado Profissional em Ensino de História) --
Universidade Estadual do Paraná, 2024.

1. Ensino de História. 2. Haiti. 3. Revolução
haitiana. 4. História do Haiti. 5. Haiti e sua
relação com o Brasil. I - Silva, Prof. Dr. Ricardo
Tadeu Caires (orient). II - Título.

GELSSI MARLI MÜLLER FERREIRA

**A HISTÓRIA DO HAITI E SUA RELAÇÃO COM O BRASIL: PROPOSTA DE UMA
SEQUÊNCIA DIDÁTICA**

BANCA EXAMINADORA

Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva (Orientador) – Unespar, Paranavaí, Pr

Dra. Eulália Maria A. de Moraes (Convidado) – Unespar, Paranavaí, Pr

Dr. Prof. Dr. Otávio Ribeiro Chaves (convidado) – (UNEMAT).

Dr.^a Conceição Solange Bution Perin (Suplente) – (UEM).

24/05/2024

Campo Mourão – PR

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos Stephanie e William, que me motivam a continuar nessa linda jornada da vida.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais (em memória), que foram meu alicerce e ao longo da minha vida serviram de exemplo de coragem, trabalho, dedicação aos seus objetivos, honestidade e proteção. Também por terem me permitido estudar em um período que poucos tinham essa possibilidade.

À minha família pela paciência, incentivo, apoio e colaboração: ao meu esposo Emerson, minha filha Stephanie e meu filho William. Amo vocês.

À todos os professores do mestrado ProfHistória de Campo Mourão pela competência e dedicação ao Ensino.

Ao meu orientador Prof. Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva pela orientação didática, incentivo, apoio e auxílio ao longo do mestrado e em especial nas orientações da dissertação.

Aos professores que compuseram a banca examinadora: Dra. Eulália Maria A. de Moraes e Prof. Dr. Otávio Ribeiro Chaves, por terem investido tempo na leitura do texto e pelas importantes contribuições dispensadas ao mesmo.

Aos secretários responsáveis pela secretaria acadêmica, Pedro e Adriana, pela dedicação, competência, acolhimento e pronto atendimento em todos os momentos.

Aos meus colegas de turma do mestrado profHistória 2022, – Adriana, André, Ellen, Fábio, Flávia, Francisco, Ilda, Mariele e Tiago. Cada um de vocês deixou uma marca especial em minha vida. Obrigada pela parceria nas viagens para as aulas, na troca de ideias, parceria nas acomodações e pelas conversas descontraídas, pelas risadas e desabafos.

À Universidade UNESPAR, pela oportunidade.

À Fundação CAPES, pela bolsa recebida durante o mestrado.

Aos meus alunos que me ensinaram muito ao longo dos anos.

“A razão e a educação hão de espalhar-se por nosso solo regenerado; outrora esmagado sob o jugo da escravidão, que era tão odiosa quanto degradante, o homem se elevará nas asas da liberdade”.

Toussaint Louverture

“A experiência de ser negro num mundo branco é algo intransferível”.

Abdias do Nascimento

RESUMO

FERREIRA, Gelssi Marli Müller. **A História do Haiti e sua relação com o Brasil: proposta de uma sequência didática.** 167f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – Mestrado Profissional. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2024.

Este trabalho teve por objetivo a elaboração de uma sequência didática acerca da História do Haiti, enfatizando a relação histórica deste país com o Brasil. Para a construção desta proposta, mapeamos as principais abordagens acerca da história haitiana nos livros didáticos do ensino fundamental e médio adotados nas escolas brasileiras. Em seguida, e em consonância com as recentes abordagens historiográficas sobre o tema, elaboramos o material didático, privilegiando o aprofundamento de dois momentos históricos desta relação: sendo o primeiro deles a Revolução haitiana de 1794; e o segundo a imigração de cidadãos haitianos para o Brasil no século XXI, fenômeno este ainda em curso. Conforme demonstrado em vários estudos, a Revolução de 1794 repercutiu em todo o continente americano e ressoou em terras brasileiras, gerando fortes temores de que tal exemplo motivasse os escravos a se revoltarem contra o sistema escravista. Mais recentemente, constata-se que o fenômeno migratório de cidadãos haitianos para o Brasil tem impactado diversas regiões do nosso país, sendo o Estado do Paraná uma delas. Compreender as causas e a dinâmica desse processo é algo que consideramos fundamental, pois a escola pública brasileira tem acolhido, ainda que precariamente, centenas de estudantes haitianos. Acreditamos que a construção da referida sequência didática pode se constituir numa importante estratégia de trabalho para os docentes que diariamente lecionam em escolas onde a presença de imigrantes é marcante, auxiliando no combate ao preconceito, ao racismo e à xenofobia.

Palavras chave: Haiti. Ensino de História. Imigração. Revolução. Xenofobia.

ABSTRACT

FERREIRA, Gelssi Marli Müller. **The History of Haiti and its relationship with Brazil: proposal for a didactic sequence.** 167p. Dissertation. Postgraduate Program in History Teaching – Professional Master’s Degree. State University of Paraná, Campo Mourão Campus. Campo Mourão, year 2024.

This work aims to develop a didactic sequence about the History of Haiti, emphasizing the historical relationship between this country and Brazil. To construct this proposal, we mapped the main approaches to Haitian history in elementary and high school textbooks adopted in Brazilian schools. Next, in line with recent historiographical approaches to the topic, we created teaching material, focusing on delving into two historical moments of this relationship; the first being the Haitian Revolution of 1794 and the second the immigration of Haitian citizens to Brazil in the 21st century, a phenomenon that is still ongoing. As demonstrated in several studies, the Revolution of 1794 had repercussions throughout the American continent and resonated in Brazilian lands, generating strong fears that such an example would motivate slaves to revolt against the slavery system. More recently, it appears that the migratory phenomenon of Haitian citizens to Brazil has impacted several regions of our country, the State of Paraná being one of them. Understanding the causes and dynamics of this process is something that we consider fundamental, as Brazilian public schools have welcomed, albeit precariously, hundreds of Haitian students. We believe that the construction of the aforementioned didactic sequence can constitute an important work strategy for teachers who teach daily in schools where the presence of immigrants is significant, helping to combat prejudice, racism and xenophobia.

Keywords: Haiti. Teaching History. Immigration. Revolution. Xenophobia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 - Mapa da América Central
- Figura 2 - Mapa das rotas de suas Viagens de Cristóvão Colombo
- Figura 3 - Mapa do Tráfico africano
- Figura 4 - Mapa da produção haitiana
- Figura 5 - Mapa da Ilha denominada Hispaniola - Haiti e República Dominicana
- Figura 6 - Quadro de Johann Moritz Rugendas - navio negreiro
- Figura 7 - Obra de Nicole Jean-Louis - The Code Noir Or The Black Code Canvas Print
- Figura 8 - Obra de Nicole Jean-Louis - Bwa Kayiman Haiti (1791)
- Figura 9 - Retrato de autoria de Denis Volozan - Toussaint Louverture
- Figura 10 - A morte de Toussaint
- Figura 11 - Capa do Livro “História: Sociedade & Cidadania” - Alfredo Boulos
- Figura 12 - Sumário do livro “História: Sociedade & Cidadania”
- Figura 13 - Sumário do livro “História: Sociedade & Cidadania”
- Figura 14 - Início do capítulo 7 do livro “História: Sociedade & Cidadania
- Figura 15 - Fotografia da escultura “Mão”, criada pelo arquiteto Oscar Niemeyer
- Figura 15 - Obra de Jean-François Pourvoyeur - Revolta Negra
- Figura 16 - Toussaint Louverture - Livro “História: Sociedade & Cidadania
- Figura 17 - Localização geográfica do Haiti - Livro “História: Sociedade & Cidadania
- Figura 18 - Atividade proposta no livro “História: Sociedade & Cidadania
- Figura 19 - Retrato do líder revolucionário Toussaint Louverture
- Figura 20 - Capa da história em quadrinhos: *A revolução que deu origem ao Haiti*
- Figura 21 - Romance *Bug-Jargal* - Foto divulgação/internet
- Figura 22 - Romance *O reino deste mundo* - Foto divulgação/internet
- Figura 23 - Mapa Mundi destacando o Haiti
- Figura 24 - Cartaz do filme *Queimada* - Foto divulgação/internet
- Figura 25 - Minissérie Toussaint Louverture - Fonte: Divulgação/internet
- Figura 26 - 1804: *A História Oculta do Haiti* - Imagem divulgação/internet
- Figura 27 - Fotografia - Família de migrantes haitianos. Divulgação internet
- Figura 28 - *Travessia Brasil-Haiti* - Cartaz divulgação/internet
- Figura 29 - Cena de *Terremoto* - Foto divulgação/internet

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 – População de São Domingos (final do século XVIII)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPUH	Associação Nacional de História
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Caricom	Comunidade do Caribe
CEP	Conselho Eleitoral Provisório
CNG	Conselho Nacional de Governo
COLTED	Comissão do Livro Técnico e Didático
EUA	Estados Unidos da América
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante
FENAME	Fundação Nacional de Material Escolar
FNC	Frente Nacional de Concertação
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FMI	Fundo Monetário Internacional
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MEC	Ministério da Educação
MIDH	Movimento pela Instauração da Democracia no Haiti
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
MOP	Movimento Operário Camponês
NRE	Núcleo Regional de Educação
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONGs	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPL	Organização Política Lavalas
PAIN	Partido Agrícola e Industrial Nacional
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDCH	Partido Democrata-Cristão do Haiti
PLIDEF	Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental
PN	Partido Nacional
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PUN	Partido Unificado Nacional
RDNP	Coalizão de Democratas Nacionais Progressistas (sigla em francês)

Saeb
UNESPAR

Sistema de Avaliação da Educação Básica
Universidade Estadual do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1: A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO HAITI.....	24
1.1. Território e sua composição humana.....	24
1.2. Formação da população haitiana.....	29
1.3. Revolução Francesa e seus impactos no Haiti.....	38
1.4. O campesinato e sua resistência	55
1.4. O Haiti no século XX: a invasão do EUA.....	62
1.5. Haiti: anos 1990 – 2020	78
1.6. Haiti: o terremoto de 2010	88
CAPÍTULO 2: O HAITI E SUA RELAÇÃO COM O BRASIL	90
2.1. O medo da haitianização do Brasil colonial.....	92
2.2. O medo dos haitianos: a xenofobia no Brasil contemporâneo	102
2.3. Emiliano Mundurucu e a Revolução Haitiana	113
CAPÍTULO 3: CAMINHOS E ESTRATÉGIAS PARA O ENSINO DA HISTÓRIA DO HAITI E SUA RELAÇÃO COM O BRASIL	118
3.1. A história do Haiti nos livros didáticos: breve análise.....	118
3.2. Livro didático: A história do Haiti no Brasil contemporâneo	122
3.2.1 Atividades	135
3.2.2 Avaliação.....	137
3.3. O uso de fontes históricas e o ensino da História do Haiti.....	138
3.3.1. A noção de fonte histórica.....	138
3.3.2. Utilizando as fontes em sala de aula	139
3.3.3. O uso do documento escrito: leis, cartas, ofícios, etc.....	140
3.3.4. O uso de imagens	141
3.3.5. O uso de Quadrinhos.....	142
3.3.6. O uso da literatura	144
3.3.7. O uso de mapas	149
3.3.8. O uso de filmes e documentários	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
REFERÊNCIAS	163

INTRODUÇÃO

A ideia de estudar a História do Haiti e sua relação com o Brasil nasceu a partir da observação cotidiana da minha prática docente no Colégio Estadual Padre Carmelo Perrone, na cidade de Cascavel – PR, onde atuo como professora de Filosofia desde o ano de 2006 e professora de História a partir de 2021.

O contato constante com alunos haitianos gerou em mim um sentimento de angústia frente às situações vivenciadas com as quais nos deparamos nas escolas, quando nos confrontamos com situações que inicialmente não damos conta em função de nossas limitações de formação. Para além da constatação das dificuldades desses alunos com a língua portuguesa, identifiquei por meio de conversas com os alunos e pela observação cotidiana o sofrimento advindo com o preconceito e a xenofobia que estes são vítimas. Tudo isso, levou-me a decidir estudar mais sobre esse povo, sua cultura, sua história e, a partir desse conhecimento, construir um material de apoio aos professores para que estes possam também contribuir para o enfrentamento destas questões, que julgo serem tão relevantes em nossa sociedade.

Cabe destacar que a imigração haitiana para o Brasil se intensificou a partir de 2010, quando um forte terremoto devastou este pequeno país caribenho. De acordo com dados da Polícia Federal, entre 2010 e 2017 aproximadamente 93 mil haitianos cruzaram as fronteiras brasileiras em busca de melhores condições de vida. Embora se possa constatar a presença de haitianos em diversos estados brasileiros, a maioria destes imigrantes se fixou na região sul, em especial nos estados de Santa Catarina e Paraná.

De acordo com matéria publicada no jornal *El País*, “embora a instabilidade seja recorrente no Haiti - o país mais pobre do Hemisfério Ocidental - o êxodo tem um estopim claro: o devastador terremoto de 12 de janeiro de 2010. Desde então, haitianos vêm emigrando para a América do Sul, em especial para o Brasil...”¹ Ainda de acordo com o jornal, naquele contexto o Brasil necessitava de mão de obra para construir as infraestruturas da Copa do Mundo do Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016. Assim, até agosto de 2020, eram mais de 143.000 imigrantes, que chegaram ao país principalmente pelos Estados do Acre e Amazonas. A maioria desses imigrantes obteve residência permanente no país por razões humanitárias, transformando-se na maior comunidade de imigrantes e refugiados

¹ brasil.elpais.com/internacional/2021-08-10 Acesso em 30/07/2023.

no século XXI. Os haitianos só foram ultrapassados no primeiro posto em 2018, pelos venezuelanos.

Contudo, durante o período da pandemia de COVID-19 (2020-2021), de acordo com dados do Departamento de Imigração do Ministério da Justiça do Brasil, houve uma redução de 40% no número de imigrantes quando comparado com o ano de 2019, “pois sem oportunidades de trabalho e diante de economias paradas, muitos tentaram se mudar para outros países, derrubando o número de pedidos de residência e refúgio”.²

Nesse contexto migratório, segundo o relatório do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) de 2023, entre os anos de 2011 a 2022 o Brasil recebeu 173.385 haitianos, sendo 46.264 mulheres e 127.121 homens. Em relação à distribuição dos haitianos, merece destaque São Paulo, Paraná e Santa Catarina. O estado de São Paulo registrou um aumento significativo, com 1 haitiano inscrito em 2012, contrastando com 15.283 em 2022. Paraná e Santa Catarina também tiveram aumentos consideráveis. O Paraná passou de 0 inscritos em 2012 para 11.257 e Santa Catarina de 0 inscritos para 11.040 em 2022. O observatório também aponta um aumento considerável no número de haitianos cadastrados em Minas Gerais e Rio Grande do Sul, refletindo uma dispersão da presença dessa comunidade em diferentes partes do Brasil. O crescimento do volume de imigrantes haitianos se intensificou a partir de 2013, quando a região era responsável por 14,0% do total de trabalhadores imigrantes no Brasil, chegando a 38,8% em 2020, mas caindo nos dois anos seguintes, até atingir 21,2% em 2022.

Ainda de acordo com o relatório, o município de Cascavel, localizado no oeste do estado do Paraná, possui 21.821 imigrantes no mercado de trabalho formal. Esse contingente é formado por imigrantes de diferentes nacionalidades, entre elas, haitianos. [Perceber que esse dado está dissonante do dado que você informa logo abaixo (Cascavel (3.836)). Ou você supprime essa parte ou refaz a redação, de modo a dar coerência aos dados!].

No estado do Paraná foi registrada a presença de 22.931 haitianos no período de 2010-2020 (SISMIGRA, 2020), e segundo o estudo realizado por Lineker Alan Gabriel Nunes e Ideni Terezinha Antonello (2021)³, “os municípios com maior número de registros de imigrantes haitianos são Curitiba (6.158), Cascavel (3.836), Pinhais (1.669), Maringá (1.529) e Pato Branco (1.179)”. Esses fluxos migratórios no Paraná, em especial dos imigrantes haitianos, estão intrinsecamente relacionados com a dinâmica produtiva do Estado, como as ativi-

² idem

³ O projeto de pesquisa “Migração Haitiana no Paraná e sua relação com o trabalho e as políticas públicas” foi aprovado pelo comitê de ética da Universidade Estadual de Londrina, sob o CAAE nº 37726620.9.0000.5231.

dades relacionadas aos frigoríficos - voltadas ao abate de aves e suínos -, e na construção civil.

A partir do exposto, considero que o presente trabalho é relevante e significativo, pois diariamente recebemos em nosso país e conseqüentemente em nossas escolas alunos imigrantes de diversas nacionalidades, e com grande intensidade, imigrantes haitianos. Estes, por sua vez, chegam ao nosso território em busca de melhores condições de vida, com expectativas de reconstrução de uma vida marcada pelo sofrimento. Em função disso, considero de extrema importância o estudo sobre esse povo como uma forma para subsidiar um olhar especial dos professores (as) sobre essa população - cujo sucesso escolar é algo essencial para a inclusão social e profissional dessas crianças e jovens que adentram o processo educativo brasileiro.

Outro aspecto relevante diz respeito aos adultos haitianos que chegam à escola a procura de auxílio para aprender a língua portuguesa e assim terem mais facilidade para acessar o mercado de trabalho. O atendimento a essa demanda possibilita uma independência que será de suma importância para o imigrante conseguir se inserir na cultura da região, podendo participar das atividades relativas à sua religiosidade, adentrar ao mercado de trabalho, ter acesso ao lazer e aos atendimentos médicos hospitalares, caso tenham necessidade. Assim, compreender a história dos imigrantes é, também, uma necessidade social e uma forma de preparação da nossa sociedade para melhor acolhê-los e integrá-los.

A sensibilidade para perceber as dificuldades enfrentadas por esses alunos imigrantes talvez se deva em grande parte em razão da minha trajetória pessoal. Me considero e sou “lída” socialmente como branca, haja vista que sou descendente de imigrantes alemães que vieram ao Brasil no século XIX. Nasci na zona rural do município de Medianeira, atual Serranópolis do Iguaçu – Pr. Formei-me no magistério no ano de 1990, e no ano seguinte me mudei sozinha para a cidade de Cascavel para trabalhar e continuar os estudos. Nesta cidade, enfrentei diversas formas de preconceito em relação ao regionalismo da fala, por ser de uma minoria religiosa em uma sociedade majoritariamente católica e, principalmente, por ser filha de agricultores com pouca formação educacional.

Todas essas características me obrigaram a lutar muito para conseguir sair de um círculo vicioso que, normalmente, impede que pessoas que moram em regiões afastadas dos centros urbanos possam almejar um futuro diferente daquele a que tal determinismo lhe impôs.

A partir disso, acredito que minha história de vida contribuiu para desenvolver um olhar peculiar com relação aos estudantes e também auxiliou no processo de formação pessoal que forjou a mulher que sou hoje, com sensibilidade e com entusiasmo necessário para cursar um mestrado completando meio século de vida.

Nessa jornada, minha primeira experiência como professora foi em uma turma de alfabetização no Colégio Estadual Marcos Claudio Schuster no ano de 1991. Assumi em agosto desse mesmo ano outra turma alfabetização na Escola Municipal Maria Teresa Abreu de Figueiredo, ao ser aprovada em um concurso público. No final do ano de 1991 fiz vestibular para o curso de licenciatura em Matemática – ao qual fui aprovada - para estudar no período noturno na Fecivel, atual Unioeste - campus Cascavel. Mas acabei desistindo do curso por não dar conta de trabalhar o dia todo, estudar à noite e, nos finais de semana, preparar aula e resolver exercícios das disciplinas de Matemática; pois só conquistamos o direito à hora atividade após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no final da década de noventa.

Após muitos anos de trabalho, pude finalmente realizar o sonho de cursar a graduação de Filosofia com habilitação em História, a qual foi realizada no município de Toledo, na Unioeste. A partir de então, sempre tive a expectativa de fazer mestrado, mas esse desejo ficou guardado por quase duas décadas, até quando finalmente pude realizar esse projeto graças ao programa de mestrado profissional em História - Profhistória.

Como disse anteriormente, o interesse em pesquisar sobre o Haiti surgiu há vários anos, quando tive o prazer de ter em uma sala de aula do ensino noturno, no ano de 2013, meu primeiro aluno haitiano. Este, mesmo com todas as limitações em função da dificuldade no domínio da língua portuguesa, revelou aspectos de sua cultura que me instigaram a sempre buscar mais informações sobre seu país de origem. No ano seguinte tive minha segunda aluna haitiana, que havia chegado ao país há poucos meses e também não dominava a língua portuguesa. Esta, ao vir a escola se matricular, precisou do auxílio do colega matriculado no ano anterior, o qual serviu de intérprete tanto para a aluna quanto para a própria secretária da escola. Nos anos seguintes houve um crescente número de alunos haitianos matriculados, o que exigiu por parte da escola reivindicar junto ao Núcleo Regional de Educação (NRE) a abertura de uma turma específica para o ensino da língua portuguesa a estes estrangeiros. Tal reivindicação só foi conquistada com a interferência do Ministério Público junto ao Núcleo Regional de Educação de Cascavel – Pr. Essa turma permanece ativa até o presente momento e pela demanda que nossa cidade apresenta, provavelmente continuará seu trabalho por muitos anos ainda.

Ao longo de minha trajetória escolar, não tive a oportunidade de estudar sobre o Haiti e as demais nações da América Central bem como sobre a maioria dos países da América do Sul. Simplesmente esses conteúdos não foram abordados no Ensino Fundamental e Médio. Durante a graduação estudamos sobre o Brasil e sobre o continente europeu e também houve

um silenciamento com relação à história do continente americano. Assim, somente ao adentrar no mestrado tive a possibilidade de estudar sobre a história do Haiti e a partir desse estudo - como produto - elaborar uma sequência didática acerca da História do Haiti, que possa servir de subsídio a outros professores (as) que atendem alunos haitianos nas escolas em que lecionam.

A elaboração deste material didático visa contribuir para ampliar a visão dos próprios professores sobre o Haiti e, em especial, possibilitar a eles um olhar receptivo e acolhedor aos alunos haitianos que frequentam as escolas brasileiras. Além disso, esta produção pode ajudar no estabelecimento vínculos afetivos entre os alunos brasileiros e os migrantes e com isso favorecer o combate ao preconceito racial e à xenofobia que infelizmente em diversos momentos aflora no ambiente escolar. Como parte dos procedimentos para a elaboração da referida sequência didática fizemos uma análise acerca de como os livros didáticos brasileiros, que são utilizados por professores em sala de aula, tem abordado a história do Haiti.

Segundo Zabala (1998, p. 18) podemos compreender a sequência didática como “um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecido tanto pelos professores como pelos alunos”. Neste sentido, na construção da nossa proposta privilegiaremos dois momentos históricos: o primeiro deles a Revolução haitiana de 1794, também conhecida por Revolução de São Domingos; e o segundo a imigração de cidadãos haitianos para o Brasil no século XXI, fenômeno este ainda em curso. O conjunto das fontes utilizadas na realização da sequência didática foi composta por livros, artigos, reportagens, documentários, filmes e imagens sobre o Haiti e sua história. Destacamos que para além da produção acadêmica sobre a História do Haiti traduzida para a língua portuguesa existe também uma farta iconografia sobre a Revolução de 1791 e a independência do Haiti.

Assim, a pesquisa estruturou-se a partir da análise da bibliografia escrita sobre a História do Haiti. Trata-se, portanto, de um estudo de revisão bibliográfica e que visou a construção de um produto, ou seja, uma Sequência Didática (SD).

Infelizmente ainda existem poucas produções acerca da História do Haiti em língua portuguesa, embora essa realidade esteja mudando nos últimos anos. Um primeiro trabalho sobre o assunto é pequeno livro de Marcelo Grondin, intitulado *Haiti: cultura, poder e desenvolvimento*, publicado em 1985 e que integra a Coleção Tudo é História, da editora Brasiliense. Obra de caráter introdutório, tem o objetivo de apresentar ao leitor uma visão geral sobre os principais aspectos do país caribenho: sua história, economia, problemas sociais, aspectos culturais e políticos.

Obra de suma importância é o livro *Os jacobinos negros*, de C. L. R. James. Editada no ano de 1938 - no auge do nazismo e das teorias de supremacia da raça branca em todo o mundo – o livro foi traduzido para o português pela primeira vez no ano de 2000. No texto, o autor busca mostrar a função histórica da escravidão, enfatizando o papel dos escravizados como agentes históricos; além de apresentar como pano de fundo os nacionalismos africanos e a discriminação racial nas Américas. Sua linguagem apaixonante e a profundidade com que aborda a história Haitiana, os grandes feitos do seu povo e seus líderes, nos dão a dimensão de todo o sofrimento vivido e da felicidade pelas conquistas realizadas, além de projetar luz sobre o drama atual do Haiti.

Em 2019 o historiador Everaldo de Oliveira Andrade, a partir de informações detalhadas, dados e documentos, publica *Haiti: dois séculos de história*. O livro traz uma visão ampla e profunda do longo processo histórico de independência do povo haitiano, desde o período revolucionário até os primeiros anos do século XXI. Os elos entre o presente e o passado são reatados e os feitos inéditos de um povo escravizado em busca de liberdade e independência são minuciosamente abordados. Além disso, são apresentados elementos que demonstram a influência de movimentos de alcance mundial como o Panafricanismo e a Negritude como formas de resistência do povo aos seus opressores e invasores ao longo dos séculos, até a contemporaneidade.

Mais recentemente tivemos a tradução e publicação de mais duas obras que estão listadas na sequência e que serviram de fonte para nossa pesquisa. A primeira delas “O maior revolucionário das Américas: a vida épica de Toussaint Louverture”, de Sudhir Hazareesingh, Essa obra biográfica problematiza a vida de Toussaint na sua incansável luta para construir uma sociedade baseada na igualdade e liberdade. Para isso o autor recorre a materiais de arquivos ainda não visitados por outros pesquisadores, nos apresentando os acontecimentos que envolveram Toussaint Louverture desde a escravidão - acompanhando cada passo da jornada desse personagem ímpar com seus feitos e triunfos nos campos de batalha, em suas habilidades diplomáticas e na sua relação com as autoridades francesas e com a população local, - até sua morte em um fortaleza na França. O texto busca fazer uma análise criteriosa dos acontecimentos, sendo cauteloso e tendo o cuidado para não defender de forma indiscriminada todas as atitudes do líder, evidenciando as dificuldades encontradas na governança e possíveis contradições frente à tomada de algumas decisões.

No ano 2022 tivemos a grata surpresa com a tradução da obra “Os vingadores do Novo Mundo”, de Laurent Dubois. Este autor nos apresenta uma narrativa fascinante da luta árdua dos negros contra a escravidão racial na colônia mais rica das Américas, Santo Domingo,

atual Haiti, na passagem do século XVIII para o XIX. Esse texto contribui muito para ampliar nossa visão sobre os acontecimentos, visto que o autor utiliza como fonte para sua pesquisa personagens que se sentiram prejudicados com a revolução e com o fim da escravidão, visto que esses eventos trouxeram prejuízos a essas pessoas, tanto em sentido material ou de poder político-econômico, como o de permanência no território no período da luta armada e ao término dela. Essas importantes obras contribuem para ampliar as possibilidades de compreensão desse momento fugaz, nos convidando ao estudo, pois, a Revolução Haitiana é uma história que merece e precisa ser contada e recontada.

Outra obra fundamental para compreendermos a História do Haiti e sua importância no mundo contemporâneo é o livro *Silenciando o passado* (1995), do historiador haitiano Michel-Rolph Trouillot. Este livro, segundo o próprio autor, é sobre história e poder. Apresenta as muitas formas que as narrativas históricas adotam uma desigual contribuição de grupos e pessoas concorrentes, especialmente quando se têm acesso desigual aos meios dessa produção, e assim, privilegiando um grupo social em detrimento do outro. Tendo esse pressuposto como pano de fundo, Trouillot buscou expor o pensamento de grupos e pessoas relegadas ao esquecimento, denunciando na obra que o poder pode silenciar forças e manipular narrativas históricas, omitindo feitos ou desqualificando episódios importantes do passado.

A partir da realização destas e outras importantes leituras e do contato com diversos tipos de fontes documentais, concebemos a dissertação com a seguinte estrutura. No primeiro capítulo reconstituímos os principais aspectos da História do Haiti,⁴ o percurso histórico desde a chegada dos espanhóis à ilha denominada inicialmente de Hispaniola, também denominada São Domingos. Na sequência o texto discorre sobre o período colonial e o domínio francês da parte oeste da ilha que foi nomeada, posteriormente, Haiti. No processo de colonização, a França introduziu o trabalho escravo e transformou sua colônia caribenha em sua fonte mais rica, sendo inclusive conhecida como “A Pérola das Antilhas”. Considero dessa forma, que o primeiro capítulo possa servir de leitura formativa e informativa sobre a História do Haiti para os professores (as), que, assim como eu, não tiveram ao longo de sua formação acesso ao conhecimento sobre o Haiti, a Revolução Haitiana, seus líderes e seus desdobramentos.

No segundo capítulo analisamos os vínculos que unem o pequeno país caribenho ao Brasil, visando com isso demonstrar que tal ligação possui uma longa historicidade. A abolição da escravidão no primeiro país do continente americano não passou despercebida pelas me-

⁴ Aytí, nome dado pelo povo taino, habitantes indígenas de Hispaniola, terra das montanhas altas.

trópoles europeias. O exemplo haitiano passou a ser temido pelos colonizadores e pela elite dos diversos países colonizados da América, incluindo o Brasil. O temor do chamado “haitianismo” espalhou-se pelo território brasileiro, pois os grandes proprietários de terras e escravos acreditavam que o movimento revolucionário haitiano poderia influenciar outros grupos de escravizados a se organizar em movimentos contra seus senhores e acabar com o sistema escravista colonial altamente lucrativo. Assim, buscou-se a todo o custo isolar o país caribenho, criando uma estrutura de controle e dominação da população após a independência em 1804. Tomamos como recorte temporal o período compreendido entre 1791-1825; ou seja, o ano de início da insurreição dos escravos e o ano em que se realiza o tratado de reconhecimento da independência pela França e apoiado pelas demais potências. Com relação ao recorte histórico brasileiro, o período a ser analisado centra-se nas primeiras décadas do século XIX até fins do período regencial (1840), quando o sistema colonial luso-brasileiro entra em crise e abre caminho para a independência e dá os primeiros passos rumo à configuração do Estado nacional, com os embates relativos a formação da modernidade política liberal e aos questionamentos ao trabalho escravo em curso.

O terceiro e último capítulo discute as possibilidades e as potencialidades do trabalho com diferentes fontes históricas no ensino da História do Haiti e de sua relação com o Brasil. Como parte dos procedimentos para a elaboração da referida sequência didática, fizemos uma análise de como os livros didáticos brasileiros apresentam a História do Haiti e a Revolução Haitiana. Foi com base nos pressupostos apresentados neste último capítulo que elaboramos a Sequência Didática (SD) que aparece como produto final do trabalho (em anexo).

Espero que a produção didática resultante do meu estudo contribua na prática educativa de outros docentes e que ajude nossos alunos (as) a conhecer e valorizar a história de luta do povo haitiano.

CAPÍTULO 1

A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO HAITI

1.1. Território e sua composição humana

O território do Haiti é parte integrante de uma ilha localizada no mar do Caribe, região banhada pelo oceano Atlântico: o qual é também território de outra nação - a República Dominicana – que ocupa cerca de dois terços da referida ilha. O Haiti tem um território com intensa instabilidade tectônica, sujeita a terremotos, maremotos e furacões que se formam naquela região. Sua população está estimada em 11,3 milhões (estimativa 2020) e seu território é de 27.750 quilômetros quadrados, sendo sua capital a cidade de Porto Príncipe. A região do Caribe é formada por arquipélagos compostos por mais de 7000 ilhas, sendo vinte e sete ilhas principais - dentre as quais, a maioria são países - e quatro territórios em terra firme, as três Guianas e Belize (GRONDIN,1985). Esse conjunto de países e de territórios sob jurisdição de outras nações está localizado principalmente na América Central, mas agrega territórios presentes na América do Norte e também na América do Sul, como se pode ver na figura abaixo:

Figura 1



MAPA DA AMÉRICA CENTRAL

Disponível em: <<https://www.guiageo.com/pictures/mapa-america-central.jpg>> Acesso: 17 jul. 2023

De acordo com Marcelo Grondin,

Essas ilhas foram habitadas originalmente por autóctones vindos do continente e conheceram um dos maiores genocídios da história, com o extermínio quase total de sua população em menos de cinquenta anos, com exceção de um pequeno grupo de Caribes da ilha Dominicana. O desaparecimento dessa mão-de-obra gratuita obrigou os colonialistas europeus a importar mão-de-obra africana desde o início do século XVI. Começou, então, no Caribe, o fenômeno da escravidão, que transformaria o Caribe atual numa das maiores, senão a maior, concentrações negras depois da África. (Grondin,1985, pp. 13-14)

A ilha onde atualmente está situado o Haiti e a República Dominicana foi colonizada inicialmente pelos espanhóis - como está retratado no mapa abaixo – que, ao chegaram ao território, batizaram-no de Hispaniola. Em 1492, Cristovão Colombo desembarcou na ilha e encontrou entre 300 e 500 mil habitantes autóctones,⁵ que foram submetidos a um regime de escravidão disfarçada e empregados na procura de ouro. Essa população nativa, chamados também de “índios”, foi vítimas de maus tratos e de epidemias ocasionadas pelo contato com enfermidades trazidas pelos europeus, ocasionando sua rápida destruição. Segundo C. L. R. James, os espanhóis “introduziram o cristianismo, o trabalho forçado nas minas, o assassinato, o estupro, os cães de guarda, doenças desconhecidas e a fome forjada (pela destruição dos cultivos para matar os rebeldes de fome)” (James, 2000, p. 19).

A respeito da dizimação dos povos nativos da América, Laurent Dubois afirma que o massacre brutal que ocorreu na região se repetiu inúmeras vezes nos séculos seguintes em outros locais do continente, embora raramente com a mesma velocidade (Dubois, 2022).

Como foi dito acima, o processo de colonização realizado pela coroa espanhola teve início com as viagens realizadas por Cristovão Colombo. Este navegador realizou quatro viagens na passagem do século XV ao XVI, sendo a primeira entre 1492-1493; a segunda entre 1493-1496; a terceira entre 1498-1500 e a última viagem entre 1502-1504, como podemos observar no mapa apresentado abaixo:

⁵ Que ou quem é natural do país ou da região em que habita e descende das raças que ali sempre viveram; aborígene, indígena. (dicionário Oxford Languages).

Figura 2



COLOMBO, Cristóvão - Mapa das rotas de suas Viagens

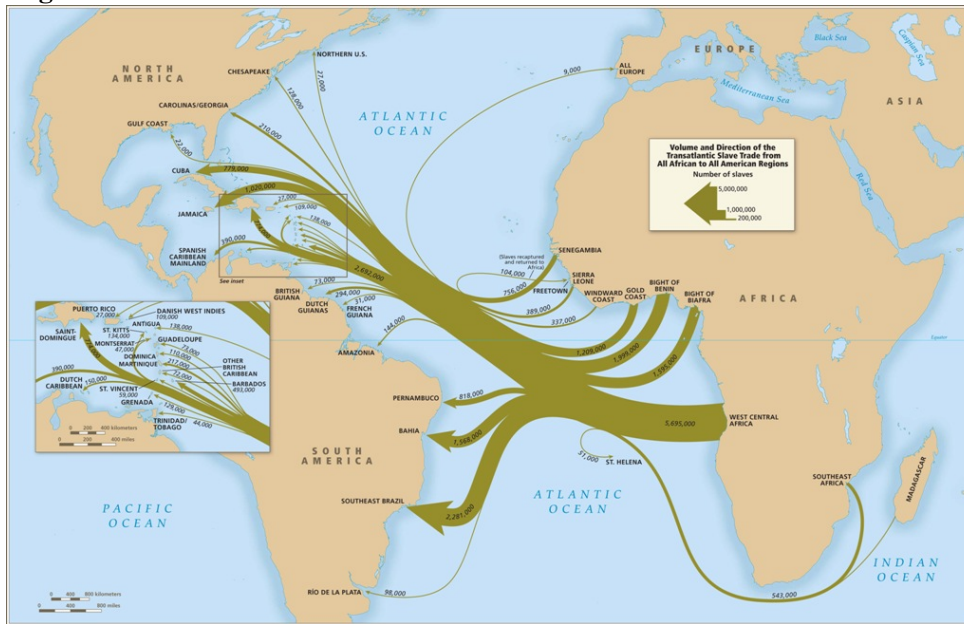
Disponível em: <https://3.bp.blogspot.com/-dXhZ-1KmbU0/WAqAecJzP_I/AAAAAAAAAR0w/UVHeUMKpomExBdUoumVIRwhC2kpw9TkkgCLcB/s400/00b-6-mitos-sobre-chegada-de-cristovao-colombo-america-pintura-mapa-rota.jpg>

Acesso: 17 jul. 2023

O extermínio dos povos originários levou os colonizadores a buscarem novas forças produtivas para suprir a demanda de trabalhadores e atender ao sistema de plantações, particularmente para o cultivo de cana-de-açúcar. A nova alternativa foi a importação de seres humanos escravizados provenientes do continente africano, prática que também foi estendida a outras áreas do continente americano, como o Brasil.

A introdução do trabalho escravo se deu a partir de 1517, quando o rei da Espanha Carlos V, atendendo a solicitação do padre dominicano Bartolomeu Las Casas - conhecido como “o protetor dos índios”-, autorizou a exportação de cerca de quinze mil africanos para São Domingos. A autorização foi concedida após Las Casas ter viajado à Espanha para pleitear a abolição da escravatura dos nativos - pois a preocupação do padre era ver a total destruição dessa população nativa no período de uma geração. “Assim, o padre e o Rei iniciaram, no mundo, o comércio americano de negros e a escravidão” (James, 2000).

Figura 3



MAPA DO TRÁFICO AFRICANO

Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/07/mapa-escravidao9.jpg>> Acesso: 18 jul. 2023

Contudo, a escravidão africana não impediu o extermínio quase total da população nativa. Os dados estatísticos apontam para uma redução no número de nativos em uma escala acelerada. “Em 1510 restavam 50 mil índios; eram somente 15 mil em 1520 e 5 mil em 1530. No senso de 1604, os índios já não são mais mencionados, restando algumas recordações culturais: peças arqueológicas, cerâmicas, instrumentos musicais” (Grondin, 1985, p. 26).

Larent Dubois comenta que “Las Casas, ironicamente, defendeu a importação de escravos africanos para salvar a população indígena brutalizada. Em pouco tempo, os escravos importados substituíram os indígenas que morriam rapidamente... (Dubois. 2022, p. 29).

Em meados do século XVI, com a descoberta do ouro e da prata no México e nos Andes, os espanhóis desativaram parcialmente a colonização da Hispaniola,⁶ reduzindo praticamente sua colônia a um posto de abastecimento. Esse abandono foi se intensificando, e no século XVII a colônia conheceria uma decadência progressiva.

Enquanto os espanhóis iam reduzindo seu interesse na ilha, os franceses passaram a ocupar efetivamente a parte oeste e começaram a avançar continuamente em direção ao leste, ocupando novas terras e estabelecendo relações que alternavam entre o comércio recíproco

⁶ Os indígenas taino chamavam-na de Ayiti, mas Cristóvão Colombo deu-lhe um novo nome: La Española ou Hispaniola.

com colonos espanhóis estabelecidos na ilha e, noutros momentos, os conflitos armados. De acordo com Marcelo Grondin,

A presença dos franceses e o rápido desenvolvimento econômico de sua colônia, principalmente através da produção de açúcar, fomentaram o comércio de gado e couro por parte da colônia espanhola, especializada nessa produção. Esse comércio permitiu aos habitantes de São Domingos sair do estado de miséria em que viveram durante o século XVII, apesar de ficarem muito aquém da grande prosperidade e do impressionante poder econômico da colônia francesa. Além disso, a população do Haiti era, no final do século XVI-II, seis vezes maior do que a população da colônia espanhola: 500000 vs. 80000. (Grondin,1985, p.27)

Segundo o historiador Everaldo de Oliveira Andrade, o desinteresse dos espanhóis permitiu a permanência e o fortalecimento do controle francês na porção oeste da ilha. A porção francesa recebeu em poucas décadas milhares de escravos trazidos da África. Em virtude do aumento vertiginoso de mão-de-obra, foi possível o aumento da produção de açúcar - o que fomentou o comércio, tornando a colônia a mais rica da França. Esta passou então a ser conhecida como “a pérola das Antilhas” (Andrade, 2019, p. 17).

Podemos observar no mapa abaixo as regiões do país que apresentavam as condições de clima, solo e relevo propícios à produção em larga escala dos produtos destinados a exportação. A região Sul era favorável à produção de café, já a região Central era propícia para o plantio de cana-de-açúcar e a região Norte para a produção de cacau. Contudo, havia produção de outros produtos, tanto para exportação como para consumo interno.

Figura 4



MAPA DA PRODUÇÃO HAITIANA

Disponível em: <<https://images.uncyc.org/pt/thumb/a/af/Haiti-agricultura.jpg/375px-Haiti-agricultura.jpg>> Acesso: 18 jul. 2023

A importância dessa colônia francesa se deve em grande medida ao fato de ser a única no final do século XVII a produzir ao mesmo tempo açúcar, café, anil e algodão em grande escala, representando 40% da riqueza nacional produzida pela França (como se pode ver no mapa da figura 4). “Esses valiosos produtos faziam da colônia a mais forte economia de exportação das Américas, lugar onde se ostentavam a opulência e o luxo e se faziam “fortunas colossais”” (Hazareesingh: 2021, p. 19). Toda essa riqueza era fruto do trabalho escravo, pois “em 1739, a colônia francesa já possuía por volta de 427 mil escravos negros” (Andrade, 2019, pp. 18-19). A riqueza proveniente da colônia do Haiti era tamanha que em 1763 a França - derrotada pela Inglaterra - preferiu entregar aos ingleses, pelo Tratado de Paris,⁷ o território do Canadá francês do que ceder o Haiti.

No fim do período colonial, [...] Cap era um centro cosmopolita e agitado, com uma população de quase 20 mil pessoas em 1789, oferecendo uma vida urbana que rivalizava, em qualidade e diversidade, com a de Havana, Filadélfia ou Nova York. Além do porto movimentado, havia um vigoroso setor comercial, com 25 padarias e uma animada vida cultural, incluindo um teatro com capacidade para 1500 pessoas; havia teatros também em Porto Príncipe, Saint-Marc, Léogâne, Jérémie e Les Cayes. Cap destacava-se ainda por sua vibrante atividade científica e intelectual, com uma imprensa ativa, clubes de leitura e bibliotecas particulares com as últimas obras filosóficas da Europa. (Hazareesingh: 2021, pp. 19-20).

Toda essa efervescência material e cultural não era acessível a toda a população da colônia, mas radicava-se em desigualdades extremas, visto que todo o sistema produtivo de Saint-Domingue era baseado na escravidão.

1.2. Formação da população haitiana

A ocupação francesa no Caribe se deu inicialmente por grupo um de aventureiros franceses que encontraram um lar na ilha de Tortuga em 1629, onde por vários anos disputaram o território com ingleses e espanhóis. E em 1659 tomaram posse da ilha pela proximidade de 9 quilômetros entre Tortuga e a costa norte de São Domingos. Ao se deslocarem para lá, fundaram uma base, sendo inicialmente repelidos pelos espanhóis, mas conseguiram se estabelecer em 1695 pelo Tratado de Ryswick assinado em 1697.⁸ O tratado dividiu a posse da

⁷ O Tratado de Paris foi assinado em 1763, com o objetivo de encerrar a Guerra dos Sete Anos.

⁸ A colônia de Santo Domingo foi entregue à França pela Espanha pelo tratado de Ryswick, assinado em 1697. A ilha chegou a ser a principal colônia de todo o mundo com a produção de açúcar, mercadoria mais cobiçada da época. A renda alimentava a burguesia mercantil de Marselha, Nantes e Bordéus, a base social dos girondinos (ala direita da burguesia na Revolução Francesa).

ilha, a parte ocidental passou a ser colônia francesa (1697-1803), quando passou a ser chamada Saint-Domingues. (James, 2000, p. 20). Observe o mapa a seguir:

Figura 5



MAPA DA ILHA DE HISPANIOLA – Haiti (Saint-Domingues) e República Dominicana Disponível em: <https://2.bp.blogspot.com/-zxQ9aJMzpXg/WBT_5yGNSTI/AAAAAAAAAFP0/EXVbtAmFw94W03NJKSpj6oCVOXQp1AM5ACLcB/w1200-h630-p-k-no-nu/mapa.jpg> Acesso: 18 jul. 2023

A partir de 1734 os colonizadores começaram a cultivar café, pois a terra era fértil e a França era um bom mercado consumidor. Contudo, eles tinham pouca mão-de-obra para o trabalho. Para suprir a carência de negros, trouxeram brancos, os *engagés*,⁹ que poderiam ser libertos após alguns anos. A justificativa para trazerem poucos negros estava pautada no argumento de que estes eram bárbaros ou pretos. No entanto, os brancos não suportavam o regime de trabalho daqueles tempos, nem o clima: “Assim, os escravagistas passaram a trazer mais e mais negros, em uma quantidade que aumentava em milhares a cada ano, a tal ponto que a África chegou a fornecer milhões” (James, 2000, p. 20).

Os escravagistas agiam predatoriamente nas costas da Guiné e, assim que devastavam uma área, dirigiam-se para o oeste e então para o sul, década após década. Passaram pelo Níger, desceram a costa do Congo, atravessaram Loango e Angola e deram a volta no cabo da Boa Esperança, até chegarem, por volta de 1789, ao distante Moçambique, no lado oriental da África. A Guiné era seu principal território de caça. A partir da costa, organizavam expedições que se aprofundavam pelo interior, onde deixavam os inocentes in-

⁹ “Engagés” (engajados), criminosos e marginalizados na metrópole que iam para a colônia em troca de trabalho e acesso a terra após três anos de serviços prestados.

dígenas lutando uns contra os outros, com armas modernas, por milhares de quilômetros quadrados de território. (James, 2000, p. 21)

De acordo com Dubois (2022), a escravidão foi essencial para a produção de açúcar, visto que no Caribe os escravos africanos eram responsáveis pelas difíceis tarefas do plantio e da colheita da cana nas *plantations*. Por sua vez, também havia um grupo menos especializado era responsável por transformar a matéria prima em açúcar nos engenhos. Dessa forma, havia uma cominação entre campo e fábrica, colocando a região do Caribe entre as mais industrializadas do mundo no século XVIII.

Os povos europeus que se intitulavam “civilizados” faziam a propaganda na época em que se dedicavam a caçar e a comercializar seres humanos de que, por mais cruel que fosse o tráfico de escravos, eles seriam mais felizes na América do que em seu próprio continente. “A nossa época também é uma época de propaganda. Nós nos sobressaimos aos nossos ancestrais apenas no sistema e na organização; mas eles mentiam com a mesma habilidade e com o mesmo descaramento” (James, 2000, p. 21).

Com relação à escravidão, o historiador Laurent Dubois afirma que esta era “o coração do próspero sistema capitalista mercantil que beneficiava a Europa, devastava a África e impulsionava a rápida expansão das Américas” (Dubois, 2022. P. 14).

A captura continua de seres humanos na África levou a uma profunda alteração no modo de vida dos povos africanos. O modo de vida tribal foi destruído e milhões de africanos foram jogados uns contra os outros. Além disso, a destruição das plantações levou ao canibalismo e à prostituição. A constante violência e ferocidade foram os elementos necessários à sobrevivência. Tal luta levou as tribos a suprir o comércio de escravos para que elas mesmas não fossem vendidas como escravas. Os horrores, como a exposição de crânios na ponta de estacas, os sacrifícios humanos e a venda dos próprios filhos, foram o produto da pressão sobre os povos africanos para atender as exigências europeias (James, 2000).

Após serem capturados, os escravizados eram amarrados juntos uns dos outros em colunas, tendo de suportar pesadas pedras de 20 ou 25 quilos para evitar tentativas de fuga. Marchavam então uma longa jornada até o mar, que poderia estar a centenas de quilômetros. Muitos não resistiam, esgotados e doentes, caíam na relva africana para não mais se levantar. Outros eram transportados em canoas com as mãos acorrentadas, a face voltada ao sol ou a chuva tropical, com as costas na água, do fundo da embarcação, que nunca era removida. Ao chegarem aos portos para embarcação, eles permaneciam amontoados em um cercado para a inspeção dos compradores.

Dia e noite, milhares de seres humanos eram apinhados em minúsculas galerias nos “depósitos de putrefação”, onde nenhum europeu conseguiria permanecer por mais de 15 minutos sem desmaiar. Os africanos desmaiavam e se recuperavam ou, desmaiavam e morriam; a mortalidade naqueles “depósitos” era maior do que vinte por cento. Do lado de fora, no porto, esperando para esvaziar os “depósitos” assim que eles enchiam, ficava o capitão do navio negreiro, com a consciência tão limpa que um deles, enquanto enriquecia o capitalismo britânico com os lucros de uma remessa, enriquecia também a religião britânica ao compor o hino “Como soa doce o nome de Jesus!”. (James, 2000, p. 22)

O transporte dos escravos nos navios negreiros dava continuidade ao sofrimento, pois os escravos eram espremidos nos porões uns sobre os outros dentro de galerias. A cada um deles era dado em torno de um metro a um metro e meio de comprimento e de meio metro a um metro de altura, de tal maneira que não podiam nem se deitar deitado e nem se sentar com a postura reta. Também eram constantes as revoltas nos portos de embarcação e a bordo dos navios, por isso a prática de manter os escravos acorrentados, sendo levados durante a viagem ao tombadilho¹⁰ uma vez por dia para se exercitarem e assim permitir que os marinheiros limpassem os baldes. Mas quando a carga era rebelde ou o tempo estava ruim, eles eram mantidos por semanas nos porões fétidos e imundos.

O transporte dos escravizados foi retratado por Johann Moritz Rugendas (1802-1858) no quadro “Navio Negreiro”, que é apresentado abaixo na figura 5. Nesta obra, o artista expõe aspectos que constituíam o transporte dos escravizados, como o porão do navio com suas galerias onde os escravizados precisavam permanecer a maior parte do tempo, não conseguindo ficar em pé, sendo obrigados a permanecerem amontoados, seminus e constantemente vigiados. Na tela ao lado direito vemos um escravizado morto ou desmaiado sendo carregado. Também podemos observar uma mulher com uma criança no colo em meio ao grupo de homens, sem nenhuma privacidade. Essas cenas nos transmitem o teor do sofrimento humano. Observe o quadro a seguir:

¹⁰ A parte mais elevada de um navio, que vai do mastro da mezena até a popa.

Figura 6



RUGENDAS, Johann Moritz. Quadro que retrata o interior de um navio negreiro / Crédito: Domínio Público. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/media/uploads/brasil/navio_negreiro.jpg> Acesso: 18 jul. 2023.

O tráfico de escravos¹¹ alimentava o sistema colonial em toda a América. Quando o navio chegava ao porto, os escravos eram levados para as docas para serem vendidos. Os compradores os examinavam nos mínimos detalhes a procura de defeitos. Após serem adquiridos, eram marcados em ambos os lados do peito com um ferro em brasa e suas tarefas eram explicadas por um intérprete e um padre os instruía nos primeiros princípios do cristianismo. A partir desse instante, como propriedade de um dono, eram colocados para trabalhar como animais, eram alojados como animais em cabanas e alimentados com poucas provisões o que ocasionava ficarem dias sem alimentação ou pelo cansaço excessivo, se alimentando com produtos crus. Trabalhavam de dezesseis a dezoito horas por dia, o que justifica o desânimo para preparar os alimentos. Mesmo as duas horas que lhes eram dadas na metade do dia, os domingos e os feriados não serviam para o descanso, pois utilizavam esse período para que cultivassem uma pequena porção de terra para complementar a alimentação insuficiente.

Os escravos sofriam diferentes formas de tortura. As punições variavam de grau e intensidade, chegando à mortalidade. O açoite era uma forma comum de punição, a qual era

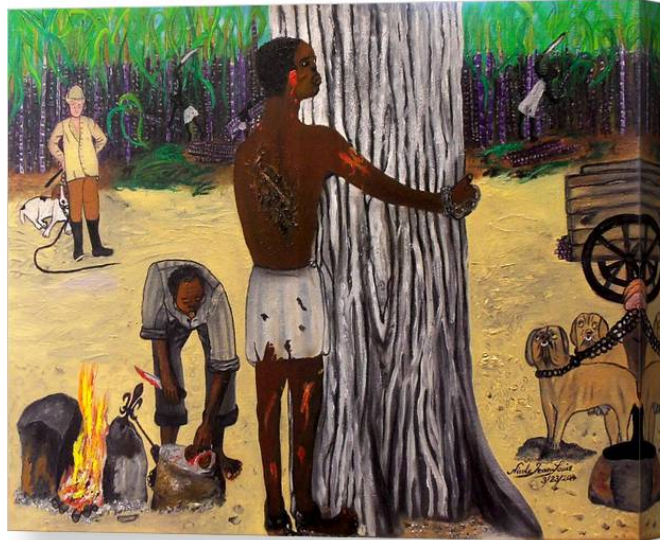
¹¹ Para saber mais a respeito do tráfico de escravos, ver: Conrad, Robert E. *Tumbeiros: o Tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
Lovejoy, Paul. *Escravidão na África: uma História de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

utilizada pela menor falta que tivessem cometido ou simplesmente para impor medo e disciplina aos escravizados. Segundo James (2000), os proprietários de escravos em São Domingos utilizavam de uma imaginação depravada para impor as mais cruéis formas de tratamento aos escravizados, tais como:

ferros nas mãos e nos pés dos escravizados; blocos de madeira, que os escravos tinham de arrastar por onde quer que fossem; a máscara de folha de lata, projetada para evitar que eles comessem a cana-de-açúcar, e o colar de ferro. O açoite era interrompido para esfregar um pedaço de madeira em brasa no traseiro da vítima; sal, pimenta, cidra, carvão, aloé e cinzas quentes eram deitadas nas feridas abertas. As mutilações eram comuns: membros, orelhas e, algumas vezes, as partes pudendas para despojá-los dos prazeres aos quais eles poderiam se entregar sem custo. Seus senhores derramavam cera quente em seus braços, mãos e ombros; despejavam o caldo fervente da cana nas suas cabeças; queimavam-nos vivos, assavam-nos em fogo brando; enchiam-nos de pólvora e os explodiam com uma mecha; enterrava-nos até o pescoço e lambuzavam as suas cabeças com açúcar para que as moscas as devorassem; amarravam-nos nas proximidades de ninhos de formiga ou de vespas; faziam-nos comer os próprios excrementos, beber a própria urina e lamber a saliva dos outros escravos. (JAMES, 2000, pp. 26-27)

Esse sofrimento é perceptível na figura 6, de autoria da artista plástica Nicole Jean-Louis, onde a autora retrata um indivíduo escravizado sendo submetido a um castigo. Em primeiro plano, este é apresentado amarrado ao tronco de uma árvore apresentando marcas da agressão sofrida. Ao fundo da imagem, podemos ver um homem branco – possivelmente um feitor – segurando um chicote e mais próximo da vítima, um negro inclinado mexendo na fogueira e segurando uma faca. A posição em que essa pessoa é apresentada nos transmite a ideia de que participa da punição; ou seja, nos apresenta a ideia de que a prática da tortura era executada por homens brancos e por vezes por negros que assumiam funções de mando. Além disso, na tela também podemos observar a evidência de outras formas de tortura, como ferro em brasa, os cortes pelo corpo e cães acorrentados que eram utilizados para amedrontar ou caçar fugitivos.

Figura 7



NICOLE, Jean-Louis. Code Noir Or The Black Code Canvas Print

Disponível em : <<https://render.fineartamerica.com/images/rendered/default/canvas-print/10.000/7.375/mirror/break/images-medium-5/branded-with-fleur-de-lis-a-symbolic-link-to-slavery-the-code-noir-or-the-black-code-nicole-jean-louis-canvas-print.jpg>> Acesso: 18 jul. 2023

Segundo Dayqueline Cortez Gomes Martins, “foi produzida uma exuberante riqueza por meio desse sistema econômico com base em produção agrícola, principalmente de cana-de-açúcar, que tinha na escravidão sua base estruturante” (Martins, 2019, p. 24). A sociedade colonial foi forjada a partir das relações sociais estabelecidas entre os colonialistas europeus e os escravos trazidos da África, os quais eram vistos pelos colonizadores como injustos, cruéis, bárbaros, semi-humanos, traiçoeiros, ladrões, beberrões, preguiçosos, sujos, sem-vergonhas... E a partir desses sentimentos, que os escravocratas justificavam as crueldades cometidas contra seus escravos, além de tomarem todas as medidas cabíveis para manter os negros como feras brutas para atender as suas necessidades.

De acordo com Laurent Dubois (2022), os impérios europeus e parte significativa dos Estados Unidos estiveram envolvidos e comprometidos em manter a escravidão, visto que essa instituição brutal gerava lucros gigantescos. Havia o consenso entre os senhores e administradores coloniais de que era vital manter a população escrava – embora discordassem na maneira de como manter a escravidão. Assim, em 1685 foi estabelecido o Code Noir do Rei, que regulamentava sobre o tratamento dispensado aos escravizados, sendo definidas as horas de trabalho, comida, habitação, vestimentas e formas de punição, inclusive relacionadas ao processo de emancipação. No entanto, os senhores de escravos no decorrer dos séculos, de maneira aberta e descarada desrespeitaram quase todas as determinações contidas no código. Argumentavam que o código feria ao “sagrado direito de propriedade” (Dubois. 2022, p. 45).

Por outro lado, dentre os escravos, havia todo o tipo de homem, desde antigos chefes tribais, como era o caso do pai de Toussaint L'Ouverture, até homens que já tinham sido escravos em suas localidades de origem. O crioulo¹² era considerado mais “dócil” do que o escravo nascido na África. Também era considerado, por alguns, como mais inteligente, talvez em função de que conhecesse melhor a língua e estivesse mais familiarizado com o ambiente e o trabalho. No entanto, observadores atentos da época, como o padre Du Tertre, que os conhecia bem, observou o orgulho e o sentimento de superioridade que os escravos nutriam em relação aos seus senhores. Havia uma diferença entre o comportamento que assumiam na frente dos seus senhores e o comportamento que tinham longe deles. Isso também foi observado pelo viajante Wimpffen, que admirado da dupla personalidade assumida pelos escravos, expôs:

É preciso ouvir com que calor e com que verbosidade, combinados com uma grande precisão de ideias e acuidade de julgamento, essa criatura, pesada e taciturna durante todo o dia, agora agachado perto da fogueira, conta histórias, conversa, gesticula, argumenta, opina, aprova e condena tanto seu senhor como qualquer um à sua volta. (James, 2000, pp. 31-32).

Essa inteligência se recusava a ser esmagada e assustava os colonizadores. Além disso, os escravos também praticavam cerimônias *vodu*, seu culto africano: “A religião era, em certo sentido, um espaço de liberdade no meio de mundo de escravidão, e ajudou a lançar os alicerces da revolta que acabou trazendo a liberdade plena aos escravos” (Dubois, 2022, p. 60). Os administradores e proprietários reconheciam o potencial subversivo das cerimônias religiosas e tentavam suprimi-las, mas nunca foram completamente bem-sucedidos. Durante as cerimônias dançavam e cantavam à meia noite sua canção predileta que traduzida nos diz: “Juramos destruir os brancos e tudo o que possuem; que morramos se falharmos nesta promessa!” (James, 2000, p. 32). Tanto a canção como a prática do vodu foi amplamente combatida, mas sem sucesso. Elas permaneceram vivas por mais de duzentos anos e inspiraram o sonho de liberdade.

Segundo Sudhir Hazareesingh, a sociedade haitiana no fim do século XVIII era composta por uma maioria massiva de escravos. No período havia 500 mil escravizados, a maioria nascida na África e trabalhando em árduas condições nas plantations.¹³ Os escravizados eram

¹² Filhos de escravos trazidos da África e que nasceram na colônia. Exemplo: a colônia do Haiti.

¹³ Modelo de exploração de terras baseado na monocultura de exportação em grandes latifúndios.

trazidos de diferentes regiões da África.¹⁴ Chegavam inicialmente da Senegâmbia, que abrigava portos escravistas franceses. O segundo grupo foi trazido durante as primeiras décadas do século XVIII, sendo o golfo de Benin a principal fonte de envio de navios de escravos. Parte desse contingente foi capturada em guerras iniciadas pelos Yoruba de Oyo e outros em incursões realizadas pelo reino do Daomé. O terceiro grupo era proveniente dos vários portos existentes nas lagoas da costa da África Ocidental, sendo o mais importante, o porto de Allada, que controlava os portos próximos. No entanto, “à medida que o tráfico atlântico de escravos se expandiu ao longo do século XVIII, a África Centro-Ocidental tornou-se a maior fonte de escravos deportados para as Américas” (Dubois, 2022 p. 56). A captura ocorria a partir de incursões portuguesas que saíam do porto de Luanda e pelas guerras civis no reino do Congo.

A constante captura era movida pela necessidade de constante substituição dos escravos, visto que muitos senhores e administradores calculavam friamente e concluíam que era mais lucrativo obrigar os escravos a trabalhar o mais que pudessem e cortar as despesas com alimentação, roupas e cuidados médicos, obrigando-os a trabalhar até a morte, em vez de lhes garantir condições de vida para que naturalmente a população crescesse.

Assim, os escravizados, não tendo direitos civis ou políticos e tratados frequentemente com bárbara crueldade pelos seus senhores, logo organizaram formas de resistência individual e coletiva.

Formavam irmandades nas plantations e praticavam rituais espirituais do vodu envolvendo a dança, cantoria, transe e adivinhação, enquanto *marrons* escapavam em número cada vez maiores, retirando-se para o mato, onde formavam bandos, ou escondendo-se à luz do dia em vilarejos e cidades, difundindo ideias de emancipação. (Hazareesingh, 2021, p. 20)

Um dos líderes mais extraordinários desse movimento clandestino foi Jean-Louis, um marron¹⁵ de Cap, que falava espanhol, holandês, inglês, francês e crioulo,¹⁶ e provavelmente

¹⁴ Segundo Grondin (1985), esses contingentes de escravizados provinham de populações e culturas diversas da África Equatorial, como: Congos, Ibos, Fans, Quincos, Daomeus, Kaplaou, Mandingas, Moundongos, Aradas, Senegaleses, etc. Para se ter ideia do percentual de escravizados, em 1789 a colônia de São Domingos contava com 427 293 escravos, contra 35 043 de brancos e 23 288 de mulatos e negros livres, ou seja, 88% da população era escrava, somente 7,2% eram homens branco e 4,3% eram mulatos e negros livres. O autor também destaca que a taxa de mortalidade era superior a taxa de natalidade e “que 200 mil escravos haviam sido trazidos nos dez anos anteriores à independência (280 000 nos trinta últimos anos) pode-se deduzir que uma parte considerável, talvez a maioria dos escravos presentes no Haiti naquela época, havia nascido na África (Grondin, 19855, p. 36).

¹⁵ Negros fugidos ou escravos fugitivos.

¹⁶ O idioma francês, simplificado ao máximo, deu origem a uma língua franca, o créole, que se impôs, com ligeiras variantes, em toda a colônia. Com o passar dos anos, desenvolveu uma estrutura própria e a constituiu-se em autêntica língua, completamente diferente do francês. O créole foi e continua sendo a língua dos negros, embora seja falada por todos os habitantes do país desde a colônia até os dias de hoje

várias línguas africanas. Os brancos que compunham a sociedade colonial nesse período eram separados por classes. Os chamados *petits blancs* eram compostos por pequenos fazendeiros, empregados, artesãos, soldados e marujos. Havia em torno de 40 mil colonos de origem europeia e a maioria da população era negra; além de mestiços que eram quase tão numerosos quanto à população branca. Os mestiços eram livres, com frequência altamente letrados e por vezes ricos. No entanto, essas pessoas de cor sofriam discriminações jurídicas: eram impedidas de trabalhar no serviço público, nem tinham acesso a certas profissões, como a medicina. Também eram proibidos de comer à mesa com brancos, de se vestirem como os brancos e até o fim do século XVIII não tinham permissão para ir à França (Hazareesingh, 2021). Cabe ressaltar que “o Código Negro de 1685 permitia aos chamados mestiços as mesmas prerrogativas que os brancos, inclusive a de terem seus próprios escravos e serem grandes proprietários de terras” (James, 2000, p. 18). Esse poder econômico dos mestiços demarcava as diferenças entre os negros, mas não impedia o frequente questionamento a respeito dos direitos desse grupo social.

1.3. Revolução Francesa e seus impactos no Haiti

A Revolução Francesa de 1789, na qual a burguesia revolucionária destruiu o antigo regime, eliminando o feudalismo e os privilégios da aristocracia, contribuiu para reescrever os caminhos da colônia de São Domingos. Com ela, “Os negros escravizados do Haiti viram uma nova perspectiva e os debates ganharão uma virulência prática inimaginável. O impacto da revolução começava a chegar à ilha em crescentes ondas de rupturas” (Andrade, 2019, p. 20).

Em 21 de outubro de 1790, Jacques Vicent Ogé liderou uma rebelião contra as autoridades brancas da ilha, exigindo como homem negro livre o direito de votar, mas foi derrotado, ainda que não contestasse a escravidão. Em 1791, em Paris, a Assembleia Constituinte sob o governo girondino, aprovava a igualdade de direitos em São Domingos, o que desestabilizou de forma irreversível a administração colonial. (Andrade, 2019, p. 20)

A repercussão da alteração na legislação aprovada na metrópole não tardou a se refletir na colônia, e em 14 de agosto de 1791 explode uma revolta de escravos inspirada na liderança de Dutty Boukman, um sacerdote vodu, que devido sua posição como líder religioso lhe rendia o respeito entre muitos escravizados. Foi no alto de uma montanha, em meio à floresta, num ritual vodu que o juramento de liberdade uniu os escravos haitianos e decidiu o destino

do Haiti. James (2010) registra em sua obra a oração proferida pelo líder Boukman naquela noite:

O deus que criou o sol que nos dá à luz, que levanta as ondas e governa as tempestades, embora escondidos nas nuvens, observa-nos. Ele vê tudo o que o branco vê. O deus do branco o inspira ao crime, mas o nosso deus nos pede para realizarmos boas obras. O nosso deus que é bom para conosco, ordena nos que nos vingemos das afrontas sofridas por nós. Ele dirigirá nossos braços e nos ajudará. Deitai fora o símbolo do deus dos brancos que tantas vezes nos fez chocar, e escutai a voz da liberdade, que fala para os corações de todos nós (Boukman, 1791 apud James, 2010, p. 93)

De acordo com Dubois (2022), antes da revolta Boukman liderou os conspiradores numa cerimônia religiosa, num lugar chamado Bois-Caïman. No local, realizaram o sacrifício de um porco preto. Essa cerimônia, de acordo com os historiadores, é considerada um marco significativo para a sequência no processo revolucionário e foi assim analisada por Dubois:

A história da revolução, então, tornou-se parte da religião, e alguns dos praticantes veem a cerimônia de Bois-Caïman como o momento fundador de sua religião, um contrato tanto para a reunião de diferentes nações africanas quanto para a unificação dos nascidos na África com os escravos crioulos em busca de libertação. (Dubois, 2022, p. 129).

A repercussão da cerimônia de Bois-Caïman continua a ser um símbolo da conquista pelos escravos insurgentes e foi inspiração para artistas, como podemos observar na imagem a seguir, retratada pela artista haitiana Nicole Jean-Louis. A tela apresenta Boukman à esquerda, vestido de branco e segurando um livro, numa posição elevada em gestos de discurso, enquanto os demais estão dispostos em forma circular e segurando facas - numa clara demonstração de organização para a insurreição. As cicatrizes nas costas comprovam o tratamento cruel que recebiam dos seus senhores, tendo ao centro o porco sendo sacrificado. Também apresenta escravos no alto das árvores para melhor visualizar a cerimônia. Estes aspectos nos transmitem a dimensão e importância do evento. Observe a imagem a seguir:

Figura 8



NICOLE, Jean-Louis, Bwa Kayiman Haiti (1791)

Disponível em: <<https://i.pinimg.com/originals/33/22/cc/3322cc95ae1f9fbd2fe7aafe1b0db0b8.jpg>>

Acesso: 17 jul. 2023

Após a cerimônia, a revolução teve início, inspirados pela religiosidade e a partir da organização dos escravos que participaram de uma série de reuniões noturnas na planície norte. Contudo, poucos meses após o início do movimento, “Boukman foi cercado por uma tropa de cavalaria e morto durante uma batalha. Ele foi decapitado, seu corpo queimado pelas tropas francesas diante dos acampamentos insurgentes e sua cabeça, exibida numa estaca na praça principal de Le Cap” (Dubois, 2022, p. 156). No entanto a morte do líder não destruiu a luta, e na sequência a revolta que destruiu dezenas de engenhos e se espalhou por toda a ilha, obrigou as autoridades francesas a buscar aliados locais para controlar a rebelião e para isso concedeu direitos políticos e civis para os homens de cor da ilha, algo inimaginável até então.

Os insurgentes terão reforços a partir de 1793 - quando a Espanha e a Inglaterra declararam guerra contra a França revolucionária – as autoridades espanholas decidem se envolver nos assuntos da colônia francesa. Os espanhóis antes aliados dos franceses, agora decidem apoiar os escravos revoltosos do Haiti com a intenção de expulsar os franceses e recuperar o domínio total sobre a ilha. Os líderes rebeldes Jean François, Jean Biassou e Toussaint Louverture aceitaram inicialmente a ajuda oferecida pelos espanhóis para lutar contra os franceses e também por sua liberdade. Assim, as autoridades coloniais francesas tiveram de enfrentar uma tripla ofensiva: de britânicos, espanhóis e escravos rebeldes, o que obrigou as autoridades coloniais francesas “a decretar em 29 de agosto de 1793 a abolição da escravidão no Haiti,

buscando ganhar o apoio da população negra da colônia francesa e atrair os generais rebeldes para a luta contra seus adversários” (Andrade, 2019, p. 21).

A decisão francesa, sob o governo jacobino de Robespierre, surtiu um efeito positivo e que veio ao encontro dos interesses franceses, pois Toussaint L’Ouverture juntamente com suas tropas uniu-se ao governo francês. Assim, ele foi nomeado general da República e passou a lutar contra os ingleses e espanhóis, além dos contrarrevolucionários comandados por César Gaubaud, contrários à libertação dos escravos e ao novo governo francês. “A aliança das tropas de Toussaint com as da república revolucionária francesa e seus comissários nacionais Sonthonax e Polverele permitiu a derrota de ingleses, espanhóis e do próprio general Gaubaud” (Andrade, 2019, p. 21).

C. L. R. James aponta contradições presentes nos processos revolucionário e na formação das lideranças ao afirmar que “os líderes das revoluções foram geralmente aqueles que tiveram a capacidade de lucrar com o benefício da cultura do sistema que combatiam, e a revolução de São Domingos não foi uma exceção a essa regra” (James, 2000, p. 33). Podemos utilizar como exemplos as histórias de dois líderes rebeldes haitianos, cujas biografias referendam tais argumentos:

Christophe, mais tarde Imperador do Haiti, era um escravo que trabalhava como servente em um hotel público em Cabo François e, nessa função, aproveitou para adquirir conhecimentos sobre pessoas e sobre o mundo. Toussaint L’ouverture também pertenceu a essa pequena casta privilegiada. Seu pai, filho de um pequeno chefe na África, depois de aprisionado na guerra, foi vendido como escravo e fez a viagem em um navio negreiro. Foi comprado por um colonista com uma certa sensibilidade que, reconhecendo que esse negro era uma pessoa fora do comum, permitiu-lhe gozar de um pouco de liberdade na fazenda e deu-lhe cinco escravos para cultivar uma horta. Tornou-se católico, casando-se com uma mulher que, além de bonita, também era uma boa pessoa, e Toussaint seria o mais velho entre oito filhos do casal. Perto da casa-grande, vivia um velho negro chamado Pierre Baptiste, notável pela sua integridade de caráter e dotado de algum conhecimento. Os negros falavam um baixo francês conhecido por créole. Mas Pierre sabia francês, um pouco de latim e também um pouco de geometria, que tinha aprendido com um missionário. Pierre Baptiste tornou-se padrinho de Toussaint e ensinou ao afilhado os rudimentos do francês. [...] instruiu-o nos rudimentos do latim. Toussaint aprendeu também a desenhar. (James, 2000, p. 33)

As condições materiais favoráveis garantiram a Toussaint o acesso a conhecimentos. Seu padrinho lhe inseriu no mundo letrado e seu pai que tinha certo conhecimento sobre plantas medicinais, lhe ensinou o que sabia. Esses saberes aliados ao fato de Toussaint ter uma inteligência acima do comum fez com que se destacasse e fosse designado a cocheiro de seu

senhor. Exercendo essa função, pode usufruir de um maior conforto e vivenciar experiências que contribuíssem para a ampliação de sua educação e conhecimento. E por fim, foi designado administrador de todos os bens vivos da propriedade do seu senhor. Função normalmente exercida por brancos.

O número de escravos que ocupavam posições com tais oportunidades era infinitamente menor do que em comparação aos milhares que suportavam a vida brutal em São Domingos. Contudo, nem todos os escravos estavam dispostos a passar a vida toda nessa condição e buscavam meios para enfrentar a escravidão. Fugiam para as montanhas e florestas, formando bandos de homens livres (os marrons ou quilombolas como atualmente são chamados no Brasil). As fugas constantes e a formação dos bandos representavam um perigo à administração da colônia cerca de cem anos antes da abolição da escravidão. Normalmente, esses bandos viviam separados uns dos outros, mas frequentemente encontravam um líder que era forte o suficiente para unir os diferentes agrupamentos: “o fenômeno chamado Marronnage conseguia unir e organizar os escravos fugitivos nas montanhas, isto é, desde os primórdios da colonização” (Martins, 2019, p. 38). Pode-se dizer que foi uma arma poderosa para enfrentar o sistema colonial opressor.

O maior líder rebelde foi Makandal - um negro trazido da Guiné e que tinha sido escravo no distrito de Limbé – que planejou unir os negros e expulsar os brancos da colônia. Makandal tinha habilidade de orador, era destemido e dizia poder prever o futuro. Organizava os bandos para pilhar fazendas e pessoalmente percorria essas propriedades para converter escravos ao seu bando, estimulando seus seguidores e aperfeiçoando o plano de destruir a população branca de São Domingos. Para isso, durante seis anos, construiu sua organização, onde ele e seus seguidores envenenavam não apenas brancos, mas membros desobedientes do próprio bando. No entanto é difícil saber a extensão do uso do veneno, mas as evidências de seu uso ficaram registradas nos julgamentos conduzidos em contextos de paranóia por parte dos senhores. “Os senhores frequentemente imaginavam que veneno estava sendo usado, quando na verdade, seus animais estavam morrendo por doenças e seus escravos por excesso de trabalho e miséria”(Dubois, 2022, p. 73).

Makandal planejava envenenar a água de todas as casas da capital em um único dia. Para isso designou tenentes, capitães e outros oficiais que deveriam se espalhar pela região para massacrar os brancos. Contudo, antes de conseguir colocar em prática seu plano, foi traído ao se embriagar quando visitou uma fazenda, sendo capturado e queimado vivo.

A revolta de Makandal não se efetivou, assim como nenhuma outra tentativa de revolta foi organizada nos cem anos que antecederam a Revolução Francesa. Os escravos pareciam

estar resignados e os colonistas defendiam que a escravidão era necessária. A legislação de proteção dos escravos existia somente no papel, pois na prática era seguida a regra de que cada homem podia fazer o que quisesse em sua propriedade. Todas as leis favoráveis aos escravos eram desconsideradas quando confrontavam os direitos de propriedade (James, 2000).

Situação que só será alterada quando a metrópole necessitou do apoio dos negros escravizados para atender a seus interesses. “A abolição da escravatura, em 1794, permitiu a estruturação e a solidificação do setor privilegiado dos negros libertos, entre eles aqueles que ocupavam altos postos no exército de libertação de Toussaint Louverture...” (Grondin, 1985, p. 38).

O grande desafio de Toussaint como chefe das forças armadas da independência era forjar um senso de união na população de São Domingos, pois as forças britânicas e espanholas recrutavam mercenários entre a população local composta na maioria por negros. Além de uma necessidade militar, era também uma necessidade política para garantir que “as conquistas feitas pelos escravizados no começo dos anos de 1790 fossem consolidados” (Hazareesingh, 2021, p. 143). Observe a imagem a seguir, que apresenta Toussaint como o grande líder montado em seu cavalo empunhando uma espada - postura que demonstra a bravura e a coragem necessária para comandar uma nação.

Figura 9



VOLOZAN, Denis. Retrato de Toussaint L’Ouverture do começo dos anos de 1800, mostrando Toussaint em seu cavalo Bel-Argent numa clássica postura marcial.

Disponível

em: <https://f.i.uol.com.br/fotografia/2021/10/07/1633638869615f59d565964_1633638869_3x4_lg.jpg> Acesso: 18 jul. 2023

A preocupação de Toussaint em unir as diversas classes sociais em uma grande fraternidade que incluísse negros, brancos, mestiços, republicanos da França e todos os homens e mulheres que lutassem contra a escravidão garantiria a manutenção das conquistas. Para isso também contava com o apoio de Laveaux, - encarregado da administração do território – que afirmava ter como único objetivo a união e felicidade de todos os irmãos republicanos. Contudo os desafios eram enormes. “Sua própria tropa de sans-culottes era mal equipada. Ele não tinha como igualar o soldo de um portugaise por mês oferecido pelos espanhóis: “a essa taxa”, comentou melancolicamente, “eles pagam bem os recrutas”” (Hazareesingh, 2021, p. 143). Outra dificuldade encontrada por Toussaint para promover a pacificação no território era convencer a tropa bossale¹⁷ de Etienne e camponeses locais a não realizar desordens ou obter aquilo de que necessitavam por meio da violência. Para atingir seus objetivos, repreendendo o grupo, recorreu a ideais religiosos e assim os rebeldes pediram perdão e reconheceram Toussaint como um pai.

Foi também nesse período que os governos da França e Espanha firmam o Tratado da Basileia, no qual a França se comprometia a devolver os territórios conquistados na Península Ibérica em troca da parte espanhola da ilha de São Domingos, o que afetava diretamente a organização social da ilha. Para a efetivação da desocupação do território pelos espanhóis foi firmado o tratado de 1795, no qual os habitantes do lado espanhol teriam um ano para sair do território. A retirada de espanhóis se iniciou em abril de 1796, com a saída em torno de 1.800 pessoas, mas a desocupação total não se efetivou e até o ano de 1800 nenhuma autoridade francesa oficialmente havia tomado posse da parte espanhola de Santo Domingo, nem as tropas de Toussaint tiveram condições de unificar a ilha (Andrade, 2019).

Em outubro de 1796, Laveaux decide deixar São Domingos. Eleito um dos deputados da colônia no Conseil des Cinq Cents, a câmara baixa do parlamento francês. No parlamento teve um papel crucial na aprovação da lei de 1º de janeiro de 1798, que buscava consolidar as conquistas da revolução nas colônias. No lugar de Laveaux na colônia, assume Léger-Félicité Sonthonax que havia proclamado o fim da escravidão em agosto de 1793. Sonthonax também foi o responsável pela promoção de Toussaint à patente de general de divisão e intermediou a ida dos filhos de Toussaint (Placide e Issac) a Paris para estudar. Contudo, desde o início, havia divergência significativa entre Sonthonax e Toussaint, que ia desde aspectos pessoais e de temperamento, aos aspectos políticos e às questões militares. Essa divergência se estendeu

¹⁷ Escravo africano não batizado.

até 1797, quando Sonthonax pressionado, finalmente concordou a voltar para Paris a fim de ocupar sua cadeira no Consel des Cinq Cents ao lado de Laveaux (Hazareesingh, 2021).

Enquanto se travavam as disputas internas em São Domingos, disputas externas também afetavam a vida na colônia. Como a que ocorreu no final de 1796, quando a Grã-Bretanha declarou guerra à Espanha. A guerra entre ingleses e espanhóis no território de Santo Domingo e a decisão do comandante francês Donatien Rochambeau de não tomar posse do território cedido pelos espanhóis com tropas compostas por soldados negros, adiou a ocupação de toda a área. Rochambeau pretendia ocupar o território com soldados brancos, pois já havia sido enviada uma missão francesa com o objetivo de retirar o poder político e militar de Toussaint Louverture. Contudo, a ofensiva inglesa foi retomada e o comandante francês foi obrigado a adiar a ocupação do antigo domínio espanhol. Esse conflito se estendeu até o final de 1797, sendo os ingleses derrotados. Mesmo com o fim do conflito, até agosto de 1800, nenhum representante do governo francês oficialmente autorizado tomou posse do território de Santo Domingo espanhola. Concomitantemente a isso, a França passava por mudanças significativas naquele momento. Os jacobinos haviam sido derrotados e seus líderes guilhotinados. A França passa a ser governada pelo Diretório, os girondinos assumem o poder e buscam rever muitas das medidas adotadas durante a revolução, entre as quais a abolição da escravatura na colônia haitiana. “A ascensão de Napoleão consolidou a virada conservadora da revolução. Era de fato um inconveniente sério para os planos de Napoleão e da burguesia francesa ter um general negro e um exército de libertos à frente da antiga e rica colônia haitiana” (Andrade, 2019, p. 24).

A ascensão de Napoleão ao poder na França em 1799 altera também a conjuntura política em São Domingos. Assim, em maio de 1800, Toussaint é informado por mensageiros a não tomar posse do território espanhol da ilha, sob pena de morte. Mas, em junho do mesmo ano, “o general negro obrigou o representante francês a assinar a autorização de ocupação de São Domingos” (Andrade, 2019, p. 24). E em 26 de janeiro de 1801, Toussaint ocupou a capital de São Domingos e tomou diversas medidas para garantir o respeito aos habitantes, o aperfeiçoamento da administração e o aumento da produção de alimentos.

Melhorou as estradas e tentou efetivar uma revolução agrária para transformar todo o sistema de produção da antiga ex-colônia espanhola. Criou tribunais de primeira instância nas duas partes da ilha. Ordenou que fosse feito um inventário preciso dos recursos disponíveis e aboliu vários impostos. Buscou conquistar a simpatia dos proprietários do antigo lado espanhol da ilha que, sabia, o odiavam. A escravidão foi abolida por meio de um decreto de 27 de agosto de 1801. Criou um sistema monetário para facilitar as opera-

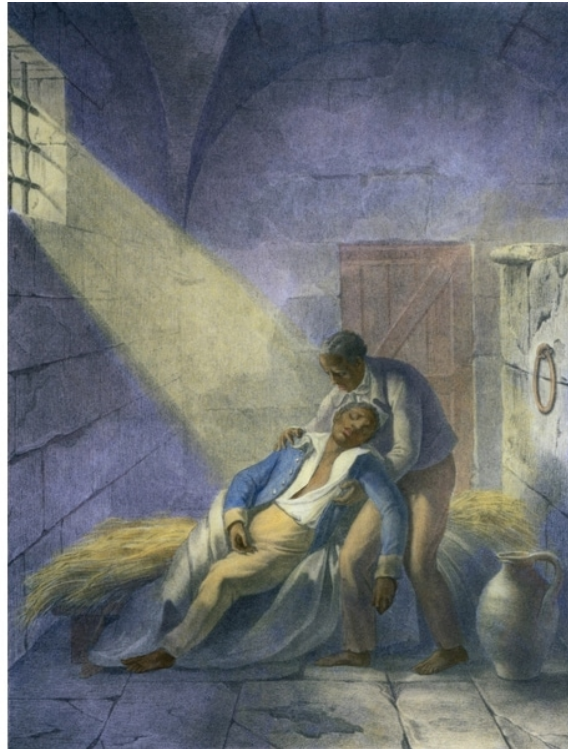
ções financeiras das regiões. Tomou medidas para limitar a concessão de terras a novos proprietários e tentou introduzir plantações de cana-de-açúcar, café, algodão e cacau para superar a pobreza da ex-colônia espanhola, cuja atividade se resumia à criação de gado (Andrade, 2019, pp. 24-25).

No entanto, com o fim temporário da guerra na Europa, Napoleão teve tempo para se dedicar aos assuntos envolvendo a colônia. O governante francês tinha planos de retomar o controle do Haiti – agora sob o governo de Toussaint – para ser um ponto de apoio a exploração da imensa Louisiana francesa (que foi posteriormente vendida aos EUA); além de restabelecer a escravidão em São Domingos. Pretendia, para isso, aproveitar a paz com a Inglaterra para enviar sua frota armada sem ter de enfrentar o poderio naval inglês. Assim, em janeiro de 1802, despachou 20 mil homens sob o comando do general Charles Victor Emmanuel Leclerc, na tentativa de esmagar as forças de Toussaint.

As forças lideradas por Toussaint e seus generais tiveram de enfrentar, além das forças invasoras francesas, disputas internas relativas aos grupos de mestiços proprietários de terras e dos colonos espanhóis e franceses que não queriam ser governados por um negro. Além disso, o grupo de colonos sempre teve a expectativa do retorno da escravidão e viam na invasão francesa a possibilidade de terem seus objetivos atingidos.

Com a invasão francesa, um governo militar foi estabelecido no Haiti e na antiga colônia espanhola. Em 5 de maio de 1802, após poucos meses de conflito, Toussaint negocia a rendição e lhe asseguram a liberdade. Mas um mês depois o prendem e o enviam para a França, onde foi torturado e interrogado no Fort-de-Joux, na região gelada do Jura. As condições do clima e a restrição de alimentos levaram Toussaint a óbito no dia 7 de abril de 1803.

De acordo com Sudhir Hazareesingh, a imagem 09 faz parte da obras encomendadas pelo governante haitiano Boyer, das quais em uma delas ele mesmo aparece ao lado de Toussaint. As gravuras pintadas buscavam representar a capacidade de Toussaint de encarnar as experiências de seu povo durante a luta pela liberdade. A gravura sobre a morte do grande líder é a imagem final da série e segue as convenções do gênero heróico. “Ele é mostrado morrendo nos braços do leal empregado Mars Plaisir, que, a bem da verdade, na época da morte do patrão tinha sido removido havia tempos do Fort de Joux” (Hazareesingh, 2020, p. 435). O prisioneiro é representado na postura clássica do martírio cristão, em que a luz que penetra o recinto através da janela, simboliza sua ascensão ao Céu. O tema central é a virtude republicana de Toussaint, seus talentos e qualidades, que a posteridade lhe conferirá a honra de colocar seu nome entre os dos mais virtuosos e patrióticos.

Figura 10

A MORTE DE TOUSSAINT – Imagem final da série de quadros encomendadas pelo presidente haitiano Boyer.

Disponível em:

<<https://www.historyhit.com/app/uploads/2021/10/Death-of-Toussaint-e1635497828374.jpg>>

Acesso: 18 jul. 2023.

A prisão de Toussaint não dá fim ao movimento de resistência da população haitiana, temerosa do retorno à escravidão. Os líderes remanescentes – Jean-Jacques Dessalines, Alexandre Pétion e Henry Christophe - dão continuidade ao enfrentamento às forças francesas, especialmente quando é restaurada a escravidão na colônia francesa da Martinica - pois percebem o perigo que os cerca e se rearticulam e recomeçam a revolução.

As forças francesas sofreram ao longo dos meses de ocupação, com baixas significativas, como a morte do comandante, o general Leclerc, em novembro de 1802. Em seu lugar assumiu o comando o general Donatien Rochambeau. Nesse mesmo período, recomeçava a guerra na Europa entre a França e a Inglaterra, o que obrigou os franceses a reduzir o envio de tropas ao Haiti e a concentrar esforços nos combates no continente europeu. A França também teve dificuldade em enviar reforços a colônia, pois a frota inglesa bloqueava a passagem dos seus barcos. Em busca de apoio contra os ingleses, Napoleão vende, em abril de 1803, a imensa Louisiana aos Estados Unidos da América (EUA). Mas isso em nada adiantou. Sem o apoio esperado, Napoleão encerrou suas ambições coloniais na América. Todas essas circunstâncias contribuíram para o enfraquecimento das forças francesas.

Os conflitos entre as tropas rebeldes haitianas e as tropas remanescentes francesas se estenderam até o mês de novembro de 1803, quando o general Rochambeau se retirou para a Jamaica e suas tropas recuaram para a São Domingos espanhola e posteriormente abandonando definitivamente o território colonial. O líder dessa ofensiva vitoriosa foi Jean-Jacques Dessalines, “que avançou implacavelmente contra os soldados franceses até a vitória, em 1º de janeiro de 1804, e proclamou a independência fazendo do Haiti a primeira república negra do mundo, aspiração maior de liberdade de todos os escravos das Américas” (Andrade, 2019, p. 29).

Ainda segundo Andrade (2019), em março de 1805, após confrontos com tropas francesas, os haitianos sob a liderança de Dessalines decidiram recuar para o território do Haiti e a partir de então reconstruir o que havia sido destruído por anos de conflitos. Era preciso voltar todas as energias para a construção de um país e para isso era preciso encerrar os combates. Para a efetivação disso:

Dessalines restabeleceu os sistemas de plantações e tomou medidas para fixar os trabalhadores em seus locais de trabalho. Aproveitou sua experiência militar, na qual fora obrigado a garantir rotas de comunicação, organização e disciplina das tropas e o abastecimento de milhares de soldados para tentar reorganizar o funcionamento da economia, que exigia igualmente análise da situação, planejamento e capacidade de ação. (Andrade, 2019, p. 30)

Após anos de conflitos, a terra produtiva estava arrasada e, conseqüentemente, o comércio praticamente inexistia. Para tentar sanar as muitas dificuldades, Dessalines em muitos momentos fez uso da força, agindo com mão de ferro, tendo pouca tolerância com os proprietários brancos remanescentes. Essas atitudes geraram divergências e descontentamentos de uma parcela da população, que se agravaram quando em 1805, quando coroou a si próprio com imperador.

Antes da independência, os mestiços faziam parte de uma camada social que tivera acesso à educação e haviam recebido privilégios econômicos, políticos e sociais dos antigos colonizadores franceses. Isso contribuiu em grande medida para a consolidação do preconceito aos negros de pele mais escura, que eram em sua ampla maioria analfabetos e pobres, e estavam agrupados em torno da liderança de Dessalines. Outro aspecto que contribuiu para o acirramento da disputa entre mestiços e a população de ex-escravos tinha ligação com a posse da terra. As grandes propriedades estavam concentradas, em grande parte, nas mãos dos mestiços, os quais dirigiam os meios de produção e controlavam a distribuição da riqueza produzida e não estavam dispostos a dividir seu poder ou permitir uma política de redistribuição das

terras. “Todavia, as forças populares de ex-escravos negros que entraram na arena para contestar a minoria de proprietários coloniais tinham como perspectiva o acesso à terra. Essas contradições latentes sobreviveram à independência” (Andrade, 2019, p. 31).

As divergências entre os diferentes grupos sociais durante o governo de Dessalines tinham como pano de fundo as disputas em torno da política de terras. A herança de três séculos de dominação colonial escravista e racista gerou uma grande concentração de terras e que não foram resolvidos com a alteração no poder. As lutas entre os diferentes grupos concorrentes da classe dominante, tendo ou não o apoio da massa popular, não mudaram fundamentalmente o regime econômico-social. As massas populares continuaram excluídas, o que explica em grande parte a instabilidade política e social e o constante estado de insurreição e tumulto dos primeiros anos da história haitiana. Essa história reflete os antagonismos estruturais gerados a partir do processo de colonização, como a divisão entre os falantes de francês e de crioulo, entre negros e mestiços, entre os grupos de católicos e os praticantes do vodu, entre as influências africanas e europeias e, principalmente, entre proprietários e os trabalhadores sem posses.

Todas essas contradições, difíceis de serem sanadas devido ao conflito de interesses no âmbito interno, foram agravadas pela interferência externa das potências europeias, que nas décadas seguintes à independência buscaram, por todos os meios, isolar e esmagar o Haiti, pois temiam que seu exemplo de luta pelo fim da escravidão e luta pela independência semeasse rebeliões e se espalhasse pela América Latina, atingindo assim seus interesses em manter em suas colônias o trabalho escravo (Andrade, 2019).

O impacto da independência haitiana – em pleno século das luzes - foi profundo não apenas nos campos políticos e econômicos, mas reverberou no outro lado do Atlântico também no aspecto cultural e filosófico.

Embora os líderes da revolução haitiana reconhecessem explicitamente a inspiração de ideais da Ilustração francesa, vários dos pensadores ligados aos ideais iluministas, contraditoriamente, rejeitaram a experiência haitiana como parte do conceito de liberdade, que seria restrita apenas ao alcance das fronteiras europeias, quando conheceram a revolução haitiana, reafirmaram que a liberdade era um privilégio dos brancos. (Andrade, 2019, p. 33)

Havia em toda a Europa a preocupação em construir uma imagem, relativa à revolução escrava, como sendo uma explosão de violência cega dos negros escravos. Essa construção teórica tinha ligação com o incômodo causado pela afirmação, em voga no período, da superioridade dos brancos. Autores que afirmaram e defenderam a liberdade do Homem, como

Hegel, John Locke, Jean-Jacques Rousseau e Diderot não questionaram e deram as costas à escravidão. No entanto, relatos de testemunhas, que registraram os eventos entre 1791 a 1804, “mostraram que os negros não matavam sistematicamente os brancos que capturavam e que os insurgentes estavam buscando construir uma “contrassociedade”” (Andrade, 2019, p. 34).

Um dos relatos que contrapõe a visão eurocêntrica da revolução haitiana está registrado no texto *Historick Recital*, do cafeicultor Jerome Cros, publicado em 1793, e que expõe de maneira concreta a impotência dos brancos colonizadores frente à capacidade de ação organizada e consciente dos negros ex-escravizados. “Essas ideias e informações sobre o Haiti circulavam pelos mesmos navios que levavam açúcar escravos pelo Oceano Atlântico” (Andrade, 2019, p. 35). Além desse obstáculo para manter a afirmação da superioridade dos brancos europeus diante da capacidade dos negros de se organizarem e conquistarem com suas próprias mãos a liberdade, os europeus foram confrontados em seus discursos por mulatos e negros livres que não se calaram e participaram desse debate se opondo ao etnocentrismo europeu.

A população haitiana não foi omissa nesse processo, pois recusou-se a aceitar o retorno a escravidão e colonização. Enfrentou com bravura os colonizadores até conseguir sua independência. Mas esse esforço e coragem não passaram despercebidos e foram duramente tratados pelos povos que se afirmavam civilizados.

Essa posição independente dos negros livres haitianos provocou uma reação não apenas política e militar, mas também uma oposição cultural contra a sua experiência revolucionária de conquista da liberdade. Podemos, nessa medida, refletir se essa marginalização do Haiti pôde ser vista desde o princípio, portanto, como uma ação consciente e persistente no pensamento ocidental até o ponto de quase naturalizar-se. (Andrade, 2019, p. 35)

Países vizinhos da América também reforçaram a concepção eurocêntrica, não reconhecendo a independência do Haiti e contribuindo para seu isolamento político e econômico. Tal foi o exemplo da Colômbia, que só em 1868 enviou um representante comercial ao Haiti e apenas 1950 estabeleceu relações diplomáticas. Cabe aqui salientar que a Colômbia recebeu auxílio do Haiti para conquistar sua independência. Outra nação americana que rapidamente demonizou a jovem república haitiana foi os EUA. “O governo dos EUA não reconheceu a autonomia e a legitimidade do novo governo haitiano e em 1806 promulgou uma lei de embargo comercial contra o Haiti” (Andrade, 2019, p. 35).

E os vizinhos governos latino-americanos independentes, surgidos bem depois, e até com apoio haitiano, jamais revelaram qualquer admiração quanto

à república negra. Governados por oligarcas e grandes proprietários, todos receavam que os ideais de liberdade contaminassem seus próprios territórios. (Andrade, 2019, p. 36)

Contudo, a luta do povo negro haitiano não foi em vão. Além de terem conquistado a independência com suas próprias mãos, eles serviram de exemplo, inspiração e alimentaram o sonho de muitos povos subjugados pelo poderio colonial. “Essa característica inspiradora já era evidente nos últimos anos do regime de Toussaint em Saint-Domingue, que estabeleceram sua reputação internacional como herói emancipador de todos aqueles que contestavam as classes dominantes escravistas” (Hazareesingh, 2021, p. 424).

No final do século XVIII e início do século XIX, surgiu em todo o território do Caribe e nas Américas uma onda de rebeliões de escravizados visando derrubar o sistema escravista. Essa inspiração ultrapassou esses séculos e chegou ao século XX, como nos relata Hazareesingh:

Encarcerado por seu ataque ao quartel de Moncada, Fidel Castro revelou em 1954 em sua cela de prisão que o episódio histórico que o inspirava a “transformar Cuba de alto a baixo” era “a insurreição dos escravos negros no Haiti” E completou: “Numa época em que Napoleão imitava César, e a França se parecia com Roma, a alma de Espártaco renasceu em Toussaint Louverture” (Hazareesingh, 2021, p. 424).

Outros exemplos da influência positiva da revolução haitiana e de seus líderes podem ser constatados na colônia holandesa de Curaçau, no sul do Caribe, no ano de 1795, num levante abolicionista. Essa revelação foi feita por um dos rebeldes executado pelas autoridades holandesas, que se autodenominava “Toussaint”. Em 1797, até mesmo na república de Guadalupe, - onde a escravidão já havia sido abolida – insurgentes convocaram os trabalhadores das plantations a derrubar, pela violência, o poder econômico dos brancos. Similarmente, em 1799, mestiços na cidade de Maracaibo, na Venezuela, tinham o objetivo de introduzir ali o mesmo sistema existente em Saint-Domingue. No Brasil e no Uruguai também foram descobertos complôs inspirados nos ideários revolucionários. Em 1805 foram descobertos oficiais negros da milícia do Rio de Janeiro que usavam no pescoço retratos de Dessalines. (Hazareesingh, 2021; Morel, 2017). Segundo Dayqueline C. G. Martins,

A revolução dos escravos no Haiti causou impacto além do continente americano, ou seja, alterou a posição econômica da França em relação aos outros países coloniais e, também, provocou mudanças na estrutura social nas colônias por toda a América. Esse último aspecto é justificado pela influência que trouxe na proibição do tráfico de escravos e as aspirações pela indepen-

dência em toda a América espanhola. No entanto, a grandeza da revolução haitiana e suas influências em todo o mundo, principalmente na América Latina são pouco difundidas (MARTINS, 2019, p.43).

O Haiti – palco de uma revolução contra a escravidão e luta pela conquista da independência que serviram de inspiração aos sonhos de liberdade de outros povos – internamente continuou com conflitos de interesses e conspirações que levaram ao assassinato de Dessalines em outubro de 1806. Com a morte do presidente, o Haiti precipitou em convulsões políticas que levaram o país a um longo período de divisão territorial, com Christophe governando o nordeste do Haiti, se coroando rei Henry I, e Alexandre Pétion governando o sul do território. Os dois governos divergiram não somente nos aspectos políticos, sendo um, uma monarquia e a o outro uma república. Mas também divergiram na maneira como tratavam os proprietários de terra. De acordo com o historiador Everaldo de Oliveira,

Pétion no sul, ao contrário de concentrar terras, distribuiu-as para pequenos proprietários individuais em pequenas parcelas, tendo começado em 1809 com seus próprios soldados. Mas essa decisão prejudicou as possibilidades de produção para a exportação, mesmo com a predominância do café, ao lado de produtos de subsistência. As antigas plantações de cana diminuíram e muitos perderam seus empregos nos antigos engenhos. Dessa maneira, no sul haitiano surgiu uma massa de pequenos proprietários pobres, isolados, mas livres, com uma produção em grande parte de subsistência. No norte havia crescente prosperidade nas grandes fazendas, que, embora fossem mais eficazes para o conjunto da economia, ao concentrar a produção para permitir as exportações, excluía a maioria trabalhadora do acesso à terra. Por isso, muitos queriam buscar a sorte no sul. (Andrade, 2019, p. 39).

A prática política de distribuição de terras realizada por Pétion não foi suficiente para alterar o núcleo do poder econômico nas mãos dos antigos proprietários mestiços, mas suas atitudes fizeram com que fosse amado por seu povo - que o chamavam de “Papa bom couer” - e considerado por muitos um estadista, visionário e com grande ousadia por realizar algo impensável em um Caribe e América Latina, que começava a se libertar do domínio colonial. Suas atitudes governamentais geraram nos grandes proprietários escravocratas da região um temor real.

Um registro à parte, que é digno de nota, é o fato do encontro entre Pétion e Simón Bolívar em dezembro de 1815, quando Bolívar saído do seu exílio na Jamaica, chega ao Haiti e consegue apoio de Pétion para libertar a América espanhola. Foi fornecido a Bolívar “mais de 6 mil fuzis com baionetas, munições, víveres, uma imprensa completa, o empréstimo de algumas embarcações e significativa soma em dinheiro. [...] permitiu que cidadãos haitianos se alistassem na expedição...” (Andrade, 2019, p. 42).

Pétion foi o único governante que apoiou materialmente as revoluções americanas de independência, e o que ele solicitou em troca de Bolívar foi que esse libertasse todos os escravos do continente. Apesar de Bolívar ter cumprido sua promessa, os governantes oligarcas que passaram a governar as ex-colônias não defenderam o antiescravismo absoluto e criaram sistemas de liberdade gradual. Apesar de ter contribuído para a efetivação da independência de países América espanhola, morre em 1820 sem ter a independência de seu país reconhecido por aqueles a quem auxiliou. “O isolamento imposto à jovem nação não tinha paralelos. Em 1822, os EUA sequer responderam ao pedido de reconhecimento diplomático de sua independência, e atitude semelhante foi tomada pelas repúblicas hispano-americanas recém-libertadas” (Andrade, 2019, p. 45).

O não reconhecimento da independência pelas demais nações, o embargo econômico imposto ao país, além das disputas internas pelo controle do poder político econômico, levaram o Haiti à situação de extrema desigualdade social e que frequentemente ocasionava conflitos armados e uma alternância no poder que visava atender aos interesses das classes privilegiadas. As diferenças sociais e de classe eram expressas inclusive em um ditado popular haitiano que dizia: “‘Nèg rich sé mulat, mulat pòv sé nèg’ (negro rico é mulato, mulato pobre é negro)” (Grondin, 1985, p. 40). O poder econômico servia para demarcar a diferença de classe e assim negros ricos eram chamados “Gros nèg” (poderoso) e negros pobres de “ti nèg” (negrinho). No Haiti “... desde as lutas pela independência até os dias de hoje, a cor da pele sempre foi utilizada pelos setores da elite para marcar suas diferenças e definir suas lutas, bem como para promover, ocasionalmente, alianças intercores em busca do poder econômico e da dominação política” (Grondin, 1985, p. 40).

Outro aspecto relevante refere-se à alternância de poder com certa regularidade, com representantes de cada setor, ora negro, ora mulato. Podemos constatar esse aspecto numa breve análise dos presidentes haitianos até as décadas finais do século XX, pois:

O primeiro governador negro, Toussaint Louverture (1791-1802) foi combatido, sem êxito, pelo general Rigaud, mulato (1797-1800); o ex-escravo J. J. Dessalines, fundador da República, foi combatido e substituído pelo mulato Petion (1806-1820), responsável, em parte, pela morte do rei Henri Christophe (1806-1820), ex-escravo negro que reinava na parte norte da ilha. A ascensão ao poder do mulato Boyer (1820-1843) marcou, juntamente com o governo de Petion, o maior período de dominação mulata: 37 anos. Depois da guerra com a República Dominicana (1844-1846) sobe ao poder o presidente negro Soulouque (1847-1855), que estabelece uma política “negrista” apoiada pela massa negra e por um corpo de polícia paralela, os Zinglins, precursores dos Tontons-Maucoutes de Duvalier. Ao presidente Soulouque sucederam os presidentes mulatos Greffard (1859-1867) e Salvane (1867-

1869) e, depois de alguns anos de instabilidade e de alianças, surge o presidente negro Salomon (1879-1888). [...] , seguidos da invasão norte-americana (1915-1934) surgem os presidentes mulatos Vincent (1940-1941) e Lescot, Francófilo (1941-1945), seguidos pelos presidentes negros Estimé (1945-1950), Magloire (1950-1956) favorável aos mulatos e a dinastia Duvalier (1957-). O casamento do presidente Jean-Claude Duvalier com a filha de um dos principais membros da elite mulata faz prevalecer a retomada do poder político pelo setor mulato e o fim dos 40 anos de poder negro. (Grondin, 1985, pp. 40-42)

As disputas políticas dos grupos sociais no Haiti sempre tiveram a marca da cor da pele e sua condição econômica. As tensões econômicas entre duas frações da classe dominante haitiana foram muitas vezes encobertas pelo “fator cor”, uma suposta rivalidade entre negros e mulatos, mas que ocultava rivalidades no campo econômico e político. Ambos disputavam a exploração do trabalho da massa de haitianos empobrecidos. Além das disputas entre as classes dominantes, também ocorreram conflitos entre as massas populares e os grandes proprietários que se prolongou no decorrer de diferentes governos. No entanto, “em virtude do analfabetismo, as massas camponesas não deixaram testemunhos escritos e diretos sobre sua situação e suas lutas” (Andrade, 2019, pp. 52-53). Laurent Dubois escreve a esse respeito, afirmando que “muitos dos principais protagonistas da Revolução Haitiana, ao contrário dos de outras revoluções do Atlântico neste período, deixaram poucos registros escritos de seu pensamento político. (A grande exceção é Toussaint Louverture)” (Dubois, 2022, p.19).

Esse aspecto foi apresentado por José D’Assunção Barros (2004) ao discorrer sobre a diferença de como os registros históricos feitos sobre as classes sociais privilegiadas são mais acessíveis pela quantidade de registros disponíveis e abundantes em detrimento as classes menos favorecidas. Segundo Barros,

Os indivíduos pertencentes às classes sociais privilegiadas dão-se a conhecer através dos mais diversificados tipos de fontes à disposição dos historiadores – na documentação política, falam através dos deputados e governantes que os representam; nas notícias de jornais, pode-se até mesmo percebê-los em *flashes* de sua vida privada nas colunas sociais; na arte letrada, iremos encontrá-los como sujeitos produtores de discurso ou como referentes dos aí produzidos. Já o pobre, e mais ainda ao excluído, só é dada a voz quando ele comete um crime (ou quando é acusado de um) (Barros, 2004, p.121).

Toussaint L’Ouverture tinha clareza das disputas entre as classes sociais e sua relação com a cor da pele. Assim, visando construir uma sociedade mais justa e igualitária, propôs a escrita da primeira constituição, na qual ficou estabelecida a abolição da escravidão e a garan-

tia de que todo o homem, não importando sua cor, poderia candidatar-se a qualquer cargo público.

Com relação à questão da cor da pele, Eduardo Gruner faz uma análise singular referente ao artigo 14 da constituição haitiana de 1805, que afirmava: “A partir de la promulgación de esta Constitución, todos los ciudadanos haitianos, sea cual el color de su piel, serán denominados negros” ”. (Gruner, 2012, p. 226). Essa afirmação, segundo Gruner, é extraordinária, pois de forma sarcástica, faz o enfrentamento a pretensão de universalidade da Revolução Francesa, mas que não incluía os negros. Outro aspecto que pode ser analisado a partir desse artigo, refere-se ao enfrentamento que ele realiza a pretensão dos colonizadores de classificar em até 126 tonalidades de pele. Dessa forma, é como se dissessemos: “No, mire, negro somo todos. Después discutimos los matices” (Gruner, 2012, p. 227). Essa afirmação da universalidade do ser negro expõe o caráter político e não o biológico, o fenótipo. Nesse sentido, Laurent Dubois afirma que:

Claramente, a identificação racial foi uma parte crucial da revolução e, juntamente com os fatores econômicos, sociais e culturais, influenciou a maneira como indivíduos e grupos agiram e responderam uns aos outros. Ao mesmo tempo, complicadas forças ideológicas e políticas muitas vezes dividiram os grupos que tendemos a ver como unidos pela “raça”. (Dubois, 2022, p. 19)

No entanto, longe das afirmações filosóficas a respeito da questão racial, no cotidiano da população haitiana a luta pela sobrevivência continuou árdua no decorrer do tempo, passando diversos governos, fossem estes progressistas ou ditatoriais. Por outras palavras, não houve trégua para o campesinato.

1.4. O campesinato e sua resistência

São os grandes momentos de protesto ou de violência coletiva que tornam visíveis as massas, e os pequenos momentos de crimes individuais que dão visibilidade ao homem comum. Por isso o historiador acaba chegando às massas e aos indivíduos menos favorecidos através da violência. (Barros, 2004, pp. 124)

Os camponeses haitianos não conseguiram registrar seus feitos, assim como os vencidos em muitos momentos não conseguem escrever suas histórias. Mas felizmente, com relação às lutas das massas revolucionárias no Haiti, “os fatos ligados aos seus combates chegaram até o presente por meio de textos de aliados ou simpatizantes da intelectualidade, e de

testemunhos acusadores de seus inimigos de classe ou mesmo de viajantes estrangeiros” (Andrade, 2019, p. 53).

De acordo com José D’ Assunção Barros (2004), as massas populares nos tempos de paz são conhecidas pelas fontes históricas em seus aspectos basicamente numéricos e genéricos, como as datas de seus nascimentos e morte, número de filhos, sua ocupação e modalidade de pertencimento (servo, operário...). Falam, assim, à História em sua sofrida passividade. Contudo, quando ocorre um motim, uma insurreição ou um protesto público, essa massa de despossuídos será ouvida não mais através da passividade dos números, mas através dos gestos violentos e ruidosos. Essa violência coletiva realizada nas explosões de revolta pode ficar registrada nas notícias de jornais e nas descrições dos cronistas.

As revoluções e os processos de transformação social, conforme observou Thompson muito bem, são momentos privilegiados para a percepção das identidades de classe, inclusive as relativas aos grupos sociais menos privilegiados. São nestes momentos que as massas tornam-se visíveis, exprimindo-se através dos gestos do “protesto” [...] São também nestes momentos que, eventualmente, emergem as lideranças populares – por vezes deixando suas vozes registradas em panfletos e em discursos que foram recolhidos pela imprensa ou pelos cronistas de uma época. (Barros, 2004, pp. 122).

Após a Revolução e a conquista da independência em 1804, os ex-escravos não tiveram o acesso imediato à terra. A elite mulata e negra substituiu a elite branca apoderando-se das propriedades com o propósito de manter a massa da população em condições de produção similares às do período da escravidão. Isto levou Dessalines a questionar: “os negros cujos pais estão na África, então, não obterão nada?” (Grondin, 1985, p. 54). Os ex-escravos tiveram de lutar durante contra os mulatos e os negros da elite para ter acesso à terra que haviam libertado. “Conseguiram a posse de pequenas parcelas de terra, mas seus direitos e títulos de propriedade são geralmente inexistentes ou duvidosos, sujeitos à intervenção dos poderosos” (Grondin, 1985, pp. 54-55).

O campesinato incessantemente fez reivindicações de forma passiva nos momentos de calma política e de maneira aberta, com lutas de massa, em tempos de crise. “Uma das formas de resistência dos pequenos camponeses era abster-se de batizar seus filhos e de declarar no cartório o estado civil, principalmente com a intenção de poupá-los mais tarde dos trabalhos obrigatórios e gratuitos ou corveias...” (Andrade, 2019, p. 53). Além da resistência subterrânea, houve violentas crises agrárias e revoltas camponesas entre os anos de 1846 a 1848 e no período de 1865 a 1869.

Ao longo do século XIX, a luta pela posse da terra perpassou o processo de formação da identidade nacional haitiana. As ditaduras, a repressão violenta sofrida pelas massas populares, gerou um enfraquecimento da economia nacional e quase nenhuma industrialização. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, não se pode menosprezar uma conquista do Haiti independente, a busca pela superação das condições desumanas do período colonial. “... o Haiti independente precisou tirar de sua terra os meios próprios de existência. Apesar dos obstáculos levantados pelas novas classes dirigentes de proprietários, o povo majoritariamente trabalhava nos campos e dava prioridade às culturas destinadas a satisfazer suas necessidades de consumo local” (Andrade, 2019, p. 55). “A produção de subsistência resultou no declínio econômico e em toda espécie de desordem política. Apesar disso, o país manteve a independência, resultando em um fenômeno inédito que tomou um continente e estabeleceu-se nas instituições do mundo todo” (James, 2000, p. 346).

A mudança de produção para atender ao consumo do mercado interno se deu a partir das pequenas propriedades, onde se ampliou o cultivo de banana e em maior quantidade o cultivo do milho, principal cereal consumido. A cana-de-açúcar ainda foi cultivada para a fabricação de açúcar e rapadura, além do rum, para o consumo interno. O café passou a ser a base econômica como principal produto de exportação, principalmente para a França, além de ser consumido em grande quantidade no mercado interno. O cultivo do algodão teve impulso no período da Guerra Civil nos EUA (1861-1865), quando a elevação do preço estimulou o cultivo e após a guerra, a cultura do algodão continuou a se desenvolver e entrou nos hábitos da população que passou a utilizar no artesanato local.

Contudo, ao longo do século XIX, o Haiti não conseguiu atingir uma produção suficiente para garantir o desenvolvimento nacional e uma possível industrialização, pois as classes dirigentes que eram provenientes da classe dos grandes proprietários ainda se limitavam a uma política de exportação das matérias-primas produzidas pelo solo haitiano a partir do trabalho de milhões de pessoas (Andrade, 2019).

Outro aspecto que contribuiu para a estagnação econômica do Haiti durante o século XIX ocorreu durante o governo de Boyer (1820-1843). Período em que o Haiti invadiu São Domingos - que acabara de se tornar independente da Espanha - e anexou todo o território da ilha ao seu domínio. A invasão ocorreu em 1822, quando o Haiti apresentava uma situação econômica de impasse estrutural o que dificultava o desenvolvimento do país. Para resolver a situação de baixa produtividade agrícola, o governo liderado por Boyer passou a estimular a produção em larga escala para a exportação. Essa política gerou uma massiva pressão sobre a camada dos pequenos proprietários de terras surgidos com a política distributiva de Pétiou.

Além disso, o Haiti sofria com as oscilações climáticas para a produção do café e com a concorrência na exportação do produto, que passou a ser produzido em maior escala nas economias da América espanhola, como a de Cuba, além da produção do Brasil e nos vastos estabelecimentos de café dos ingleses e holandeses das Índias.

Na década de 1820, o governo francês de Restauração aristocrática passou a exigir uma gigantesca indenização imposta ao Haiti com o objetivo de favorecer os antigos colonos franceses e em troca era oferecido ao país o reconhecimento diplomático. O Haiti aceitou negociar os termos propostos pela França, pois esperava com isso romper o isolamento internacional. Contudo as primeiras negociações foram rompidas em agosto de 1824, pois a França exigia o direito de preservar a “soberania exterior” do Haiti. E, em julho de 1825, o rei francês Carlos X “outorgou” a independência já conquistada pelos haitianos enviando uma frota de doze navios a Porto Príncipe para impor o documento, sob ameaça de bloqueio. Exigiu ainda “uma indenização astronômica de 150 milhões de francos e a proibição de comércio do Haiti com as colônias francesas” (Andrade, 2019, p. 46).

O presidente haitiano Boyer aceitou comprar o reconhecimento francês. Mas essa medida não alterou a situação em que o Haiti se encontrava, pois além da indenização, estava previsto no acordo uma “redução de impostos alfandegários de 50% aos navios e mercadoria franceses nos portos da ilha. A aplicação dessa medida prejudicou seriamente as receitas do Estado” (Andrade, 2019, p. 46). O descontentamento geral com a dívida agravou as crises econômicas, que a partir de então, passaram a ter relação com as condições difíceis impostas à jovem nação. O enfraquecimento das atividades produtivas ocorreu não somente em função da queda internacional dos preços de exportação dos produtos locais, mas da vontade popular de boicotar o imposto sobre o café e de outras medidas fiscais que visavam liquidar a dívida. “É possível dizer que o pior legado dessa fragmentação política foi deixado por Boyer, sucessor de Petión, que decidiu, conforme suas elites, pagar para a França uma indenização que reconhecesse a independência do Haiti” (Martins, 2019, p.42).

De acordo com Dayqueline C. G. Martins (2019) a cobrança da “dívida” revelou um novo modelo de dominação dando continuidade a exploração interrompida com a independência, ou seja, inicia um ciclo em que as ex-colônias, agora independentes, entram num ciclo de endividamento com suas ex-metrópoles.

O governo de Boyer, tendo algumas reservas financeiras, se propôs a pagar uma antecipação da dívida em 1838, conseguindo renegociá-la e reduzindo o valor para 60 milhões de francos. No entanto isso não foi suficiente para garantir a estabilidade política de seu governo, nem impedir o surgimento de novas crises econômicas - como as surgidas nos anos de 1841 a

1842 – que desestabilizaram politicamente seu governo e fortaleceram uma oposição. A oposição se organizava em torno do poeta e pensador político Hérard Dumesle, que criticavam a fraqueza da economia nacional e a dependência de produtos importados. “Atacavam o nepotismo, a corrupção e a limitada liberdade de expressão. Criaram uma sociedade pelos Direitos do Homem e do Cidadão e propuseram o fim do governo vitalício de Boyer, com a formação de um governo provisório” (Andrad, 2019, p. 47). A partir disso, podemos constatar que “a França contou com a conivência das elites haitianas que, para se livrar do isolamento econômico e ávida por estabelecer negócios internacionais, aceitou pagar a indenização exigida” (Martins, 2019, p.47).

Para tentar conter a oposição, Boyer expulsou Dumesle do Legislativo, do qual tinha uma cadeira de deputado, e não atendeu as demandas propostas. A insatisfação com o governo cresceu e atingiu um setor do exército e em fevereiro de 1843 rebeldes liderados por Charles Rivière-Hérard derrubam Boyer, que teve de se refugiar na Jamaica. No entanto, a conjuntura política se agravou nos anos seguintes, com levantes de camponeses haitianos e dominicanos. Pode-se compreender que:

A queda de Boyer expressou mais profundamente a resistência da nação haitiana contra as consequências provocadas pelo pagamento da dívida à França e pelo estrangulamento do país, que significa uma nova forma de controle neocolonial. Ao aceitar a exigência dos pagamentos, sem resistir, Boyer impôs uma condenação brutal a todos os haitianos, principalmente às massas populares. (Andrade, 2019, p. 49).

A insatisfação popular foi ampliada com a queda internacional do preço do café, que acarretou perdas econômicas e levou o campesinato pobre do sul do país a pegar em armas entre os anos de 1844 e 1846, exigindo a redução do preço das mercadorias importadas e a defesa dos produtores de café. Desde 1840 esses pequenos camponeses explorados já reivindicavam terras para todos. Para isso era necessário terminar com a dominação dos mestiços e redistribuir suas terras aos camponeses. Assim, em 1844 irrompeu a guerra camponesa que ficou conhecida como a “época heróica dos piquets”.

Os camponeses foram assim chamados por lutarem com longas lanças chamadas de piques, as quais eram fabricadas com cacos e restos de garrafas, pois não tinham fuzis para utilizar nas lutas. O líder do movimento era Jean-Jacques Acaau, que lutava contra a oligarquia boyerista, bem como contra o liberalismo burguês que se colocava como uma alternativa. Assim, o movimento demonstrava raízes autenticamente populares e camponesas, denunciando

do o despotismo, o empobrecimento dos campos e as consequências econômicas e sociais resultantes do pagamento de uma dívida monstruosa imposta pela França. Essa revolta,

Foi a primeira revolta coletiva e amplamente planejada do chamado “exército de famintos” no sul haitiano. Eles reivindicavam a abolição da lei marcial, a ilegalidade da perseguição sofrida pelos camponeses e a aplicação da Constituição, que deveria servir de base a uma democracia ampla: “com a Constituição, a agricultura será honrada e respeitada”. O movimento afirmou sua determinação de combater até a vitória, ligando sua luta aos interesses do conjunto da nação, e chamou os homens que queriam o progresso nacional a se agrupar em torno de suas bandeiras (Andrade, 2019, p. 51).

No período após a queda de Boyer, governava o Haiti Charles Rivière-Hérard. Ele enfrentou uma rebelião dos dominicanos, liderada por Juan Pablo Duarte, que se aproveitando das divisões entre os haitianos, retomaram o controle do país em 27 de fevereiro de 1844 proclamando a independência. Em março desse ano desencadeia a rebelião dos piquets que culmina com o afastamento de Rivière, para tentar esvaziar as motivações da revolta.

Assume o cargo de presidente um antigo membro da corte de Henry, Philippe Guerrier. A luta camponesa não se encerra e ocorrem três grandes batalhas nas localidades de Les Cayes, Jèrèmie e l’Anse-à-Veau. Na primavera de 1846 a crise política atinge seu auge e os grandes proprietários organizam a mais dura repressão e a revolta dos Piquets é esmagada e a elite proprietária formula um sistema político conhecido por “politique de doublure”. “Esse sistema buscava a manutenção da hegemonia dos proprietários mestiços, porém buscando utilizar-se da imagem de líderes políticos negros e populares, uma duplicidade que buscava dar a ilusão às massas negras de que elas governavam” (Andrade, 2019, p. 52).

Contudo, essa política de garantir o poder dos grandes proprietários mestiços tendo a frente do governo um negro não garantiu a estabilidade política esperada e ao longo do século XIX o Haiti enfrentou muitas crises e convulsões políticas que podem ser constatadas inclusive no fato de 22 presidentes governarem o país nesse período e somente um deles terminar o mandato regularmente, sendo os demais (14) depostos.

Nas últimas décadas do século XIX o Haiti aprofundou sua fragilidade econômica enquanto se consolidava o capitalismo industrial,¹⁸ impulsionado pela revolução industrial inglesa. As oscilações do mercado mundial afetavam diretamente os ritmos da vida no país.

¹⁸ O capitalismo industrial (ou industrialismo) foi o segundo estágio do capitalismo, surgido na Inglaterra no século XVIII com o advento da Revolução Industrial. O capitalismo industrial substituiu o modelo comercial vigente na Europa desde o século XV.

Tanto que no fim do século, quando o preço do café teve uma queda desastrosa de 130% em apenas 5 anos (1895-1899), o Haiti sofreu uma ruína econômica em todo o seu território.

Além das permanentes dificuldades econômicas, políticas e sociais, o país viu-se ao final desse século atacado pelas teorias racistas europeias formuladas para avaliar o avanço colonista e imperialista. “As teorias raciais e de cor receberam impulso justamente na França, na Alemanha, na Inglaterra e nos EUA. Esses países protagonizaram o expansionismo territorial, e uma das justificativas se dava por meio do uso de pseudoteorias científicas de base biológica e antropológica” (Andrade, 2019, p. 71).

Arthur de Gobineau, em sua obra *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, publicada em 1853, “buscou afirmar que as raças humanas seriam absolutamente separadas e que a negra seria incapaz de alcançar a civilização” (Andrade, 2019, p. 71). O autor defendia uma suposta inferioridade do povo negro com base em fatores biológicos, o que levou outros escritores que defendiam essas teorias raciais a citarem o Haiti como evidência para apoiar suas posições. Assim, o Haiti era visto como exemplo de falta de habilidade para constituir uma sociedade estável, confirmando suas teorias racistas da desigualdade racial. Para reforçar suas ideias preconceituosas, também utilizavam argumentos baseados no livro *Haiti or the Black Republic*, de Sir Spenser St. John, o qual havia sido ministro britânico no Haiti por vários anos. Spenser defendia que os negros eram homens inferiores, incapazes da arte de governar, mesmo que tivessem acesso a uma educação melhor.

As teorias racistas propagadas tiveram respostas, sendo a mais contundente realizada pelo intelectual haitiano Joseph-Anténor Firmin na obra *A igualdade das raças humanas*, publicado em Paris no ano de 1885. Nela o autor contesta Gobineau e mostra a cultura e o potencial dos povos negros africanos, buscando refutar as teses de inferioridade racial dos negros. Contudo, o enfrentamento ao racismo ainda teve como pressuposto a ideia de raças, além de uma perspectiva assimilacionista frente à civilização europeia. Essa posição dos intelectuais haitianos se deve em grande medida ao fato de que:

Em primeiro lugar, muitos deles insistiram em que a civilização se originara na África entre os negros, refutando a ideia de inferioridade inerente das raças. Em segundo lugar, aceitavam em geral a visão de uma África selvagem e sem civilização e que poderia desejar o progresso aceitando a cultura da Europa contemporânea. [...] Essas ambigüidades se refletiam em muitos escritores haitianos desse período que desejavam separar o seu país tanto quanto possível do passado africano. A Europa era vista como um modelo a ser seguido na literatura, na música, bem como no sistema legal e na política. (Andrade, 2019, p. 73).

De acordo com Andrade (2019), a defesa de ideias conciliatórias contribuiu provavelmente para o enfraquecimento das divisões em função da cor de pele e reforçou a perspectiva de perceber o país como símbolo da regeneração dos negros.

1.4. O Haiti no século XX: a invasão do EUA

A passagem do século XIX para o século XX foi marcada pela continuidade de governos afastados dos interesses e necessidades das classes populares e das políticas em defesa da nação haitiana. Os dirigentes que se seguiram, pouco puderam ou desejaram alterar o quadro político e econômico no qual o Haiti trilhava rumo à perda crescente de sua soberania. As disputas imperialistas do final do século XIX afetaram o país, que teve de conviver com as nascentes ambições dos EUA no Caribe e América Latina, e que se chocava com os interesses das potências europeias. Nesse período, o Haiti sofre intensa pressão sobre sua soberania, já que os estadunidenses ambicionavam anexar a ilha caribenha ao seu território. Para atingir seus objetivos, os EUA buscaram afastar os europeus da região, especialmente os alemães e ingleses, que tinham grandes investimentos, além de ali instalarem de bancos e sucursais.¹⁹ “Em 1904, a Inglaterra tinha 50 bancos coloniais e 2.279 sucursais, enquanto a Alemanha tinha 13 bancos e 70 sucursais. No Estado haitiano, essa disputa se expressava nas tentativas dos EUA de incorporarem o Banco Nacional do Haiti, controlado por capitais franceses” (Andrade, 2019, p. 82).

Os interesses alemães estavam relacionados com a expansão de suas atividades econômicas a nível mundial, além dos intensos negócios realizados por alemães moradores de uma colônia alemã estabelecida no Haiti. A relação entre os dois países não se restringia aos aspectos econômicos: houve inclusive vários casamentos entre mulheres haitianas e cidadãos alemães estabelecidos no país caribenho. Os alemães financiavam candidatos a cargos políticos, controlavam o comércio local, e em 1910 dominavam mais 80% do comércio internacional; além disso, eram responsáveis pelo transporte marítimo da maior parte dos produtos exportados pelo Haiti e mantinham negócios envolvendo transportes e créditos do banco nacional. Por fim, a Alemanha também ambicionava estabelecer uma base militar no país.

A França mantinha sua tradicional importância e seus negócios financeiros e comerciais, desfrutando de históricos privilégios. Contudo, os capitais franceses foram perdendo o controle sobre o Banco Nacional para os capitalistas estadunidenses. Os capitais norte-americanos passaram a controlar companhias de minério de ferro e minas de carvão. A políti-

¹⁹ Estabelecimento comercial ou financeiro, subordinado a uma matriz.

ca adotada pelos EUA tinha como linha mestra a Doutrina Monroe (“América para os americanos”), que estabelecia as linhas gerais de sua política externa no continente americano, intensificando sua vigilância sobre os países da América Central. A implementação dessa política pode ser constatada ainda no final do século XIX, quando é iniciada a construção do Canal do Panamá em 1881. Essa obra

...aumentou o interesse dos EUA pelo controle do Caribe, o que se expressava, por exemplo, na tentativa de se estabelecer uma base naval na região haitiana de Môle Saint-Nicolas. No final do século XIX, a doutrina Monroe ganhou um caráter ofensivo e expansionista, em coerência com o avanço econômico do país e seus interesses geopolíticos crescentes. Em 1898, após derrotarem a Espanha, os EUA ocuparam Porto Rico e em Cuba tomaram para si a baía de Guantánamo em 1903, onde ainda funciona uma base naval. [...] Em 1909 a Nicarágua foi invadida. Uma possível e futura intervenção no Haiti poderia ser vista, portanto, como parte de uma estratégia ampla de controle no Caribe. Os passos dados nessa perspectiva foram ampliadas nos anos seguintes. (Andrade, 2019, p. 83)

De acordo com Grondin (1985), desde a construção do canal do Panamá (1904) o Haiti adquiriu uma importância estratégica particular para os Estados Unidos, pois o país tinha por objetivo assegurar o controle da linha marítima que conduzia ao canal. Para isso adotou a prática de eliminar as forças rebeldes e obter o apoio de governos submissos ao seu poder hegemônico. Com relação aos interesses estratégicos, Dayqueline C. G. Martins afirma que:

A geoestratégica estadunidense consistia em controlar os territórios próximos ao Canal do Panamá, uma rota de fundamental importância entre o Atlântico e o Pacífico que possibilitava a travessia do comércio marítimo internacional, que, no momento da invasão estadunidense no Haiti, havia sido recém-inaugurado, em 1914 (Martins, 2019, p.53).

A política intervencionista norte-americana se intensificou até a invasão em 1913, quando os fuzileiros navais daquele país desembarcaram no Haiti com a alegação de restabelecer a ordem e garantir o cumprimento do pagamento das dívidas assumidas pela nação haitiana no decorrer do tempo. A população haitiana reagiu à invasão, resistindo por meio de uma greve geral “organizada e liderada por intelectuais literatos que tinham descoberto o africanismo²⁰ de seus camponeses como uma via para a identidade nacional” (James, 2000, pp. 348-349). Segundo Dayqueline C. G. Martins (2019, p. 57), “como nos tempos coloniais, em todo o

²⁰ Movimento nascido a partir das ideias de negros das Índias Ocidentais, onde destacou-se Marcus Garvey, que defendeu o retorno da África para os africanos e seus descendentes. “Garvey conseguiu transmitir aos negros (e ao resto do mundo), em todos os lugares, sua crença passional de que África era o lar de uma civilização que já fora grande outrora e que o seria novamente”(James, 2010, p. 350).

momento em que o Haiti esteve invadido houve resistência por parte da população haitiana”. Podemos constatar isso na resistência à implantação da corvéia (*corvée*), uma situação que remetia a população haitiana à condição análoga a escravidão. Essa resistência também contou com a resistência dos Cacos - movimento camponês de pequenos proprietários de resistência à invasão norte-americana. Nos anos de 1911-1915, a luta camponesa retomara sua força como uma reação ao fato de que membros da burguesia haitiana faziam grandes fortunas por meio da especulação financeira e de conexões com capital estrangeiro. É nesse contexto que começou a se engendrar a “guerra camponesa dos Cacos” – um movimento quase espontâneo das massas populares que reivindicavam ações econômicas concretas e justiça social. O movimento dos camponeses Cacos tinha em seu programa propostas de redução do custo de vida, democracia econômica e social. De acordo com Andrade, a direção dos movimentos camponeses

...foi assumida por chefes da envergadura dos novos Acaau (referência ao dirigente dos Piquets Jean-Jacques Acaau) que brotavam, entre os quais de destacavam Jean Dorcielen (Jean Dor), Désormes Joazard e Charlemagne Péralt. Esses heróis da resistência popular irão se posicionar, no momento histórico seguinte, contra a ocupação dos EUA. (Andrade, 2019, p. 91)

O empobrecimento geral do país aumentava as tensões econômicas e sociais, o que levou a contínuos conflitos, revoltas armadas e lutas camponesas, entre estas o movimento dos camponeses Cacos, que radicalizou sua atuação em 1913, durante o governo de Michel Oreste. Este movimento de resistência armada foi duramente reprimido pelos soldados norte-americanos que ocuparam o país em 28 de julho de 1915. Em agosto do corrente ano já controlavam todo o território nacional, e rapidamente passaram a impor um poder de veto sobre as decisões a respeito da vida da população. Em seguida, comandantes *marines*²¹ assumiram a administração das instituições locais e buscavam tranquilizar a população argumentando sobre boas intenções do governo norte-americano, como pode ser constatado nas palavras do comandante da ocupação, o almirante William Caperton, que afirmou: “Os EUA não têm nenhum outro objetivo a não ser o de assegurar e ajudar a manter a independência haitiana e estabelecer um governo estável” (Andrade, 2019, p. 96).

Contudo, desde a invasão, a autonomia haitiana ficou apenas na aparência. Os invasores interferiram em todos os setores, inclusive na escolha e manipulação de candidatos para concorrer às eleições presidenciais, pois foi o próprio almirante Caperton que entrevistou e indicou os candidatos à Presidência. “Dois presidentes haitianos foram nomeados indireta-

²¹ Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos.

mente sob esse sistema, Sudre Dartiguenave (1915-1922) e Louis Borno (1922-1930), no papel de executores das iniciativas dos ocupantes” (Andrade, 2019, p. 97). A partir do exposto, podemos constatar nas palavras de Dayqueline C. G. Martins (2019) que

A invasão dos Estados Unidos, em 1915, é tratada por muitos estudiosos como um divisor de águas na História do Haiti. Se, até então, o Haiti ainda tentava se manter como um Estado soberano, independente, apesar das dificuldades econômicas impostas, após a invasão o Haiti é recolocado nos moldes da colonização do qual foi o pioneiro em se libertar. Foi o período em que a ruína do Estado haitiano se concretizou de fato. Sua soberania foi rompida, a autonomia econômica e política que já quase não existia sucumbiu de fato. (Martins, 2019, p. 53)

As autoridades haitianas se sujeitaram ao controle financeiro dos invasores e aceitaram todas as imposições feitas. Havia grupos que esperavam tirar vantagens individuais e não estavam preocupados com a perda da soberania do país, como um setor da burguesia que tinha perdido privilégios e que ambicionava atrair investimentos externos estadunidenses, como ocorria na época em outros países. Além disso, a alta hierarquia da igreja católica esperava obter apoio para a erradicação do vodunismo. Comerciantes estrangeiros que residiam e mantinham negócios no país, esperavam que a ocupação favorecesse seus negócios. Assim, se estabeleceu uma base local de apoio ao governo fantoche.

Apesar desses apoios internos, a política imposta pelos EUA se tornou cada vez mais brutal e generalizada.

Nos anos seguintes dissolverão por duas vezes o Parlamento eleito, censurarão a imprensa e os correios. Os jornais *Haiti Integrale*, *La Patrie*, *La Ligue* e *La Tribune*, que se opunham à ocupação estadunidense, foram silenciados. Todos os cidadãos haitianos mais destacados foram colocados sob supervisão da inteligência militar. A imposição da lei marcial, aplicada desde 3 de setembro de 1915, não foi revogada. O uso de tribunais militares para julgar civis, a intimidação ou prisão ilegal de jornalistas, a nomeação de um grande número de militares para altas posições da administração civil, tudo isso era a expressão do autoritarismo para esmagar a soberania nacional haitiana. As poucas tentativas iniciais de oposição ou de rebelião armada na capital foram facilmente esmagadas, até abril de 1916, mas a resistência estava apenas começando (Andrade, 2019, p. 99).

Importante ressaltar que a conivência com os invasores não refletia a posição da maioria da população haitiana e também não representava a totalidade dos representantes eleitos para o parlamento. Houve forte resistência, “o legislativo haitiano não se curvou aos invasores

e agiu com a dignidade possível naquele momento para defender seu país” (Andrade, 2019, p. 102). Fato que desencadeou a dissolução do parlamento haitiano pela segunda vez, por imposição das forças de ocupação.

O agravamento dos problemas sociais decorrentes da ocupação refletiu-se também no aprofundamento do preconceito de cor e da discriminação contra os negros e seus descendentes. As primeiras manifestações de racismo já permeavam a sociedade haitiana muito antes dos EUA terem pisado em solo haitiano. Mas a invasão gerou inúmeras situações de segregação, aprofundando o sentimento discriminatório, pois o racismo estava presente nas tropas de ocupação e em seus comandantes, como foi registrado em uma carta do coronel Litterton W. T. Waller - que substituiu o almirante Caperton, - a um amigo em que o coronel dizia: “Não sei o que pensaria a gente de Norfolk e Portsmouth se me visse me inclinando oficialmente diante desses animais” (Andrade, 2019, p. 100).

Contudo, o racismo dos estadunidenses em relação à população haitiana favoreceu o surgimento de novas perspectivas, as quais passaram a buscar na África atitudes, valores e modelos para uma consciência alternativa e independente. Desse movimento inicialmente chamado indigenismo, mais tarde, despreendeu-se uma variante que se tornou conhecida como negritude.²² Segundo James, “muito antes de os fuzileiros navais deixarem o Haiti, o papel da África na consciência do povo das Índias Ocidentais tinha demonstrado ser, por si só, um estágio no desenvolvimento da busca de uma identidade nacional para as Índias Ocidentais” (James, 2000, p. 349).

A ocupação norte-americana deixou marcas negativas no território haitiano, destruindo muito do que os haitianos haviam construído em um século de independência. Desarticulou o modo de organização econômica camponesa tradicional, as formas descentralizadas de produção, proibiu manifestações culturais e inclusive a fabricação de produtos locais como o *kleve* - uma aguardente popular, - para substituir pela cerveja dos EUA. A repressão praticada, especialmente contra os pequenos camponeses, abriu o caminho para os capitais estadunidenses ocuparem as melhores e mais férteis terras do país. “Vastas plantações foram introduzidas, o que destruiu a mais importante conquista da revolução haitiana de independência: a criação de um campesinato de pequenos proprietários independentes, substituídos por empresas estran-

²² Movimento que inspirou e defendeu o sentimento de orgulho da identidade negra, levando a conscientização do valor e riqueza cultural dos negros. Também denunciam que a causa dos africanos e dos povos de ascendência africana era negligenciada e tratada com pouca consideração. Como representante e criador do termo negritude, podemos citar Aimé Césaire, da Martinica.

geiras que os transformaram em empregados” (Andrade, 2019, p. 114). Nesse mesma linha interpretativa, Dayqueline C. G. Martins, afirma que:

Era necessário assegurar o controle do território haitiano para expropriar as terras dos camponeses, pois as empresas agrícolas estadunidenses vinham se estabelecendo e controlar parte expressiva das terras haitianas aptas para cultivo, era um dos pontos-chave da invasão. E foi o que fizeram. O roubo das terras dos camponeses só foi possível porque a Constituição haitiana, que proibia a compra de imóveis por estrangeiros, foi alterada em 1916 pelo futuro presidente dos Estados Unidos – então subsecretário da marinha, Franklin D. Roosevelt. (MARTINS, 2019, p.56).

A expropriação das terras de milhares de camponeses obrigou muitos haitianos a emigrarem para plantações em Cuba e na República Dominicana, justamente para trabalharem em plantações de cana-de-açúcar de propriedade de empresas dos EUA. Essa política de tomada das terras dos camponeses alimentou a guerrilha camponesa dos Cacos, que já foi mencionada e que será aprofundada na sequência.

Andrade (2019), afirma que muitos historiadores periodizaram as revoltas camponesas haitianas desde a queda de Soulouque em 1859 até o ano de 1929, já que existia uma longa resistência armada, em certos períodos menos organizados, especialmente na parte norte do país onde não ocorrera uma grande distribuição de terras como havia ocorrido no sul.

Provavelmente como explicação estrutural se poderia afirmar que a erosão do nível de vida dos camponeses, ao longo do século XIX, o declínio comercial da classe dominante haitiana e o aumento da corrupção governamental tenham ajudado a aprofundar a crise e a instabilidade geral do sistema político então existente, a ponto de inviabilizá-lo como instrumento de controle social. O empobrecimento geral do país aumentava as tensões econômicas e sociais nas classes trabalhadoras. (Andrade, 2019, p. 115)

O contínuo período de lutas camponesas refletia em geral a situação econômica e social do país, além de integrar o contexto de aumento nas tensões imperialistas na virada do século XIX para o século XX, que se refletia em disputas no Haiti entre França, Alemanha e EUA. Nas disputas imperialistas os EUA tomam a dianteira e estabelecem uma política de domínio agressiva, reintroduzindo na agricultura o trabalho no formato de corveias,²³ uma prática que havia sido abolida no país em 1864. A retomada dessa forma brutal e medieval de

²³ Trabalho ou serviço gratuito que o servo devia prestar ao suserano, no sistema feudal. Obrigação de trabalhar nas terras do proprietário em pelo menos dois dias da semana.

exploração do trabalho, utilizada pelos militares estadunidenses para a manutenção de estradas, foi interpretada como uma medida que visava reintroduzir a escravidão na ilha, pois “três mil camponeses foram mobilizados para abrir uma estrada entre as cidades de Gonaïves e Limbé, sem salários e sendo duramente tratados” (Andrade, 2019, p. 117). A partir desses episódios, é possível afirmar que a submissão dos haitianos aos EUA reflete algo mais profundo. Trata-se de uma demonstração de como havia sido superficial a libertação dos escravos e o reconhecimento dos negros como seres humanos. Ao refletirmos sobre a conduta dos invasores podemos nos questionar como um país capitalista avançado podia conviver tão facilmente com o racismo e um limitado humanismo civilizatório.

A reação ao tratamento recebido pelos estadunidenses e o enfrentamento a política de terras se deu por meio da resistência armada. Essa resistência se deu inicialmente por meio da organização de pequenos proprietários de terras que formaram muitos dos centros de resistência armada contra as tropas dos EUA. Os combates entre os camponeses rebeldes e as tropas do governo formado por marines e a Guarda Nacional, resultou em mais de 50 haitianos mortos ou feridos em 17 de novembro de 1915. “Essa é considerada a primeira fase da resistência dos guerrilheiros Cacos” (Andrade, 2019, p. 119).

Ainda segundo Andrade (2019), mesmo as forças rebeldes tendo sido esmagada em poucos meses, a resistência dos Cacos permaneceram vivas em muitos líderes, os quais se reorganizaram para a segunda fase que ocorreu entre os anos de 1918 e 1920. O movimento teve continuidade com Charlemagne Pèralt como líder nacional de todas as regiões que estavam engajadas na luta contra as forças de ocupação. Pèralt, depois de servir nas Forças Armadas, se tornou comandante e foi reformado em 1915, em virtude da dissolução do Exército haitiano, retornando para trabalhar na pequena propriedade de sua família. Em 1917 foi sentenciado a cinco anos de trabalhos forçados por estar envolvido em um ataque a um escritório oficial dos EUA. Conseguiu escapar e passou a mobilizar os camponeses na luta armada. A revolta teve a participação de mulheres entre os combatentes, - o que reforça as características de massa de resistência -, e tomou proporções que a polícia local não foi capaz de conter. Então os EUA colocaram os marines para sufocar o movimento. Contudo, o movimento ganhou forças em 1917 quando milhares de trabalhadores aderiram à resistência. Pèralt ganhou prestígio com as primeiras vitórias e chegou a criar um governo provisório no norte do país. Sua intenção era de expulsar os invasores:

Nossa paciência chegou ao fim, (...) Queremos nossos direitos... Os inescrupulosos estadunidenses destroem nossas instituições, tirando do povo haitia-

no todos os recursos... com crueldade e injustiça, os ianques têm durante quatro anos arruinado e destruído o nosso território... Nós estamos preparados para fazer qualquer sacrifício para libertar o território haitiano (Nicholas, 1996, p.149, apud Andrade, 2019, p. 120).

A guerrilha tinha por objetivo retomar seu território e garantir a soberania, e para isso empenharam-se na luta pela liberdade e pela posse de suas terras. Estima-se que a guerrilha tenha chegado a envolver entre 20 mil e 40 mil combatentes, ainda que apenas 5 mil homens armados com velhos rifles ou facões. A resistência camponesa dos Cacos foi duramente reprimida pelos marines e com a ajuda de um delator, Jean-Batiste Conzé. O líder dos Cacos foi assassinado a sangue frio pelo capitão marine Herman Hanneken – que recebeu medalha de honra do governo norte-americano por esse feito. Não satisfeitos, o corpo de Péralt foi martirizado, fixado em uma madeira como se fosse um crucifixo e exposto à população, num exemplo brutal e bárbaro do tratamento dado aos povos dominados pelos EUA.

Após o assassinato de Péralt, assume a liderança do movimento de resistência Benoît Bratraville. Contudo, a perseguição aos milhares de companheiros de resistência toma proporções nunca ocorridas antes da ocupação e em poucos meses Benoît é assassinado e a resistência armada é desarticulada. “Estima-se que cerca de 50 mil haitianos tenham morrido durante a repressão aos Cacos” (Andrade, 2019, p. 122).

A ocupação estadunidense destruiu em parte o orgulho nacional sobre seu poder militar, mas não destruiu a totalidade das mobilizações, as quais continuaram de diferentes formas, até desencadear uma mobilização em massa em 1929, organizada a partir do movimento de estudantes e camponeses, contra o governo haitiano e os invasores. “Em 31 de outubro de 1929, em um clima já presente de tensão política por causa das eleições limitadas e restritas, explodiu a greve estudantil de Damien, motivada pela redução das bolsas aos estudantes de origem urbana” (Andrade, 2019, p. 127).

A greve se generalizou e a maioria das escolas do país parou, a imprensa em grande parte se solidarizou com os estudantes. Na sequência professores e funcionários também entraram em greve e funcionários das aduanas aderiram ao movimento. O país chegou à beira da insurreição e o movimento se generalizou em direção ao campo devido ao aumento da miséria que era resultante de diversos fatores, entre os quais, a crise econômica mundial e a redução dos preços do café e do tabaco, criação de novas taxas para os pequenos proprietários de terras, expropriação de propriedades e pelo trabalho em forma de corveias.

O movimento foi duramente reprimido pelos marines e com o apoio da Guarda Nacional haitiana, mas não cedeu. Houve relatos de tortura e assassinatos de mulheres, crianças e

idosos praticados pelos invasores e denunciados por órgãos de imprensa dos EUA e pela Liga Internacional de Mulheres pela Paz e Liberdade. Isto obrigou o presidente dos EUA a enviar uma comissão para analisar a situação do país e propor mudanças. A partir das mobilizações relatadas acima, foi iniciado um período de transição de cinco anos para a retirada dos invasores. A saída dos marines norte-americanos ocorreu em julho de 1934, quando o presidente dos EUA Franklin Roosevelt, na ocasião, visitou o Haiti.

A retirada dos estadunidenses não reverteu o quadro estrutural haitiano. O país continuou mergulhado no caos econômico e social:

A realidade é que a ocupação dos EUA provocou uma crise estrutural no país, que abrangia sua economia. Houve uma degradação ecológica, e o crescimento demográfico, aliado às expulsões dos camponeses de suas terras, provocou a migração para centros urbanos, com um crescimento migratório anual de 6% entre 1950 e 1955. Em outras palavras, a ação do mercado havia drenado a economia camponesa e degradado seu nível de vida para baixo do nível de subsistência. A miséria e fome se alastraram. A migração para regiões próximas às cidades cresceu desordenadamente e fez aumentar o lumpesinato nas cidades e a busca de meios de sobrevivência parasitários, em um sistema em que quase não existia aparato do Estado. Em 1953-1954 pode-se afirmar que o país estava à beira do abismo. (Andrade, 2019, p. 195)

Nos anos subsequentes à retirada dos EUA do Haiti, a desigualdade econômica e social teve continuidade, assim como os problemas relacionados à discriminação de cor. Um episódio que marcou tristemente a sociedade haitiana na década de 1930 foi o massacre de milhares de haitianos. Os efeitos da crise econômica mundial prejudicaram inclusive a imigração para países vizinhos como estratégia para a sobrevivência. Os camponeses haitianos que haviam migrado para Cuba, em busca de trabalho no corte da cana, foram reprimidos e expulsos pelo ditador Fulgêncio Batista. Desesperados, muitos haitianos invadiram o território dominicano em busca de trabalho nos canaviais, mas tiveram de enfrentar o terror do ditador Rafael Trujillo, que comandou um sangrento massacre iniciado em dois de outubro de 1937 e que duraram três dias. Estima-se que tenham sido mortos entre 20 mil e 30 mil haitianos. “Houve evidências de que o ataque fora orquestrado conjuntamente por autoridades do Haiti e da República Dominicana. [...] O governo da República Dominicana, [...] pagou 750 mil dólares como compensação pela morte dos milhares de haitianos” (Andrade, 2019, p. 157). Esse acordo indignou a opinião pública, mas a burguesia haitiana não tomou nenhuma outra providência.

A submissão dos governantes haitianos aos interesses estrangeiros, especialmente ao governo norte-americano, continuou no decorrer dos anos seguintes, com exceção em um

curto período durante o governo de Dumarsais Estimé, que venceu as eleições indiretas em 16 de agosto de 1946. “Estimé representou, com os seus limites, uma ruptura ainda que incompleta com os anteriores governos controlados pelos EUA, [...] Ele tentou fortalecer a ideia de um governo de unidade nacional, como forma de selar a ruptura ocorrida na insurreição de massas” (Andrade, 2019, p. 183).

Para atender as expectativas populares, o governo propôs uma política reformista, a qual buscava atender demandas sociais, como: expandiu o sistema escolar, as cooperativas rurais, aumentou o salário dos servidores, criou o Ministério do Trabalho, apoiou a formação de sindicatos, reconheceu os partidos de esquerda e sugeriu que o vodou fosse considerado religião, assim como a religião católica. Nacionalizou o banco central e abriu espaço para todos na administração, sem discriminar pela cor da pele, entre outras medidas. Contudo, o governo foi destituído e enviado para a Jamaica e depois Estimé exilou-se nos EUA.

A partir de 1950, foi governado pelo candidato eleito, o coronel Paul Eugène Magloire, que foi responsável por derrubar o presidente Estimé. O governo de Magloire retomou a política implantada pelos EUA e abriu caminho para que o grupo derrotado nas eleições de 1946 retomasse suas posições. “Foi um período de relativa tranquilidade política e restauração conservadora às custas de repressão, com favorecimento às grandes empresas, que permitiu às forças de classe da burguesia se reagrupar” (Andrade, 2019, p. 188).

Os últimos anos do governo de Magloire foram marcados pelo uso da violência de Estado, por meio do uso da máquina autoritária criada pelos EUA por meio da Guarda Nacional,²⁴ que impuseram ao país a lei pelas baionetas. O terror militar foi crescendo sucessivamente, incluindo assassinatos políticos. A ampliação autoritária em todos os campos haitianos desencadeou mobilizações populares nas cidades que refletiam a insatisfação social frente à repressão imposta pelo governo. A agitação se ampliou para todos os setores, incluindo a burguesia, o que levou a renúncia do presidente em seis de dezembro de 1946. As eleições foram marcadas para o ano seguinte e durante os nove meses que antecederam as eleições o Haiti conheceu sete diferentes governantes e uma repressão violenta.

Entre o final do governo de Magloire e o fatídico ano de 1957, a repressão buscou antecipadamente varrer qualquer possibilidade de consolidação de uma perspectiva ou alternativa democrática, nacionalista e popular para o país. Trata-se da preservação dos interesses da burguesia haitiana associada aos

²⁴ O fim do exército e a constituição da Guarda Nacional foi organizada pelos EUA. Inicialmente como “gendarmaria do Hhaiti”, se transformou em 1928 em Guarda Nacional, que foi eficiente instrumento de controle interno, [...] passou a ter funções de exército e de polícia... (ANDRADE, 2019, p. 157).

EUA e ameaçada pela mobilização de massas e pela crise política e econômica em que o país mergulhava. (Andrade, 2019, p. 198).

O período que antecedeu a eleição de 1957 foi caótico e a campanha eleitoral não interrompeu esse processo. Havia uma crise institucional marcada pelo enfraquecimento da Câmara dos deputados e do Senado, aliada a um alto grau de sectarismo²⁵ e ardor político criado pelo sufrágio universal - as mulheres votariam pela primeira vez -, além do fato de dezenove candidatos se apresentarem para disputar o pleito. Contudo, esse número foi reduzido a treze candidatos, mas apenas quatro com reais condições de disputar o cargo. A disputa ocorreu entre os candidatos: Clément Jumelle, do Partido Nacional (PN), economista e tecnocrata que estudara na Universidade de Chicago, nos EUA. O qual tinha apoio de elementos da pequena e grande burguesia. Outro candidato era Daniel Fignolé, fundador do Movimento Operário Camponês (MOP), era chamado tanto de fascista como de comunista pelos adversários. Tinha popularidade nas favelas de Porto Príncipe, era um candidato de genuína expressão popular. O candidato Louis Déjoie, empresário e senador pelo Partido Agrícola e Industrial Nacional (PAIN), foi o mais importante oponente de Duvalier, tinha apoio da maioria da pequena burguesia e era o preferido dos fazendeiros. O quarto candidato era François Duvalier, do Partido Unificado Nacional (PUN), que estudou Medicina e depois se tornou especialista em Sociologia pela Universidade de Sorbonne. O candidato manteve relações com os intelectuais do movimento da negritude, pregava os valores culturais africanistas e uma suposta hegemonia dos negros. Publicou vários livros sobre a realidade social e econômica do país e sua candidatura conseguiu aliados no Exército e de sacerdotes vodus (os houngans).

De acordo com testemunhas confiáveis, e também segundo a crença popular, Duvalier firmou um pacto com os *Houngans*, no qual se comprometia a suspender as perseguições, no caso de ascender à presidência, em troca do apoio dos sacerdotes vodus. Posteriormente, Duvalier foi considerado o Primeiro Houngan e tinha a fama, entre o povo, de possuir a capacidade de ver à distância qualquer cidadão em todo o território nacional. (Grondin, 1985, pp. 44-46).

A campanha eleitoral ocorreu sob um clima de tensão autoritária e as eleições transcorreram num clima de intimidação e com suspeita de fraude. Nenhum dos quatro candidatos

²⁵ O termo sectarismo (usado geralmente com conotação negativa e pejorativa) vem do latim *sectariu*, que em sentido estrito se aplica ao seguidor de uma seita, mas pode também denotar zelo ou apego exagerado a um ponto de vista; visão estreita, intolerante ou intransigente. Intolerância; comportamento de quem é intolerante, sectário; estado de quem expressa intransigência: o sectarismo de algumas doutrinas religiosas. Próprio de uma seita, religião e doutrina.

tinha qualquer proposta para resolver a grave crise econômica que o país se encontrava e nenhum dos programas apontava para uma ruptura com a situação de submissão aos EUA. O vencedor oficial foi Duvalier com 679.884 votos em 22 de setembro de 1957. Mas,

documentos secretos que se tornaram disponíveis posteriormente, Duvalier recebeu 212.409 votos, Déjoie obteve 975.687 e Jumelle, 9.980. Em alguns distritos, houve mais votos do que o número de residentes. Duvalier, não só venceu fraudulentamente como seus seguidores conquistaram mais de dois terços da Câmara e do Senado. (Andrade, 2019, p. 207)

A eleição de Duvalier à presidência deu início a uma longa e brutal ditadura que perdurou depois de 1971, quando transmitiu o cargo para seu filho Jean-Claude. O regime edificado por Duvalier foi consolidado pelo apoio dos EUA e por um significativo apoio social interno, pois muitos o viam como um homem do povo. O apoio popular aliado ao discurso nacionalista em favor do povo negro permitiu transitar para uma ditadura com a implantação de novas instituições autoritárias no país. Após afastar líderes do exército e fechar a Academia Militar, remodelou o Exército substituindo todo o comando por jovens e leais oficiais treinados pelos marines dos EUA e instituiu uma milícia própria, chamada *Tontons*.²⁶ “Os Tontons mantiveram-se até depois do fim da ditadura como um dos mais poderosos obstáculos à construção de instrumentos de democracia e organização popular” (Andrade, 2019, p. 226).

De acordo com Grondin (1985), Duvalier adotou uma série de medidas cada vez mais autoritárias, estabelecendo um modelo fascista de dominação política: encarcerou, torturou e exilou adversários políticos, assassinou e fuzilou publicamente líderes de oposição, mulatos influentes e intelectuais progressistas. Utilizou um cárcere subterrâneo (Fort-Dimanche) como centro de tortura. “Em 1971, no momento de sua morte, Duvalier tinha, há anos, o controle da situação e havia estabelecido no país a maior paz conhecida em muitas décadas: o terror havia sido de tal forma internalizado pela população que esse método já era desnecessário” (Grondin, 1985, pp. 47-48).

Duvalier adotou outras medidas, além da violência, para se manter por décadas no poder e conseguir manter seu filho no poder após sua morte. Foi um declarado defensor dos inte-

²⁶ As milícias do Tontons eram formadas inicialmente por voluntários sem salários, mas que buscavam, com essa participação, obter vantagens pessoais por meio também da corrupção. Enquanto a guarda presidencial zelava pela segurança da capital, os tontons expandiam sua autoridade pelo interior do país. Esta era a origem de uma das organizações paramilitares contemporâneas mais brutais conhecidas, que absorvia um setor da população rural predominantemente analfabeta e que se reportava diretamente ao próprio Duvalier. (Andrade, 2019, p. 225). Tontons-Macoutes (nome provem de “tio-mochila”, figura lendária que rouba crianças e as leva em sua mochila). Ver: Grondin, 1985, pág. 47.

resses da grande maioria negra do país, ou melhor, foi defensor dos interesses da elite negra e da pequena burguesia, e aparentando favorecer, por meio de sua ideologia de negritude, certos elementos culturais da massa negra, como a língua créole e o vodu.²⁷ Também adotou uma política de submissão do país à hegemonia norte-americana, “...chegando inclusive a vender-lhe seu voto – decisivo – na reunião da Organização dos Estados Americanos (1961) que excluía Cuba da OEA, causando com isso um escândalo internacional. E com o apoio do governo americano, instalou no país em regime de terror” (Grondin, 1985, p. 48).

A Igreja Católica, após embates com o governo devido ao fechamento de um seminário, excomungou Duvalier e seu gabinete. No entanto, em 1966 um acordo foi feito com o papa de então. “A ditadura recebeu dinheiro do Vaticano para “haitianizar” a Igreja Católica e o próprio presidente se tornaria um “líder espiritual” dos católicos. Isso permitiu Duvalier nomear depois padres haitianos da pequena burguesia para postos ministeriais” (Andrade, 2019, p. 232). Em relação ao vodu, Duvalier manteve o relacionamento estabelecido ainda antes das eleições e soube utilizar a rede de sacerdotes e incorporou o apoio desse grupo ao seu regime. O reconhecimento público do vodu e de seus praticantes rendeu ao governo ampla simpatia popular.

O governo de Duvalier foi caracterizado pela concentração de poder político e econômico, obtido a partir de um regime paternalista e autoritário. Calcula-se que formam mortos entre 20 mil e 50 mil pessoas durante o regime em razão de perseguições políticas. Segundo Andrade (2019):

Para solidificar ainda mais seu poder, Duvalier produziu uma nova constituição, aboliu o Senado e, por decreto, promoveu eleições presidenciais e legislativas em 1964. Apesar de proibido de se candidatar, foi eleito por 1.320.748 votos a zero. Com todas as instituições submetidas à centralização do Executivo, Duvalier se declarou presidente vitalício. Com isso, o Executivo se tornou o próprio Estado. [...] O enriquecimento do governante tornou-se o maior princípio da atividade governamental (Andrade, 2019, p. 234).

Após 14 anos de ditadura, Duvalier havia eliminado ou neutralizado a oposição, eliminando qualquer possibilidade de uma resistência organizada ao regime. Durante seu governo a situação econômica das massas não tinha melhorado, mas o silêncio imposto ao longo dos

²⁷ O vodu surgira no passado como religião dos escravos africanos de diversas tribos. Trata-se de uma religião que conserva traços culturais africanos originários da região então chamada de Daomé (atual Benin). É basicamente uma religião de culto aos espíritos ou divindades chamados de *loas*. Cada *loa* tem sua moradia particular no mar, em um rio, em uma montanha, e pode ajudar seus seguidores fiéis com o vigor das ações ou dos tambores sagrados. Os *loas* seriam protetores dos seus servidores e de quem os ajuda. Comunicam-se com seus seguidores por meio de transe e assumem formas humanas. (Andrade, 2019, p. 233).

anos de ditadura garantiu a continuidade do seu filho Jean-Claude Duvalier no governo do Haiti, após sua morte. Com apenas 19 anos de idade, o jovem presidente governou com o amparo de sua mãe “mama Simone” como era conhecida, que governou por trás das cortinas. Ela deu continuidade à forma de governar do marido: passou a controlar o governo, os políticos e desarticulou os mulatos que pudessem oferecer perigo ao governo do filho. Utilizou os *Tontons-Macoutes* para esmagar movimentos de protestos, sempre que necessário, pois conhecia e controlava essa importante força de repressão. A presença da mãe na administração do país foi determinante para a continuidade do governo de Jean-Claude, apelidado de “Baby Doc” pelas más línguas, já que o pai era chamado “Papa Doc”. Para evitar constrangimentos, estabeleceu-se o costume de chamar o presidente por seu primeiro nome: Jean-Claude (Grondin, 1985).

Segundo Andrade (2019), a negligência foi a marca do governo de Jean-Claude. Partilhando com os antigos seguidores do pai os negócios espúrios, em sintonia com o desprezo com a nação e seu povo, facilitou a ampliação da intervenção externa. O discurso nacionalista utilizado no tempo de Duvalier já não era necessário. “O Estado haitiano havia se transformado em um instrumento de uma máfia criminosa enraizada em toda a sociedade e a economia. Multiplicaram-se os esquemas fraudulentos e paralelos de apropriação dos fundos públicos do país” (Andrade, 2019, p. 248). As consequências ficavam evidentes na endêmica e crescente pobreza e na fragilidade assistencial oferecida aos haitianos. Em 1970 a expectativa de vida da população haitiana era de 48,5 anos e a mortalidade infantil atingia 152,2 crianças por mil nascidas vivas. Em torno de 80% da população vivia na zona rural. As massas populares rurais foram excluídas economicamente e marginalizadas ao ponto de permanecerem totalmente alheias as lutas pelo poder político (Andrade, 2019).

De acordo com Grondin (1985), com o provável esgotamento do poder econômico e político da família Duvalier no âmbito da elite negra, para permanecer no poder Jean-Claude recorreu a uma aliança com a elite mulata, e para isso utilizou uma forma comum de união: o casamento. A esposa escolhida era filha de um dos maiores detentores de poder econômico do país. Com o casamento em 1980, o sogro passa a governar por trás do pano, tirando de “mama Simone” o poder de controle.

A aproximação com a elite mulata após o casamento cria um novo contexto político, pois pode ter favorecido o surgimento de uma oposição que até aquele momento seria impossível de sobreviver devido ao clientelismo e a repressão. O descontentamento de setores privilegiados materialmente ocorreu devido à crise econômica, pois:

Durante a ditadura não apenas não se desenvolveu qualquer política econômica de proteção ou apoio à economia nacional, como, pelo contrário, desenvolveu-se um sistema paraestatal de controle monopolístico para importar mercadorias, [...] Um pequeno grupo de famílias da capital se beneficiou de ganhos extraordinários, e as decisões econômicas se politizaram, no pior sentido da palavra. A separação entre negócios particulares e de Estado muitas vezes desaparecia no mar da corrupção generalizada. Essa situação explica porque um setor da própria classe dirigente do país, envolvida diretamente em seus interesses e negócios, abandonou Duvalier e a defesa do regime (Andrade, 2019, p. 269).

Para controlar essa situação, o governo precisou do apoio externo dos EUA para garantir sua sustentação política interna. Contudo, a capacidade do regime em controlar a sociedade foi diminuindo, especialmente após a visita do papa João Paulo II em março de 1983. Em sua visita, “o papa afirmou publicamente que “alguma coisa precisa mudar por aqui”. Ele pediu maior distribuição de renda e igualdade na estrutura social, com mais participação popular na vida pública” (Andrade, 2019, p. 267). Contudo a posição defendida pelo papado não estava ligada a uma proposta de organização popular. Pelo contrário, ele buscava reafirmar o papel do catolicismo tradicional e combater a expansão da igreja de militância social. Mas, as mais de 500 comunidades de base estabelecidas na década de 1980 organizavam uma rede entre os camponeses para reivindicações sociais, utilizaram rádios ligadas às igrejas para servirem de fontes de informação, frente ao fechamento de jornais e a repressão a imprensa. “A Igreja Católica de base e as comunidades vodous se engajaram na resistência contra a ditadura, em contradição com as cúpulas” (Andrade, 2019, p. 268).

Ainda de acordo com o autor, diversos fatores contribuíram para a queda do regime Duvalier. Dentre estes, podemos citar os interesses dos setores “mulatos” que historicamente faziam intrigas para casar “Baby Doc” um negro, com uma mulata da elite econômica, aumentando assim, seu poder e influência. Mas também, não se podem ignorar as profundas contradições econômicas e sociais do Haiti e que certamente foram elementos importantes na construção de uma oposição ao governo. Os diferentes grupos de oposição com suas diferentes bandeiras levaram ao fim décadas de concentração de poder da família Duvalier e de seus apoiadores. O movimento de revolta contra o governo duvalierista se iniciou na cidade de Gonaïves em outubro de 1985, com mobilizações contra o aumento do preço dos alimentos. Em janeiro de 1986, o movimento havia se espalhado por mais seis cidades do norte e no final do mês o sul também estava completamente mobilizado. Para conter os protestos, o governo cortou 10% do preço dos alimentos e fechou rádios independentes, mas sem muito sucesso. A revolta que derrubou o governo posteriormente foi conhecida em créole como Operation dé-

choukai (Operação desenraizamento), por tentar destruir as bases do duvalierismo. O movimento ganhou força a partir das mobilizações grevistas e teve a adesão de organizações e federações sindicais, associações de profissionais de professores, jornalistas, engenheiros e advogados. Assim:

Para manter o controle da situação política que se deteriorava, os EUA animaram os militares a agirem por conta própria, além de suspender a ajuda de 26 milhões de dólares ao governo como suposto protesto contra a repressão desencadeada. Temia-se uma situação que provocasse o surgimento de uma ala de guerrilheiros ou rebeldes armados. Para abreviar a queda de Duvalier, àquela altura com um governo praticamente insustentável por si só, e evitar uma situação incontrolável, o governo dos EUA negociou a sua saída para 1º de fevereiro de 1986. [...] Mas somente em 7 de fevereiro, o governo caiu de fato, com tempo para realizar um último saque das riquezas do país e promover uma festa de despedida no palácio nacional. (Andrade, 2019, p. 271)

O longo período de ditadura havia desestruturado partidos políticos e organizações dos trabalhadores, fazendo o exército a organização mais sólida e coesa do país. Contudo, essa instituição estava a serviço do poder e não da sociedade haitiana. Assim a saída de Jean-Claude do governo não representou uma mudança efetiva, apenas abria caminho para essa possibilidade. Dayqueline C. G. Martins (2019), afirma que:

Após o fim da dinastia dos Duvalier, não houve uma transição para uma democracia de forma estável no Haiti, muito pelas heranças deixadas pelos séculos de ocupação, primeiro por países europeus e depois pelos Estados Unidos. Todas com grau inexprimível de violência, exploração e roubo, o que impossibilitou o Haiti de se tornar um país soberano com autonomia econômica. Isso foi possível porque houve apoio de alguns setores da sociedade haitiana que contribuíram com um sistema autoritário e corrupto instalado pela ditadura dos Duvalier (Martins, 2019, p.60).

Com a vacância presidencial, foi formado um Conselho Nacional de Governo (CNG), o qual foi chefiado pelo general Henry Namphy. O conselho composto por dois generais apoiados pelo governo norte-americano e três civis, visava realizar a transição de poder. Para isso, anularam a Constituição de François Duvalier e convocaram a abertura de um processo de eleições constituintes para outubro de 1986. A nova constituição, divulgada em 29 de março de 1987 e aprovada por referendo, definia a convocação de um Conselho Eleitoral Provisório (CEP) para organizar as eleições presidenciais. As eleições marcadas para 29 de novembro de 1987 foram tensas, com dois candidatos assassinados. Participaram do pleito eleitoral 23 can-

didatos, mas quatro eram considerados com potencial de vitória, sendo eles: Sylvio C. Claude, do Partido Democrata-Cristão do Haiti (PDCH); Marc Bazin, do Movimento pela Instauração da Democracia no Haiti (MIDH); Louis Déjoie II, do Partido Agrícola e Industrial Nacional (PAIN); e Gérard Gourgue, da Frente Nacional de Concertação (FNC). Contudo, as eleições tiveram de ser canceladas depois que grupos paramilitares atacaram votantes. Estima-se que tenham sido mortas 34 pessoas. Um novo conselho foi formado, e marcadas novas eleições para 17 de janeiro de 1988. Foi eleito presidente nessa data, embora com acusação de fraude, Leslie F. Manigat, da pequena Coalizão de Democratas Nacionais Progressistas (RDNP, da sigla em francês). Maginat tomou posse em 7 de fevereiro, e por tentar impor controle constitucional sobre as Forças Armadas, em 20 de junho foi derrubado pelo exército e Henry Namphy tomou a presidência, ficando no cargo até 17 de setembro, quando foi deposto por um grupo de oficiais da guarda presidencial. O general Prosper Avril assumiu o poder e afastou do exército e do gabinete os homens que poderiam ameaçar seu governo. Contudo, Avril não conseguiu permanecer no governo o tempo necessário para a organização de nova eleição presidencial. “As manifestações nas ruas eram contínuas e, mesmo sob torturas, estupros e assassinatos, os haitianos não se calavam” (Martins, 2019, p.61). Assim, em 10 de março de 1990 ele deixou o cargo e Hérard Abraham assumiu o poder interinamente. No dia 13 de março, Ertha Pascal-Trouillot, juíza da Suprema Corte, assumiu o poder em uma nova tentativa de transição democrática (Andrade, 2019). E em 1989, Trouillot agendou eleições diretas para dezembro de 1990, contando com o apoio da ONU, OEA e a Comunidade do Caribe (CARICOM) (Martins, 2019).

1.5. Haiti: anos 1990 – 2020

Apesar dos sucessivos golpes e da pressão exercida pelos grupos que controlavam o processo político no Haiti, a década de 1990 inicia com uma forte mobilização dos movimentos populares e de partidos políticos para a retomada do caminho democrático e soberano do país. Segundo Andrade:

Um dos fenômenos desse processo de mobilização de baixo para cima se articulou em torno do padre Aristide, que andava descalço pelas favelas pregando a união dos pobres. Ele ajudou a construir associações populares que discutiam política, alfabetizavam, organizavam mutirões, e esse processo foi a base real do surgimento do movimento político *Lavalas* (avalanche, em créole). Isso se contrapunha a toda a tradição política vivida pelo Haiti desde 1957, com a ditadura dos Duvalier. A rede de ativistas populares em torno do Lavalas ganhou dimensões até então desconhecidas que revelavam a capacidade de mobilização popular. Desses caminhos surgiram possibilidades

inéditas para se reconstruir desde baixo um novo estado de bases populares e democráticas (Andrade, 2019, pp. 278-279).

Esse processo de mobilização popular culminou na eleição de Jean-Bertrand Aristide, com 67,48% dos votos em 16 de dezembro de 1990, em uma eleição presidencial realizada com a supervisão internacional da ONU, da OEA e da Comunidade do Caribe (Caricom). O presidente eleito era um ex-padre salesiano ligado à Teologia da Libertação,²⁸ e que conseguiu um amplo e inédito apoio da sociedade haitiana “A sua posse foi motivo de festa popular. As casas foram pintadas de branco, as ruas arrumadas e enfeitadas por mutirões populares. O galo, símbolo de campanha de Aristide, enfeitava os muros. Mais de um milhão de pessoas assistiram à posse...” (Andrade, 2019, p. 283).

A expectativa das massas populares com a eleição de Aristide era de uma ruptura revolucionária, com vistas ao aprofundamento da democracia, reforma agrária e mudanças sociais para a maioria da população. Na posse em 7 de fevereiro de 1991, Aristide foi o primeiro chefe de Estado a fazer seu discurso oficial em língua créole. A língua do povo haitiano só foi reconhecida como idioma oficial após a saída de Duvalier. Até então, nas escolas não era ensinado o créole e as crianças eram obrigadas a se expressar em francês.

Seguindo as determinações da Constituição de 1987, o presidente eleito precisava escolher o primeiro-ministro entre os membros do partido majoritário no Parlamento, o qual o ratificava. O primeiro-ministro escolhia o gabinete em consultas com o presidente e seguia para a aprovação do Parlamento. O Parlamento era composto por 30 senadores com mandato de seis anos e renovação de um terço a cada dois anos e 99 deputados, com mandato de quatro anos. Alguns autores destacam que essa forma de estrutura de poder no país possibilitou a permanência de um poder paralelo e que conseguiram manter privilégios e poder, especialmente nas Forças Armadas e na Igreja Católica e em grupos empresariais. Com relação a influência católica, Marcelo Grondin afirma:

A religião católica, profundamente estrangeira com relação a tudo o que é africano, apresenta-se como a religião da elite; ao ser a religião oficial e da civilização ocidental, é a religião dos brancos. Ocidental em seu conteúdo e em suas expressões rituais, transmite a ideologia de que a verdadeira civilização é a civilização ocidental, da mesma forma como se trata de transmitir a ideia de que a verdadeira língua é a francesa. A igreja católica no Haiti é

²⁸ A teologia da libertação é uma corrente de pensamento social que busca a libertação social dos pobres e outros grupos sociais oprimidos. A teologia da libertação ganhou força em ambientes católicos em meados do século XX. No Brasil destaca-se o intelectual Leonardo Boff.

um instrumento homogeneizante da elite e desarticulador das massas. (Grondin, 1985, p. 85)

Esse sistema de poder paralelo existe quando a soberania popular encontra seus limites frente ao poder material dos proprietários dos meios de produção. E no Haiti, as massas populares votaram em Aristide por suas reivindicações mais básicas, como empregos, terra, salários, moradia, saúde e educação, além de contestar os fundamentos de um Estado autoritário e defensor dos privilégios de uma minoria. Contudo, “Aristide se recusou a avançar qualquer ruptura estrutural com a burguesia e, com isso, o impulso revolucionário das massas populares que o apoiaram chocou-se rapidamente com o novo presidente” (Andrade, 2019, p. 285).

O governo manteve os programas de ajuste estrutural do Banco Mundial e seus conhecidos cortes de gastos sociais que visam ampliar a liberalização da economia e propiciar mais facilidades aos empresários. As organizações camponesas e populares passaram a protestar e criticar a política econômica adotada por Aristide. Além da insatisfação popular, o governo enfrentava os militares e os grandes proprietários que viam no governo uma ameaça pelo que representava para as massas populares. Assim, em setembro de 1991 eclode uma situação revolucionária, com ações de massas nas ruas, as quais são duramente reprimidas pelo antigo e não extinto aparato paramilitar. O presidente sofre um golpe militar, comandado pelo general Raoul Cédras com apoio dos antigos *Tontons*, e na sequência foge para a Venezuela e depois para os EUA. No dia 8 de outubro Joseph Nérette, membro da suprema corte, foi nomeado pelos militares, como presidente provisório. A partir da nova configuração política, com o retorno da repressão, estima-se que tenha sido assassinado mais de três mil haitianos e “milhares de haitianos tentaram desesperadamente fugir em balsas improvisadas” (Andrade, 2019, p. 286). Segundo o autor, o país viveu uma nova configuração de forças, onde o antigo aparato policial-militar transformara-se em base para a luta de gangues e grupos armados privados, que isolavam e intimidavam as organizações populares que apenas começavam a se consolidar. Além disso, o país sofreu entre os anos de 1991-1994 um embargo comercial legitimado pelo Conselho de Segurança da ONU numa tentativa de forçar os militares que controlavam o poder. “Os embargos econômicos foram decisivos para aprofundar a destruição da frágil economia do Haiti” (Andrade, 2019, p. 289). Com relação à atuação das forças militares haitianas, Dayqueline C. G. Martins (2019) destaca que:

o Haiti teve seu exército desmobilizado no momento da invasão, em 1915. Em 1934, os Estados Unidos desocupam o país e conservam, sob seu comando a polícia nacional, que passa a ser uma Guarda Civil extremamente violenta. Em pouco tempo, o contingente armado pelos norte-americanos se

transformou no exército haitiano, patrocinador dos futuros golpes de estado. Em 1994, o próprio presidente Aristide dissolveu o exército, sendo que os motivos destacados pelo presidente, naquele momento, caracterizaram a necessidade de se proteger de um exército que já havia sido corrompido pelos Estados Unidos. Nesse sentido, pode-se entender que o desmantelamento do exército haitiano foi fundamental para a desconstrução/desestruturação do Estado haitiano e sua reconstrução passaria necessariamente pelo restabelecimento de seu exército nacional. (Martins, 2019, p. 83)

A respeito das constantes intervenções externas, Marcelo Grondin expõe que “a influência vem direta, através de intervenções e programas de desenvolvimento, culturais e religiosos, ou dos meios de comunicação de massas. Tudo isso é uma condição do sistema capitalista para manter a sua sobrevivência” (Grondin, 1985, p. 87). Para Dayqueline C. G. Martins (2019),

O agravamento da crise humanitária faz com que o Conselho de Segurança das Nações Unidas adote a Resolução 867. Desse modo, em 23 de setembro de 1993, é autorizada a Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMIH), por um período inicial de seis meses, a missão se estabelece com a finalidade de auxiliar na manutenção das pautas do acordo Governors Island Agreement e modernizar as forças armadas na tentativa de reduzir a violência e restaurar as instituições do país. (Martins, 2019, p. 63)

A pressão norte-americana sobre o país, através da ONU, foi intensificada quando em 11 de maio de 1994 os militares haitianos indicaram o juiz Émile Jonassaint como presidente provisório. Em julho de 1994, o drama do Haiti ganhou proporções mundiais quando “um grupo de religiosas brasileiras criou um fato político internacional ao fugir do país em um barco improvisado, com 69 pessoas a bordo, escancarando a situação política dramática vivida no país após o golpe” (Andrade, 2019, p. 289). E assim, no dia 31 de julho de 1994, o Conselho de Segurança da ONU aprovou o uso da força militar para invadir o país. Os EUA pressionaram o general Raoul Cédras a deixar o país e este concordou em negociar sua saída com Jimmy Carter, ex-presidente norte-americano, até o dia 15 de outubro. “No mesmo dia os EUA desembarcaram no país 20 mil soldados para pretensamente restaurar a democracia, que durante as décadas anteriores ajudaram a devastar. As intervenções sob mandato da ONU desde então passaram a encobrir ou legalizar as ações dos EUA” (Andrade, 2019, p. 290). Também nesse mesmo dia retorna ao Haiti Jean-Bertrand Aristide para assumir a cadeira presidencial pelas mãos dos *marines* dos EUA. Agora Aristide não representa mais os interesses do povo haitiano, mas os interesses dos grandes capitais. Contudo, a população ainda mantinha aspirações por mudanças radicais, democráticas e de defesa da soberania do país, em fun-

ção da imagem construída por Aristide ao ser eleito em 1991. No entanto, seu governo plenamente alinhado ao liberalismo aprofundou a dependência do país, aniquilando a produção de cana-de-açúcar, frutas e arroz, por exemplo, tornando o Haiti novamente importador de alimentos. Assim, tendo como perspectiva a ideia de que o “o sistema capitalista não pode sequer considerar a possibilidade de integrar os setores mais pobres aos setores mais ricos: a manutenção e o crescimento dos ricos exige a manutenção e o crescimento dos setores explorados” (Grondin, 1985, p. 100).

Para atender a esses fins, e seguindo os ajustes econômicos estruturais, o governo reduziu os serviços públicos, sendo o emprego estatal reduzido à metade. Além disso, novos acordos comerciais permitiram a livre circulação de mercadorias importadas.

Entre as novas medidas, previam-se privatizações de estatais e ataques à pequena agricultura camponesa, que precisava de subsídios. Aristide assinou a extinção das Forças Armadas do Haiti, substituídas por uma Polícia Nacional Haitiana. Ao mesmo tempo, reprimiu movimentos camponeses e opositores. Ensaçou uma política de tipo bonapartista, mantendo bases e diálogos com movimentos camponeses, reconhecendo o governo de Cuba, sem, no entanto, abrir mão das chamadas políticas de ajuste neoliberais (Andrade, 2019, pp. 291-292).

Ainda de acordo com Andrade (2019), a política adotada por Aristide para estabelecer uma área de livre comércio com o Caribe e os EUA, teve um impacto devastador em vários setores econômicos do país, impondo uma dependência quase total de recursos alimentares. Também se aprofundou a destruição do meio ambiente e dos recursos naturais existentes no país, restando apenas 2% da sua cobertura vegetal florestal ainda intacta, e dos onze mananciais de água, apenas dois mantinham produção. A devastação florestal pode ser explicada por vários fatores: 70% da energia utilizada no país tinham como fonte o carvão vegetal; os colonos franceses em 200 anos de ocupação haviam devastado 50% das florestas; para pagar a dívida do século XIX, houve a exportação de grande quantidade de madeira; com a ocupação norte-americana em 1915, ingressaram empresas agrícolas que ampliaram o desmatamento, e a ditadura Duvalier apoiou grandes empresas a explorar a madeira local.

A reinstalação de Aristide no poder com o apoio do presidente norte-americano Bill Clinton provocou como contrapartida uma brutal abertura comercial, que pode ser exemplificada na política adotada para a redução nas tarifas de importação de 50% para 3%, abrindo o mercado ao arroz dos EUA, provocando na sequência, a falência dos produtores haitianos. “O estado natal de Clinton, o Arkansas, era por coincidência o maior produtor de arroz dos EUA e onde estava baseada a maior empresa mundial de processamento de arroz, a Riceland Foods,

Inc., sustentada com gordos subsídios do governo estadunidense”(Andrade, 2019, p. 294). Nas eleições presidenciais de 1995, René Préval foi eleito presidente e o movimento Lavalas teve maioria no legislativo. Assim, a Organização Política Lavalas (OPL) indicou a primeira-ministra, Rosny Smarth, ligada aos camponeses. Mas em 1997, o grupo Fanmi Lavalas (Famílias Lavalas), liderado por Aristide conseguiu a renúncia de Rosny e retoma a influência no governo de Préval. Ao fim do mandato eletivo, novas eleições foram realizadas em 26 de dezembro de 2000, e Aristide foi eleito presidente com mais de 91,81% dos votos válidos, em meio a fortes acusações de fraude, vindas inclusive da Organização dos Estados Americanos (OEA). Assim, Aristide ocuparia a presidência até fevereiro de 2004.

Neste terceiro mandato de Aristide, multiplicaram-se mobilizações populares contra o governo. O FMI e o Banco Mundial emprestaram recursos, mas impuseram uma redução de 50% do quadro do funcionalismo público. A situação de pobreza crescente do Haiti tornou-se alarmante, como fruto direto das políticas de ajuste estrutural: a renda *per capita* anual ficou 15% abaixo da média latino-americana; menos de 40% da população tinha acesso a água potável; o analfabetismo atingia 45% da população; a expectativa de vida caiu de 52,6 anos em 2002 para 49 anos em 2003. Apenas 24% dos partos eram atendidos por pessoas qualificadas. O país passava a ocupar o posto 153 na classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2004. (Andrade, 2019, pp. 295-296)

A situação de crise social estabelecida no Haiti foi terreno fértil para a instalação de ONGs que chegaram às centenas no país. “A partir de 1998, o país se transformava em uma “república das ONGs”, com a maior densidade de ONGs por habitante do mundo. Esses números cresceram de forma descontrolada lado a lado com as políticas liberais” (Andrade, 2019, p. 296). O alto número de ONGs não alterou o quadro social desolador do Haiti, mas ao contrário, acentuou-se a destruição e a deterioração dos escassos serviços sociais, além do registro no aumento da corrupção, do narcotráfico, o enfraquecimento do Estado, provocando a violência direta contra a população. Além disso, Aristide assinou em 2004 o acordo de Monterrey que permitia a instalação de mais 17 zonas francas no país. Esses espaços autônomos ao país eram isentos de pagar qualquer imposto e a única lei trabalhista vigente aplicava a norma do salário mínimo de menos de dois dólares ao dia. Ainda estavam previstas a construção de 14 zonas francas na fronteira do Haiti com a República Dominicana e mais três na capital do país. “As zonas francas possuíam bloqueios de fronteiras, como verdadeiras fortalezas, para coagir a mão de obra barata, permitindo múltiplas formas de violência contra os trabalhadores. Qualquer tentativa de ação sindical implicaria em corte de direitos e perseguições” (Andrade, 2019, pp. 296-297).

Essa situação aprofundou outras formas de degradação dos trabalhadores, ao estimular a terceirização do trabalho e aumento do setor dos serviços, sem que, no entanto, a agricultura e a indústria tenham se desenvolvido. Isto gerou a ampliação da economia informal, sem qualquer desenvolvimento tecnológico. As políticas de liberalização financeira e os ajustes estruturais, reforçaram o empobrecimento dos setores econômicos informais, aliadas a falta de acesso à terra e a baixa produtividade agrícola, destruídos pela economia globalizada, contribuíram para que a economia haitiana permanecesse menos industrializada e mais subdesenvolvida. O Haiti em seu “processo embrionário de industrialização, com base na tecnologia externa, assim como o capital de financiamento e a comercialização e, especialmente, a difusão da ideologia da sociedade de consumo são característicos do seu modelo de desenvolvimento e garantem sua dependência externa” (Grondin, 1985, p. 89).

Enfrentar tais desafios, não foi tarefa fácil, mas no final de 2003 a oposição interna conseguiu organizar movimentos de protestos contra as políticas de ajuste neoliberal do governo de Aristide. Um governo deslegitimado pelas acusações de fraude eleitoral e pela gestão catastrófica da economia. Ocorreram marchas e ocupações de terras, greve na zona franca de Ouanaminthe e movimentos de moradores resistiram à milícia armada aristidista denominada Chimé (Quimera, em créole). Os quartéis da polícia foram atacados pela população insatisfeita. Também ocorreram paralelamente aos protestos populares, levantes de grupos armados, paramilitares e de gangues de traficantes que buscavam derrubar o presidente. Alguns grupos armados “entravam no Haiti pela República Dominicana que lhe dava apoio desde o início de 2004, semeando a morte e o terror, e buscando controlar os pontos-chaves do território” (Andrade, 2019, p. 299). A crise instalada levou o presidente a pedir ajuda de tropas estrangeiras para expulsar mercenários invasores. Essa solicitação foi utilizada como subterfúgio para uma nova invasão intervencionista realizada pela França, Canadá e EUA, ou seja, esses países realizaram um golpe de Estado Internacional. Assim:

No dia 23 de fevereiro de 2004 desembarcaram tropas militares externas supostamente em defesa da democracia. O presidente foi expulso do Haiti no dia 29 de fevereiro, depois de assinar uma renúncia formal, quando o país já estava sob ocupação militar estrangeira. Foi uma clara violação do direito internacional e da soberania dos povos. Só depois de o território ter sido ocupado pelos *marines* é que foi convocada uma reunião urgente do Conselho de Segurança da ONU para legalizar o golpe de Estado e decidir enviar uma força multinacional por um período de três meses, prazo que depois seria constantemente renovado (Andrade, 2019, p. 303).

A nova ocupação estrangeira dava continuidade das políticas imperialistas dos EUA na região, combinando ação militar, política e econômica, aliada a novos fatores, como a defesa dos direitos humanos, ou seja, um “intervencionismo humanitário”, que visava evitar uma tragédia da fome. No entanto, como foi mencionada anteriormente, a agricultura haitiana sofreu sucessivos ataques com políticas econômicas que buscavam sua destruição. Esses nobres argumentos serviram de justificativa para a adesão de diversos países no processo de ocupação, democratização e pacificação do Haiti. Contudo, em vez de enviarem “médicos, professores, agrônomos, os governos de Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Equador, Paraguai, Bolívia, Peru e Guatemala, entre outros, aceitaram a desonrosa tarefa de ocupar o país” (Andrade, 2019, p. 306). Com a deposição do presidente Aristide, assumiu o governo o ex-presidente da Corte Suprema do Haiti, Boniface Alexandre. O primeiro-ministro passou a ser Gérard Latortue, um funcionário da ONU ligado à área de desenvolvimento industrial. Mas quem passou a governar o país foi uma equipe de assessores da ONU e do Banco Mundial. “Em julho de 2004, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah) desembarcou tropas, sob o comando do general brasileiro Augusto Heleno Ribeiro Pereira” (Andrade, 2019, p. 306). De acordo com Dayqueline C. G. Martins (2019),

A missão esteve sempre sob o comando militar brasileiro apesar da diplomacia brasileira ter, como tradição, o critério de não participação em missões que estejam sob a égide do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, pois se coloca em desacordo com a quebra dos princípios de soberania e da não-intervenção. No tocante à MINUSTAH, o Brasil justificou sua participação por entender ser necessário seguir o princípio da não-indiferença e garantir a solidariedade entre os países com os quais se relaciona (Martins, 2019, p. 100).

No entanto, a ocupação estrangeira não visava atacar os graves problemas sociais que historicamente assolavam o país e que haviam sido registrados em um estudo estatístico realizado em 2001, o qual apontava que “a desigualdade no Haiti era a segunda mais alta do mundo, perdendo apenas para a da Namíbia. [...] Outro dado analisado constatava que o Haiti estava ao lado do Afeganistão e da Somália como um dos três países com maior déficit de calorias por habitante...” (Andrade, 2019, pp. 310-311). A pesquisa também apontava que em torno de 66% da população passava fome diariamente. Constatou-se que a falta de investimento e a baixa produtividade dos agricultores, a contração da economia e o pouco acesso à educação básica foram observados como maiores obstáculos ao desenvolvimento do país.

A pobreza era maior no campo, embora menos desigual do que nas cidades. Um dos fatores que mais influíam na manutenção da desigualdade era a educação privada e de pouco acesso, sendo constatada nos níveis de probabilidades de pobreza, indigência e não pobreza que o risco de ser pobre ou indigente caía exponencialmente quando o nível de educação crescia. Ou seja, a falta do ensino público e gratuito condenava a maioria do povo haitiano à pobreza e à miséria, sem qualquer perspectiva de mudanças (Andrade, 2019, p. 311).

A política adotada pelo governo interino no início de 2005 visava atender as exigências do Banco mundial, com o pagamento inclusive de juros retroativos que comprometiam as reservas do país. “Em 2005, a dívida externa cobrada do Haiti era de 1,4 bilhão de dólares e o serviço da dívida era calculado em torno de 70 milhões a 80 milhões de dólares, considerado possível e normal pelos funcionários das agências internacionais” (Andrade, 2019, p. 313). No orçamento governamental para 2004-2005 era previsto 22% em gastos para pagamento da dívida. Já no orçamento de 2006-2007 o pagamento de juros e amortização da dívida chegou ao montante de 70, 9 milhões de dólares. O pagamento de juros comprometendo uma grande parcela do orçamento do país refletia no pequeno investimento, por exemplo, na educação pública. Cerca de 88% das escolas eram privadas e somente 8% do orçamento era destinado à educação. Com o desmantelamento econômico o quadro social no Haiti apresentava brutais resultados, como o aprofundamento da fome e da miséria, e com relação à educação: “dos pouco mais de 9 milhões de habitantes do Haiti, cerca de 47% eram analfabetos, e estima-se que o desemprego tenha chegado a 2/3 da população” (Andrade, 2019, p. 315). A situação econômica do Haiti acabou por promover uma verdadeira diáspora, com “mais de um milhão de pessoas vivendo principalmente em Miami e Nova York” (Andrade, 2019, p. 309).

Após dois anos de governo interino, a ONU organizou eleições presidenciais que ocorreram em 7 de fevereiro de 2006, sendo eleito presidente René Préval, do partido Lepswa (Esperança) com 51,2% dos votos válidos. Contudo, a ocupação mostrou-se como um obstáculo ao pleno exercício da democracia aos haitianos e a busca de solução autônoma aos seus problemas. E foi nesse contexto de ocupação que o Brasil buscou demonstrar um protagonismo regional, enviando soldados em nome da ONU e assim contribuir com um dos objetivos da política do Minustah, que supostamente visava “assegurar a legalidade e a formação de forças locais de segurança policial para combater a chamada violência crônica no país. [...] No entanto, as próprias tropas da ONU foram patrocinadoras de diversas ações violentas contra o povo haitiano” (Andrade, 2019, p. 326). Após o término da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti – MINUSTAH -, em outubro de 2017, o Brasil protagonista no processo avaliou sua participação como exitosa, “essa constatação também tem ligação com o fato

de que o exército brasileiro ganhou projeção internacional, aperfeiçoamento do sistema logístico e de treinamento” (Martins, 2019, p.114). Ainda de acordo com esta autora,

a palavra laboratório foi sendo incorporada e naturalizada pelos militares brasileiros da MINUSTAH ao fazer referência ao Haiti como um campo de experimento para as práticas de estratégias militares do exército brasileiros. Essa nomenclatura usada pelos militares, sem constrangimentos, nada mais é do que a representação certa do que foi a MINUSTAH para o Brasil e para a ONU: um experimento que deu certo, para ambos, mas não necessariamente para a sociedade haitiana (Martins, 2019, p.137).

Enquanto o Brasil e outros países da América participaram da ocupação de um país com soberania, durante o governo de Préval, houve uma significativa presença cubana no Haiti - independente da ação da ONU - com o programa de médicos:

Durante o governo Préval, cerca de 400 médicos cubanos atenderam 8 milhões de pessoas e realizaram 100 mil operações cirúrgicas. Nas zonas atendidas pelos cubanos, a mortalidade infantil caiu de 80 para 28 por 1.000 nascidos vivos. Além disso, 600 bolsistas haitianos estudavam na Universidade Santiago de Cuba. (Andrade, 2019, p. 323).

O auxílio cubano evidenciou o que podemos classificar como ajuda humanitária a um país em situação de grave crise econômica e social, combatendo os efeitos imediatos e contribuindo para a formação de uma mão de obra especializada para atuação no futuro de forma autônoma, visto que,

O Haiti, no decorrer da sua história, não conheceu um período duradouro de estabilidade em suas instâncias sociais, porém, sem sucesso, a população tenta resgatar sua tradição revolucionária, mas acaba sucumbindo em meio a violentas repressões cometidas ora pelo próprio Estado, ora por atores não estatais, e, também, pelas intervenções externas (Martins, 2019, p.79).

Após os 13 anos em que a missão afirmava estar empenhada em garantir um ambiente seguro e estável, a população haitiana ainda tinha pela frente a dura tarefa de restabelecer sua autonomia, assegurando um processo político democrático; além de viabilizar o acesso aos direitos humanos, à saúde, à educação e trabalho, pois a MINUSTAH foi um sucesso para os invasores, não necessariamente para a população do Haiti - já que os índices de melhorias sociais, após anos de missão, são considerados pífios e o país segue mergulhado numa crônica crise econômica agravada após o terremoto.

1.6. Haiti: o terremoto de 2010

Além de todos os problemas políticos, sociais e econômicos enfrentados historicamente, o Haiti sofreu uma das maiores tragédias naturais do século XXI: o terremoto ocorrido em 12 de janeiro de 2010, onde morreram cerca de 230 mil haitianos, entre os quais 18 soldados brasileiros que participavam das ações de intervenção da ONU. A destruição material também foi de grandes proporções: 105 mil casas destruídas, mais de 200 mil casas danificadas seriamente, 1300 escolas e 50 hospitais e centros de saúde foram destruídos, o porto e o aeroporto na capital foram arrasados. Mais de 600 mil pessoas tiveram de deixar a capital nos primeiros dias após a tragédia. Importante salientar que foram os laços familiares que garantiram a evacuação da capital, frente à inércia e o descompromisso da Minustah em relação à população haitiana.

Após a catástrofe, os EUA militarizaram até a ajuda humanitária, controlaram o espaço aéreo e enviaram milhares de soldados armados em posição de combate. A ONU priorizou ajudar os seus e o aeroporto priorizou a evacuação dos estrangeiros doentes. Os médicos estrangeiros se retiraram após o terremoto. Os recursos financeiros internacionais, doados após o desastre, destinados aos haitianos foram utilizados em grande parte para suprir ao enorme aparato da ONU. Além do desvio de recursos realizados pelas ONGs que infestavam o país e competiam com as organizações populares e até mesmo com o Estado haitiano. “O terremoto tornou-se um grande negócio, principalmente para as empresas dos EUA” (Andrade, 2019, p. 346). Segundo Dayqueline C. G. Martins, “nos quatro dias posteriores ao terremoto, a população não recebeu ajuda nem da ONU, nem da comunidade internacional (Martins, 2019, p.114).

Em 2011, Préval concluiu seu mandato sem respaldo popular e democrático em função do seu alinhamento governamental a serviço da ONU, do Banco Mundial e do FMI. Assumiu então o governo, o cantor popular Michel Joseph Martelly, após ser eleito, com 67,5% dos votos no segundo turno das eleições, com fortes acusações de fraude eleitoral. O novo governo, alinhado aos EUA e submisso a política estabelecida pelo FMI, seguiu pagando rigorosamente a dívida externa do país, enquanto a população haitiana não recebia a devida atenção. Mais de 500 mil pessoas viviam em acampamentos improvisados em 2012. Além do aumento nos casos de cólera,²⁹ atingindo cerca de 120 mil pessoas em 2013. Ao longo do ano de 2012

²⁹ A cólera é uma doença que afeta o intestino delgado e é causada pela bactéria *Vibrio cholerae*, que entra no organismo de um indivíduo por meio do consumo de água e de alimentos que foram previamente contaminados pelo bacilo. Doença levada ao Haiti por soldados do Nepal participantes da Minustah, segundo fortes indícios encontrados pelo centro de prevenção dos EUA. Foram contaminados a partir de 2010 mais de 680 mil pessoas e matando 8300 das pessoas contaminadas.

e em 2013, o governo sofreu uma forte oposição do Legislativo e uma forte pressão popular pela sua renúncia. Para acalmar os ânimos dos movimentos políticos que pediam sua saída, o governo buscou aumentar os gastos sociais. Contudo, os programas assistencialistas de Martelly passaram longe de resolver os graves problemas sociais existentes. Com a saída de Martelly da presidência, assumiu interinamente o primeiro-ministro Evans Paul até a definição das eleições em segundo turno. Vencidas as eleições, assume a presidência Jovenel Moïse que permaneceu no governo até seu assassinato em 7 de julho de 2021. Com a morte de Jovenel Moïse, assume a presidência Claude Joseph, o qual permanece no poder até a atualidade. De acordo com Andrade (2019),

A ocupação iniciada em 2004 recolocou a atualidade da necessária reflexão histórica sobre a submissão colonial do Haiti. O Estado haitiano já não possuía quase nenhuma legitimidade política, e as eleições promovidas após a invasão e ocupação não garantiram o funcionamento da democracia. O país seguiu tutelado, com altos índices de corrupção, impunidade e repressão permanente contra as organizações populares. A conquista, ou reconquista, da soberania nacional do Haiti estava invariavelmente ligada ao seu passado, mas como um desafio sempre presente. Sua própria história parecia afirmar-se, quando reapropriada pelos herdeiros daqueles que resistiram em 1915 à invasão dos EUA. Romper com a tutela da ONU e dos EUA segue sendo o desafio para recuperar a plena soberania do país para o povo haitiano. (Andrade, 2019, p. 360)

O povo do Haiti busca a cada dia enfrentar as adversidades e encontrar alternativas para sua própria sobrevivência em meio a todas as dificuldades. Uma das alternativas tem sido a permanente imigração de homens e mulheres para outros países em busca de melhores condições de vida e assim auxiliar familiares que permanecem no país. O Brasil tem sido um dos países que têm recebido um contingente significativo de imigrantes haitianos, mantendo viva sua longa relação histórica que será abordada no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

O HAITI E SUA RELAÇÃO COM O BRASIL

Quando as tropas brasileiras pisaram em solo haitiano no início do século XXI, supostamente em nome da paz e do desenvolvimento, o Brasil estava cruzando na verdade um perigoso terreno dentro de si próprio como nação. O Haiti deixava ser o país indiferente e inexistente à população brasileira sem, no entanto, deixar de ser a terra distante e de História desconhecida. (Andrade, 2019, p. 11).

A relação do nosso país com o Haiti intensificou-se a partir do ano de 2004, quando o Brasil se envolveu diretamente com a questão dos conflitos internos haitianos. Naquele contexto, a Organização das Nações Unidas (ONU) enviou tropas de alguns países ao Haiti para auxiliar no controle dos conflitos internos, tendo o Brasil importante participação nessa missão diplomática (Castro; Marques: 2019). Essa ação provocou inúmeros questionamentos, o que levou a produção de trabalhos e pesquisas acadêmicas sobre o tema e, também, sobre a relação histórica entre o Haiti e o Brasil.

Mas o que sabemos sobre esse pequeno país? Por que sua história está interligada à nossa?

O Haiti é um país caribenho localizado na América central e que faz divisa com a República Dominicana. Ambos os países estão situados na ilha de São Domingos. É considerado atualmente o país mais pobre do continente americano, com economia centrada no setor de serviços e na agricultura, que inclui o plantio de cana-de-açúcar, milho, mandioca, manga, banana, goiaba e vegetais em geral. Na indústria destaca-se o setor têxtil, refino de açúcar, moagem de farinha, montagem e cimento. Sabemos que a história do Haiti tem sido marcada, desde seus primórdios, pelo enfrentamento de grandes adversidades e desafios. Dentre eles, podemos citar a ocorrência de eventos climáticos extremos, como o terremoto ocorrido no ano de 2010, que vitimou fatalmente mais de 200.000 pessoas.³⁰

³⁰ Para saber mais: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/>

O país foi palco da única rebelião escrava que conseguiu atingir seu objetivo: a liberdade. O Haiti foi o primeiro país no mundo a conquistar a abolição da escravidão e o segundo país do continente americano a conquistar sua independência. Contudo, essa luta árdua que iniciou no século das luzes teve continuidade no século seguinte e ceifou milhares de vidas haitianas.

Além disso, o país tem vivenciado tempos de instabilidade política e guerra civil. A ocupação iniciada em 2004 pela ONU com o apoio das tropas do exército brasileiro evidencia a dificuldade desse país em manter sua legitimidade política. As eleições promovidas após a invasão e ocupação não garantiram a efetivação da democracia. O Haiti segue tutelado, com altos índices de corrupção, impunidade e repressão contra as organizações populares que reivindicam melhores condições de vida e redistribuição dos bens produzidos.

Um dos efeitos destas tragédias tem sido a migração de grande parte da população haitiana para outros países. Essa população busca refúgio no México, Estados Unidos, França, Brasil, entre outros países, especialmente utilizando alguns desses países como rota de passagem para chegar ao Brasil ou aos Estados Unidos. Contudo, muitos imigrantes são deportados ao país de origem, pois chegam aos países de destino de forma ilegal. Podemos citar os Estados Unidos como um grande fomentador dessa política de deportação.³¹

A imigração haitiana para o Brasil teve início no ano de 2010, tendo como fatores para esse fenômeno os aspectos acima citados, como os provenientes do desastre ambiental (terremoto) e da instabilidade política, o colapso econômico e social que resultou numa grave crise humanitária - o que obrigou a população a buscar alternativas para sua sobrevivência.

A pobreza certamente foi um dos fatores determinantes que impulsionaram a migração haitiana para outros países. Como afirma Hannah Arendt:

A pobreza é mais do que a privação, é um estado de constante necessidade e de miséria aguda cuja ignomínia consiste na sua força desumanizadora; a pobreza é abjecta porque coloca os homens sob a ditadura absoluta dos seus corpos, isto é, sob a ditadura absoluta da necessidade tal como todos os homens a conhecem a partir da sua mais íntima experiência e independentemente de todas as especulações. (Arendt, 2019, p. 63)

A referência a pobreza citada por Arendt, com relação à Revolução Francesa, pode ser tomada como indicativo para o povo haitiano, pois a urgência da vida obriga os indivíduos a

³¹ Para saber mais: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/>

procurarem maneiras para atender as suas necessidades vitais, e a migração pode ser uma das alternativas viáveis para a sobrevivência.

2.1. O medo da haitianização do Brasil colonial

Embora as relações entre o pequeno país caribenho e o Brasil tenham se tornado mais intensas na contemporaneidade, a ligação entre ambos data de muitos séculos. Podemos constatar isso nas palavras de Everaldo de Oliveira Andrade:

A rebelião vitoriosa dos escravos teve influência direta no Brasil escravocrata e português, e pode ser percebida mais diretamente na Conjuração Baiana, ou Conspiração dos Alfaiates, de 1798. Esse foi um movimento revolucionário inspirado diretamente em ideais da Revolução Francesa e liderado por negros e mestiços. [...] A revolução haitiana era conhecida, admirada e até temida nos meios intelectuais e políticos do Brasil independente, como atestam correspondências entre franceses e brasileiros defensores da liberdade dos negros escravizados na época (Andrade, 2019, p. 40).

Naquele contexto havia um pavor que se instaurou nas oligarquias de vários lugares da América, como em Cuba, Martinica, Jamaica e outros países escravocratas como o Brasil e o sul dos Estados Unidos. A própria Inglaterra temia o reconhecimento diplomático do Haiti, pois isso afetaria seus negócios, já que possuía em torno de 300 mil escravos na Jamaica.

Não podemos deixar de constatar que defensores e movimentos abolicionistas tinham interesses contraditórios no processo abolicionista em função da lógica capitalista, onde parte desses movimentos refletia interesses das burguesias europeias, em detrimento dos interesses humanitários.

O impacto da independência haitiana – em pleno século das luzes - foi profundo não apenas nos campos políticos e econômicos, mas reverberou no outro lado do Atlântico também no aspecto cultural e filosófico.

Embora os líderes da revolução haitiana reconhecessem explicitamente a inspiração de ideais da Ilustração francesa, vários dos pensadores ligados aos ideais iluministas, contraditoriamente, rejeitaram a experiência haitiana como parte do conceito de liberdade, que seria restrita apenas ao alcance das fronteiras europeias, quando conheceram a revolução haitiana, reafirmaram que a liberdade era um privilégio dos brancos (Andrade, 2019, p. 33).

A discriminação racial aparece no palco das discussões políticas quando as pessoas de cor livres, ricas e educadas do Haiti colonizado passam a reivindicar o direito à cidadania, tendo como referencial para suas reivindicações, as conquistas alcançadas pelo povo na Revo-

lução Francesa, além de expor que o Code Noir,³² de 1685, de Louis XIV, já previa esse direito.

Segundo Laurent Dubois (2022), um dos expoentes dessas lutas foi Julian Raimond – filho de Pierre Raimond, nascido na França e emigrado para Saint-Domingue e Marie Bagasse, filha de um fazendeiro local, que tinha ascendência mestiça de europeus e africanos – que na década de 1780 travou uma batalha política pelas pessoas de cor de Saint-Domingue e permaneceu uma figura importante durante os anos turbulentos da Revolução. Contudo, ele mesmo possuía escravos. Essa contradição estava presente na sociedade da época, em que muitos fazendeiros cobravam por igualdade frente aos colonos brancos, que possuíam plena cidadania, mas não defendiam o fim da escravidão.

O pensamento iluminista europeu silenciou frente à escravidão que foi herdada da era pré-moderna. Autores como Hegel, John Locke, Jean-Jacques Rousseau que reafirmavam a liberdade não questionaram a escravidão. Além disso, segundo Eduardo Gruner (2012), na obra *A era das Revoluções*, Eric Hobsbawm não traz uma única citação sobre o Haiti em uma obra gigantesca dedicada a história das revoluções modernas.

Esse apagamento talvez possa ser melhor compreendido quando relacionamos o fato da Revolução Haitiana ter sido planejada e executada por uma população que era considerada incapaz pelos colonizadores europeus. No imaginário dos colonizadores, era inconcebível uma revolta organizada por escravizados, pois eram frequentemente citados como obedientes por não terem a noção do que significava a liberdade e não terem a capacidade de formular estratégias para alcançá-la. O racismo³³ enraizado na sociedade que afirmava a superioridade dos brancos e a dificuldade em encontrar na história situações anteriores à qual a revolução pudesse ser comparada, fez com que muitos contemporâneos não acreditassem naquilo que os fatos em si o demonstravam - havia uma revolução escrava em curso.

Contudo, as narrativas construídas em torno da História do Haiti são as ocidentais, contadas pelos colonizadores, que conseqüentemente defendem sua posição e o seu sistema colonial. Essas versões muitas vezes esvaziadas de informações e que desconsideram a memória da população escravizada. Mas esse silenciamento não é mero acaso, é um projeto de dominação e manutenção do poder e que para atingir esse objetivo utiliza diferentes estratégias de domínio: o controle e domesticação do corpo, a propagação do racismo, o julgamento

³² Code noir foi um decreto aprovado pelo rei francês Luís XIV em 1685 definindo as condições da escravidão no império colonial francês.

³³ Banton, Michael. *A ideia de raça*. Rio de Janeiro, Edições 70, 2010.

de incapacidade intelectual, a desvalorização da cultura e o silenciamento da História construída coletivamente pelo povo haitiano.

Com relação ao projeto colonial imposto ao Haiti, Taïse Staudt comenta que:

o silenciamento que ocorre em torno do Haiti – para além das ideias estigmatizadas – é um reflexo do projeto colonial que busca silenciar uma população que representa, historicamente, uma denúncia ao processo violento da colonização e das suas estruturas de poder enraizadas. A população haitiana, sua política e situação atual são reflexos de um país que foi esvaziado e massacrado pelas imposições de poder ocidentais, e permanece nessa posição enquanto o silenciamento permanece (Staudt, 2022, p. 8).

A partir disso, Taïse Staudt defende ser de suma importância trabalhar em sala de aula a história da Revolução Haitiana, além de estudar sobre a situação atual do Haiti para compreendermos enquanto sociedade latino-americana que compartilhamos das sequelas da violência colonial a que fomos submetidos. Além disso, a autora expõe a necessidade de ouvir e dar centralidade às histórias invisibilizadas pelas versões oficiais que historicamente são apresentadas como “verdadeiras”.

Cabe aqui ressaltar que a adoção de uma história única, excludente, contada pelo colonizador, referenda uma visão de mundo e amplia o poder de uma sociedade sobre a outra. Domínio esse que pode perpassar os séculos e ser um obstáculo para as sociedades contemporâneas compreenderem as relações de poder estabelecidas e hegemônicas que mantêm os povos subjugados numa condição de permanente submissão. Esse apagamento histórico também pode ser referendado a partir de minha própria formação escolar, pois durante minha formação básica e posteriormente acadêmica, não tive acesso ao estudo sobre a Revolução Haitiana e seus desdobramentos, tão pouco sobre o Haiti atual e sua importância para o continente americano.

A política de ocultação da luta do povo haitiano por sua liberdade e por outro lado, a construção de um imaginário de um povo violento e incontrolável, foi efetivada pelos colonizadores europeus e reverberou em povos colonizados, como por exemplo, no Brasil. A esse respeito Eleonora Zicari Costa de Brito (2004) expõe que o Brasil, Cuba e Estados Unidos, por mais de dois séculos partilharam da mesma experiência terrível da escravidão, responsável em grande parte pelo alto grau de discriminação racial que caracterizou essas sociedades e que ainda se fazem presentes. Afinal, esses países construíram-se regidos pelo sistema escravista e “tomando por referência um profundo preconceito, transmutado em medo deste “ou-

tro” que para ser transformado em escravo deveria perder sua humanidade” (Brito, 2004, p. 277).

Ainda segundo Eleonora Brito (2004), a imagem dos escravos haitianos representados de forma ameaçadora, empunhando armas, está presente nas análises dos historiadores, em documentos que servem de referência a essas análises e na literatura do século XIX e na literatura posterior - voltada à questão da escravidão moderna. Esses dados corroboram a existência de uma enorme preocupação que a Revolução Haitiana viesse a se reproduzir em outros territórios escravocratas. Essa imagem estereotipada do povo haitiano, também nomeada de haitianismo, pode ser considerada uma expressão do jogo de representações do sistema escravista moderno.

Para esclarecer o que se entende por representação vamos recorrer ao historiador Roger Chartier, que afirma que “as estruturas do mundo social não são um dado objetivo [...] todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras (Chartier, 1990, P. 27). Assim, as figuras mentais construídas historicamente são responsáveis pelos significados que atribuímos ao mundo que nos cerca, ou seja, as representações que formamos no nosso imaginário. As representações, segundo Eleonora Brito (2004), “são formas que encontramos para dar significado às tramas do mundo social, de maneira a torná-las compreensíveis. É por esse mecanismo que nos ajustamos ao mundo, nomeando-o e definindo a realidade do dia-a-dia” (Brito, 2004, p. 279).

Entendendo que as representações constroem sentidos para uma dada realidade e que representam os interesses dos diferentes atores sociais que lutam para dar à realidade o sentido proveniente da sua leitura de mundo, podemos compreender o fato de como a Revolução Haitiana tornou-se um referencial representativo sobre a qual convergiram discursos tanto no sentido da emancipação, como no sentido de manter o status quo escravocrata colonial.

Assim, os defensores da emancipação buscaram transmitir em seus discursos a ideia de que a Revolução Haitiana foi a única revolução escrava vitoriosa da era moderna, além de ser, após sua independência, a primeira república negra. Já os opositores da Revolução, buscaram reforçar em seus argumentos a extrema crueldade dos revolucionários, nos consubstanciada nos sentimentos vingativos ou pouco nobres por parte dos escravizados. Essas características permearam discursos de autores de diferentes concepções, até mesmo de historiadores simpáticos a revolução, como podemos constatar nas palavras de Marcelo Grondin e C. L. R. James:

A revanche dos africanos recentemente escravizados ou dos filhos de africanos manifestou-se com a Guerra da Independência: arrasaram e eliminaram os brancos da ilha, conseguindo a primeira revolução e independência das colônias do sul e estabelecendo a primeira república negra do mundo (GRONDIN, 1985, p. 38).

A força de Toussaint crescia, tanto devido ao seu destemor na luta como à sua maestria política e em intrigas (JAMES, 2000, p. 130).

Segundo Eleonora Zicari Costa de Brito (2004), a Revolução que contou com a participação expressiva de escravos nascidos na África e que teve a seu favor um contexto externo extremamente favorável resultou, em 1804, na independência da colônia francesa, o que certamente mexeu profundamente com o imaginário das sociedades escravistas do período, configurando-se como um exemplo de reação àquele sistema opressor. Contudo, não podemos deixar de mencionar o fato de que posterior a Revolução, foi atribuída aos revolucionários a responsabilidade pelas mazelas que o país enfrenta após a independência.

A conquista do povo haitiano vista com temor pelos escravocratas da América, transformada no fantasma do haitianismo,³⁴ vigorou durante muitas décadas e reverberou no Brasil, inclusive pelo fato de que nosso país levou quase 100 anos para por fim ao regime escravista colonial após a proclamação da Independência. Segundo Dayqueline C. G. Martins (2019), a Revolução haitiana proporcionou a quebra de um sistema colonial por meio da união das massas e isso não passou despercebido nos demais territórios colonizados. Era preciso encontrar formas de neutralizar os efeitos e para isso diversas práticas foram adotadas para evitar que novas revoltas ocorressem.

Assim, o tratamento dado aos escravos foi repensado, pois em algumas regiões os castigos eram amenizados e em outras os abusos se intensificaram por medo de que as revoltas dos haitianos se repetissem em seus engenhos. Esse medo também provocou discussões e questionamentos a respeito da abolição da escravidão também no Brasil, naquele momento (Martins, 2019, p. 45).

³⁴ Segundo Marco Morel, existem dois principais significados na história do Brasil. Em primeiro lugar, foi uma expressão de época, que tinha um sentido acusatório e fazia parte da lógica do medo e ocultação. A palavra passou a existir no Brasil a partir de 1831, especialmente na Baía e no Rio de Janeiro, tendo característica pejorativa, indicando o incitamento à rebelião de escravos e apontava para uma ação destruidora e violenta da ordem social e política, com conotações raciais, visando desqualificar adversários. Apesar da utilização do termo em várias circunstâncias, o termo não foi colocado no dicionário. A outra significação, tendencialmente positiva, surge na historiografia brasileira de fins do século XX e início do XXI, indicando a disposição dos protagonistas de seguirem ou não o exemplo da Revolução do Haiti, sem a carga acusatória da época, mas visando empreender esforços interpretativos para dimensionar os sentidos e as heranças do escravismo em nossa sociedade (Morel, 2017, pp. 22-23).

A ideia do haitianismo surgiu logo após a Revolução no Haiti no final do século XVIII e esteve presente no imaginário dos colonizadores do Novo Mundo durante o século XIX, trazendo-lhes uma constante sensação de medo. Estes temiam que o exemplo dos insurgentes haitianos influenciasse a rebelião de seus escravizados, servindo a eles, portanto, como um modelo ser seguido ou uma inspiração para a luta contra a escravidão. Contudo, não abordaremos a influência do haitianismo em outros países da América, mas restringiremos nossa análise à constatação do fenômeno no Brasil Colônia e no período entre a proclamação da Independência e a assinatura da Lei Áurea - que declarou o fim da escravidão no Brasil -, para que possamos estabelecer uma relação histórica secular entre as duas nações.

O século XIX foi marcado por abolições em diversos países, sendo o Brasil o último país do continente americano a abolir a escravidão em 1888 com a Lei Áurea. A demora do Brasil em aderir a esse movimento - considerado por historiadores como inevitável devido à pressão inglesa sobre o tráfico negreiro – demonstra o quão resistentes estava tanto o governo imperial brasileiro e fazendeiros que se beneficiavam com o regime escravocrata. Assim, com relação ao fim da escravidão, quase um século separa o Brasil do Haiti e, portanto, esse longo período implicou no convívio do sentimento de medo, que se espalhou pelos territórios colonizados, sendo materializado a partir da independência do Haiti em 1804, alimentando o imaginário referente ao haitianismo ou ao também chamado “perigo negro”.

O medo de uma revolução aos moldes da haitiana tinha sua razão de existir, pois o Brasil conviveu com várias revoltas no período colonial, sendo que várias delas foram levantes contra a metrópole e posteriormente contra os governos regencial e imperial, mas que ainda não tinham como ponto central de reivindicação o fim da escravidão. Contudo, a partir da “segunda metade do século XIX, com a afirmação do movimento abolicionista, essas revoltas ganharam uma dimensão favorável junto à opinião pública que, de modo geral, passou a justificá-las como um direito contra um sistema a partir de então alvo de constante condenação” (BRITO, 2004, p. 290).

De acordo com Eleonora Brito (2004), entre os anos de 1808 e 1835 ocorreram uma série de revoltas na Bahia e que diferentemente das outras revoltas, ocorridas no início do século XIX, tinha um cunho anti-escravista e as lideranças desses movimentos sempre estiveram nas mãos de negros e escravizados, sendo a mais importante de todas: A Revolta dos Malês, ocorrida em 1835 na cidade de Salvador que, embora fora controlada rapidamente, revelou a capacidade de organização entre escravos e libertos, particularmente os de religião muçulmana. No entanto, essa revolta além de mostrar a capacidade de organização em que vários escravos conseguiram armar-se e enfrentar os opositores causando um grande número de mor-

tes em seus opositores e graves prejuízos à propriedade privada, ela também foi alvo de violenta repressão. A violência foi tamanha que nenhuma rebelião importante ocorreu na região após esta data. Soma-se a isso o fato de que medidas de exceção foram tomadas como a aprovação, em 1835, de uma lei que punia com pena de morte os escravos que atentassem contra a vida de seus senhores, sem a necessária unanimidade do júri que era prevista em outras situações.

Com relação à Revolta dos Malês, o historiador João José Reis (2003) expõe que a Bahia apresentava profundas desigualdades sociais, com limitadas possibilidades de mobilidade social, especialmente para alforriados, inclusive para aqueles que haviam conseguido certo sucesso material, mas que continuavam a sofrer pelas práticas de opressão étnica. Esse cenário pode ser melhor compreendido quando analisamos o contexto social em que a rebelião eclodiu. João Reis afirma que

A Bahia estava marcada por profundas desigualdades sociais, agravadas pela rápida expansão da população pobre e escrava. A recessão econômica das décadas de 1820 e 1830 e o processo turbulento de descolonização e formação do Estado nacional convergiram para romper a relativa apatia política que caracterizara a sociedade colonial baiana. Então houve momentos de violência (Reis, 2003, p. 43).

Cabe destacar que o contexto histórico enfrentado tanto na Bahia como no Brasil em geral, nos permite elencar elementos que contribuíram para a eclosão da rebelião de 1835. Dentre estes, podemos citar o tumultuado clima político e social instaurado depois da Independência em 1822, onde o país enfrentaria os problemas que emergiram com frequência durante a formação dos Estados nacionais da América Latina, como a “divisão entre as classes dirigentes, conflitos entre federalistas e centralistas, liberais e conservadores, republicanos e monarquistas. Em muitas regiões essas divergências foram acompanhadas de revoltas populares...” (Reis, 2003, p. 44). Com relação aos conflitos internos, a Bahia destacou-se como uma das regiões mais agitadas do país.

Esses conflitos engendrados em diferentes regiões do Brasil, que resultaram em rebeliões contra o sistema, tiveram alguma influência direta ou indireta da Revolução Haitiana? Há elementos que comprovem tal influência? O haitianismo foi um elemento preponderante para a atuação do Estado brasileiro na repressão das rebeliões ocorridas ao longo do século XIX?

Buscando responder a essas questões vamos recorrer a Marco Morel, que em sua obra - “A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista” – nos apresenta elementos que buscam rela-

cionar essas duas nações ao longo de mais de dois séculos. Essa sua reflexão, busca tratar historicamente as repercussões da Revolução Haitiana no Brasil escravista tendo como foco os setores não escravizados da sociedade brasileira, entre os quais se destacavam homens letrados que não repudiavam totalmente a Revolução do Haiti e que inclusive expressavam publicamente aquilo que consideravam como aspectos positivos. Além disso, o autor nos apresenta as relações econômicas que foram estabelecidas no decorrer do período. O historiador Marco Morel afirma que:

Não há dúvidas de que a Revolução do Haiti quebrou a economia agrícola da mais rica colônia francesa no Caribe, gerando momentaneamente, portanto, uma valorização do preço de produtos como cana-de-açúcar e café no mercado internacional, favorecendo durante certo período as regiões produtoras concorrentes. Entre as áreas escravistas que mais se beneficiaram estavam o Brasil, Cuba e Sul dos Estados Unidos. Nesse sentido, é possível afirmar que a Revolução Haitiana teve como efeito, no Brasil, o reforço das relações escravistas, conforme já assinalaram historiadores com Hebert S. Klein e B. J. Barickman (Morel, 2017, pp. 21-22).

Apresenta-se aí uma contradição no efeito da Revolução do Haiti no contexto brasileiro, pois ao mesmo tempo em que a Revolução era temida e em função desse temor tentava-se esconder o fato para que não servisse de exemplo a ser seguido pelos escravizados; por outro lado a Revolução trouxe grandes benefícios aos colonos escravistas, que tiveram maiores lucros com a exportação dos produtos produzidos com mão-de-obra escrava. Nesse sentido, Dayqueline C. G. Martins (2019), afirma que:

Independente das questões econômicas enfrentadas pelo o Haiti, o fato é que as transformações encabeçadas pelo povo haitiano trouxeram uma grande mudança na estrutura social em toda a América Latina, principalmente na região caribenha, deixando alarmadas as grandes oligarquias da América e da Europa (Martins, 2019, p.45).

De acordo com Morel, a significação do haitianismo no contexto brasileiro, levando-se em conta o conceito da época e a categoria analítica historiográfica, ainda se mesclam e pode-se afirmar que estão fadados a conviverem, mesmo que nem sempre de forma harmoniosa. Um exemplo dessa complexidade no campo da historiografia nacional, diz respeito a pouca produção acadêmica desde os anos de 1980 até o começo do século XXI, quando temos como principal referência um curto texto de Luiz Mott, intitulado *A Revolução dos negros do Haiti e o Brasil* (1982), que discorre sobre as repercussões da Revolução do Haiti, levando em conta aspectos positivos e negativos do episódio. A *Queda do Escravismo Colonial*, publicada no

Brasil em 2002, de autoria de Robin Blackburn, apresenta no capítulo 6 um texto intitulado O emancipacionismo revolucionário e o nascimento do Haiti. Além de trabalhos acadêmicos que têm sido produzidos mais recentemente sobre a temática e que por vezes apresentam enfoques com diferentes abordagens sobre a repercussão da Revolução Haitiana na Brasil.

Assim, apesar da relevante contribuição dos textos citados acima, o tema e a abordagem ainda podem gerar mal-entendidos e em função disso Morel ratifica a reflexão defendida pelo antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot “ao afirmar que a própria Revolução Haitiana é percebida amiúde como impensável, isto é, um não acontecimento” (Morel, 2017, p. 25). Com relação a essa perspectiva, Pâmela Marconatto Marques, afirma que a leitura feita por Trouillot sobre o “não acontecimento” ou encobrimento e/ou banalização produzidos pela historiografia europeia em relação a um evento emblemático como a Revolução Haitiana, reflete em nós, seus vizinhos latino-americanos, a densidade e profundidade que conhecemos a respeito do evento e as implicações dele decorrentes, como a compreensão da luta contra a opressão, a luta antirracista e anticolonial empreendidas pelos revolucionários.

A disputa de narrativas produzidas sobre o Haiti revolucionário e o Haiti contemporâneo, implica assumir o desafio de lidar com uma historicidade interrompida, interdita, para fazer emergir imagens e sentidos mais potentes, produzir narrativas contra-hegemônicas, que

ao abordar a Revolução haitiana (ou Saint Domingue), evidenciar o país que ali teve seu berço como lugar de enfrentamento e luta contra a escravidão; como espaço onde foi gestada e se disseminou a ideia de liberdade e independência no restante da América colonizada; lugar de denúncia da barbárie imposta pelo colonizador com discurso civilizatório. No limite, interessa-nos evidenciar o Haiti, por meio dela, como espaço simbólico de resistência contra todas as tentativas dos colonos – naquele momento, quase todos os homens brancos – de impor a desumanização de seus colonizados – homens e mulheres negros/as (Marques, 2017, pp. 143-144).

A partir do exposto anteriormente, nosso desafio consiste em relacionar experiências históricas tão díspares como a brasileira, que apresenta uma monarquia escravista, em contraponto com a haitiana, uma república construída por ex-escravos. Como estabelecer relação entre o primeiro país das Américas a abolir a escravidão e o último a fazê-lo? Daí decorre a necessidade de buscarmos na historiografia brasileira os elementos que minimamente relacionem sociedades tão antagônicas e com experiências históricas opostas. Pois como afirma Morel, “a Revolução do Haiti pode ser compreendida como a destruição quase simultânea de domínio colonial e senhorial, conduzida por setores oprimidos do ponto de vista étnico e social [...], gerando Independência e Abolição [...] efetivadas por meio violento...” (Morel, 2017,

p. 25). Enquanto a Independência e a Abolição da escravatura no Brasil tiveram características distintas da Haitiana. Tais diferenças podem levar a uma conclusão apressada de que não há nenhuma relação histórica entre as duas nações. No entanto, o autor para tentar encontrar elementos que aproximem essas duas histórias, nos alertou de que não se utilizou do recorrente e desgastado recurso na busca de influências do Haiti sobre o Brasil, tão pouco a ideia de imitação do Brasil em relação ao Haiti. Mas buscou “identificar e compreender as metamorfoses geradas pela Revolução do Haiti e suas repercussões no Brasil, perpassadas por mediações variadas, com presença nos espaços públicos de expressões políticas, sociais e culturais” (Morel, 2017, p. 26).

Além disso, Marco Morel cita os argumentos do historiador britânico Robin Blackburn que defendia que

o exemplo haitiano não precisaria fornecer, em outras localidades, um exato paralelo que levasse os protagonistas a assumirem conflitos com o objetivo de realizar um terrível banho de sangue. [...] o pressentimento e o conhecimento dos métodos revolucionários e das vitórias obtidas eram fonte de encorajamento que atravessavam fronteiras (Morel, 2017, p. 26).

Assim, podemos conceber a ideia de que não houve um modelo pronto e acabado para ser seguido ou rejeitado de forma incontestável, mas releituras do evento, com espaço para a construção de novos modelos políticos e culturais que possibilitassem a mobilização dos outros povos em busca de suas conquistas. Não se trata, portanto, de repetir no Brasil o que aconteceu no Haiti, mas compreender que a Revolução Haitiana foi aqui percebida e representada com diferentes perspectivas, transformando-se em exemplo e referência com as nuances de cada reelaboração, sendo que essas interpretações serão aprofundadas no decorrer.

A Revolução do Haiti era bem conhecida pela elite intelectual e política do Brasil, com adeptos em diversos sentidos, como o de ocultação, medo, exagero, boato, engodo ou falsidade, visando normalmente reforçar a manutenção do escravismo. Dentre as diversas repercussões, as visões de pânico e de engodo foram as mais perceptíveis e predominantes entre as elites econômicas e políticas. Podemos referendar tal posição a partir da obra de Luiz Mott (1982) ao relatar um episódio ocorrido em 1805 nas ruas do Rio de Janeiro, quando o Ouvidor do crime mandou arrancar do pescoço de crioulos forros, empregadas nas tropas da Milícia do Rio de Janeiro, o retrato de Dessalines. Tal atitude demonstra a preocupação das autoridades brasileiras frente a divulgação dos feitos ocorridos no Haiti e as possíveis repercussões na sociedade escravista brasileira.

Essas concepções formadas a respeito da Revolução talvez possam ser melhor compreendidas quando tomamos como ponto de partida o fato de que a escravidão e o domínio colonial foram abolidos na antiga colônia de São Domingos. No entanto a manutenção dos valores coloniais e as desigualdades pós-revolução: preservação das grandes propriedades rurais e a exploração dos trabalhadores pobres, ex-escravizados, o autoritarismo político e a militarização da política são fatores que podem explicar a posição subalterna da inserção da economia haitiana frente às potências como a França, Inglaterra e EUA. Contudo, não pretendemos discutir os efeitos posteriores a Revolução, pois nosso foco principal é a compreensão do processo revolucionário.

2.2. O medo dos haitianos: a xenofobia no Brasil contemporâneo

Tendo como pressuposto as reflexões anteriormente abordadas e definidos os marcos temporais, buscaremos a seguir estabelecer possíveis conexões entre o Haiti Revolucionário e o Brasil escravocrata. Para isso, elencaremos fatores que possam de alguma forma ter contribuído ou influenciado no desenrolar dos acontecimentos históricos em nosso país no período supracitado.

De acordo com Morel, três personagens que tiveram influência ou uma atuação importante na Revolução Francesa, podem também ser consideradas como fontes para a inter-relação entre o Brasil e o Haiti. São eles: o abade Guillaume-Thomas Raynal (1713-1796), o abade Henri Grégoire (1750-1831) e o abade Dominique-Georges-Frédéric De Pradt (1759-1837). Cabe esclarecer que o título de abade na França do século XVIII era bem diversificado, podendo ser dado aos chefes das abadias (ou mosteiros) das ordens religiosas, aos chefes de determinadas paróquias, abades nomeados pelo rei, entre outros. De modo geral, a figura do abade se destacava da maioria do clero, pela sua atividade intelectual ou pela projeção política. Os três abades, cuja atuação aprofundaremos, “não eram chefes de ordens religiosas ou de mosteiros, mas se incluíam nas diferentes classificações que tal título adquiriu na vida eclesial, política e intelectual” (Morel, 2017, p. 134). Eram homens que dominavam o saber letrado, mas que não estavam isentos das contradições do seu tempo, partilhando diferentes aspirações sociais e concepções intelectuais.

O abade Raynal, foi considerado na época da Revolução Francesa como um dos “pais” desse evento histórico e teve seu nome associado a insurreição de escravos na ilha de São Domingos, pois duas décadas antes que ela ocorresse, fez duras críticas à escravidão e à dominação europeia e indicou o surgimento de um Spartacus negro que seria responsável por libertar o Novo Mundo. Foi um defensor da noção de Soberania dos Povos dos Novos Mun-

dos, condenava veementemente a escravidão, considerava como um regime de trabalho bárbaro. Condenava o cativo dos africanos e também dos chamados índios. Suas reflexões faziam parte de um contexto marcado pela relação entre a expansão europeia e a discussão sobre a origem e desigualdades entre os homens, que foram debatidas por iluministas como Jean-Jacques Rousseau, Voltaire, Diderot, Condorcet, entre outros.

Com relação a associação do abade Raynal à Revolução Haitiana, C. R. L. James cita que o líder revolucionário Toussaint leu textos de Raynal e cita também que no discurso de Laveaux (governador de São Domingos) quando nomeou Toussaint assistente de governador, referiu-se a ele como “salvador da autoridade constituída, o Espártaco de ébano, o negro que Raynal havia previsto que vingaria os ultrajes feitos à sua raça”(James, 2000, p. 164). O referido texto de Raynal que poderia inspirar revoluções escravas, assim diz:

Se somente o interesse tem direitos sobre sua alma, nações da Europa, escutem-me ainda. Seus escravos não precisam nem de sua generosidade, nem de seus conselhos, para romper o jugo sacrílego que os oprime. A natureza fala mais alto que a filosofia e o interesse. Já se estabeleceram duas colônias de negros fugitivos, que os tratados e a força colocaram ao abrigo de vossos atentados. Estes relâmpagos anunciam a tempestade e só falta aos negros um chefe corajoso o bastante para conduzi-los à vingança e à carnificina (Tradução livre de RAYNAL, p. 221, apud THIBAU, J. 1989, p. 38, apud Morel, 2017, p. 139).

Ainda de acordo com Morel, o Brasil, também foi tema das reflexões de Raynal no livro IX, quando o autor pede o fim do monopólio comercial português e tecendo duras críticas a “má colonização” dos portugueses, chegando a classificá-los como uma “raça degenerada”. Esse posicionamento antilusitano será recorrente após a independência brasileira

O abade Grégoire foi um dos mais destacados legisladores e atuante revolucionário na França entre 1789 e 1799, tendo apoiado a independência do Haiti e acompanhado as experiências de governo dos ex-escravos. Também foi um dos integrantes do grupo de intelectuais que formou a sociedade: “Os Amigos dos Negros” – sociedade que visava a abolição da escravidão, e que publicava artigos em jornais e agitava a sociedade do seu tempo. A sociedade era conduzida por Brissot, e contava com membros ilustres como Mirabeau, Pétion, Condorcet, Grégoire, entre outros grandes nomes dos primeiros anos da Revolução. Além disso, há registros de correspondência de Toussaint Louverture ao padre Gregório, no período em que Toussaint fundou escolas para que houvesse um avanço cultural e estimulou a prática da religião católica por acreditar no efeito benévolo de tal prática sobre o comportamento das pesso-

as. Em seus escritos, Toussaint se referia ao padre como “aquele velho amigo dos negros” (James, 2000, p. 226).

Grégoire, também ficou conhecido como um “defensor dos direitos dos judeus, dos negros, dos mulatos e dos habitantes das colônias. E até o fim de sua vida [...] foi fiel a tais convicções, que incluíam, também, a necessidade de civilizar e *esclarecer* a todos os povos, nos moldes europeus e cristãos” (Morel, 2017, p. 140). A defesa desses grupos não passou despercebida pelos contemporâneos, por exemplo, o apoio do abade ao processo revolucionário haitiano resultou em isolamento e perseguição na França, sobretudo no período da Restauração.

O Brasil também foi tema das reflexões do abade Grégoire em um texto escrito quatro anos após a Proclamação da Independência do Haiti. Nele afirmava que a Abolição da escravidão em São Domingos fora o elemento irreversível que traria o fim do sistema colonial e da escravidão nas demais regiões do continente Americano. Assinalando que no Brasil, nas Bahamas e na Jamaica já havia experiências bem-sucedidas de trabalhos por empreitada. Contudo, restava saber se o fim da escravidão se daria pelo exemplo haitiano ou se esses povos o fariam de forma gradual e progressiva.

A respeito de suas convicções de que a escravidão estaria a caminho de seu fim, Grégoire afirma:

Esse continente americano, asilo da liberdade, se encaminha para uma ordem de coisas que será comum com as Antilhas, e da qual todas as potências não poderão parar o curso. Os negros reintegrados em seus direitos, pela marcha irresistível dos acontecimentos, serão dispensados de todo reconhecimento diante desses colonos, aos quais teria sido igualmente fácil e útil de se fazerem amados (Grégoire, 1808, pp. 282-283, apud Morel, 2017, p. 143).

A partir do exposto pelo abade é possível afirmar que o exemplo haitiano havia se tornado um divisor de águas, um fator determinante que levaria o continente americano ao fim da dominação colonial e ao fim da escravidão.

O terceiro abade, De Pradt, é de uma geração posterior à de Raynal, considerado um discípulo e também um crítico das proposições desse abade como também foi crítico do abade Grégoire. Os aspectos que divergem entre os autores referem-se à escravidão e, particularmente, a Revolução Haitiana. Essa divergência também pode ser constatada nos aspectos teórico-filosóficos, pois enquanto o pensamento de Raynal era mais próximo dos filósofos iluministas do século XVIII, De Pradt estava mais em sintonia com as ideias liberais do início do século XIX, formulando suas ideias após a Revolução Francesa. Essas diferenças de concep-

ções levaram Pradt a reprovar o abade Raynal por ser um defensor da violência revolucionária haitiana, por este condenar a escravidão e valorizar a resistência dos africanos. Também se pode dizer que ao realizar uma interpretação liberal da Revolução Francesa, formulou politicamente a rejeição ao haitianismo, na perspectiva de um paradigma negativo. Em relação a crítica a Raynal, De Pradt afirma:

A natureza é mais antiga que os amigos dos negros e não necessita de seus socorros para se fazer sentir e para agir. Pensam que Toussaint-Louverture e Christophe tiveram necessidade de estudar na escola de Raynal? Por mim, eu apostaria bem que seu nome e suas obras jamais chegaram até eles (De Pradt, 1817, p. 264, apud Morel, 2017, p. 153).

De acordo com o autor, a visão do abade Pradt sobre a Revolução do Haiti era contraditória, pois de um lado apresentava os escravizados como meros instrumentos de produção, por outro lado – em alguns contextos – valorizou o protagonismo de negros e mulatos na construção de uma nova sociedade. Inclusive em seu livro sobre as três idades das colônias publicado em 1801-1802, referiu-se a Toussaint Louverture como “Washington das colônias”, e na medida em que a Revolução Haitiana avançava e a independência se consolidava De Pradt, passou a defender a legitimidade e a eficiência do governo exercido por negros e mulatos. Além de considerar “fanatismo” a ideia de que, sem os brancos, os negros não tivessem a capacidade de pensar, de agir, de trabalhar e de cultivar seus campos. Chegou a afirmar, na época, que os últimos 20 anos equivaleram a 20 séculos em termos de melhoramentos morais e políticos para os negros haitianos.

Com relação ao Brasil, De Pradt “foi uma das principais referências intelectuais de legitimação da Independência do Brasil para os protagonistas que participaram do processo entre 1821 e 1822 e mesmo posteriormente” (Morel, 2017, p. 150). Essa afirmação pode ser referendada a partir dos catálogos da Livraria Plancher do Rio de Janeiro em 1827, onde constava a lista dos títulos dos materiais impressos disponíveis e nesta encontrava-se dois títulos escritos pelo abade De Pradt: *La France, l’émigration el lês colons e L’Europe et l’Amérique em 1822 et 1823*, ambos de 1824. Também na biblioteca do deputado baiano Antonio Pereira Rebouças (1798-1880) havia três títulos de Pradt, o já mencionado *La France, l’émigration el lês colons*; *Pièces relatives a Saint-Domingue et, a l’Amerique, mises em ordre par M. De Prad* (uma coletânea de documentos sobre a Revolução Haitiana, onde o autor fazia algumas considerações elogiosas e previa em 1818 que o Haiti poderia se tornar uma nação próspera); *De la Révolution actualle de l’Espagne et de sés suites*, 1820.

Na obra *Les Trois Ages des Colonies ou de leur État Passé, Présent et à Venir*, o abade De Pradt propõe a teoria das “três idades das colônias”, onde pregava a emancipação dos territórios em comum acordo com os reinados europeus. Teoria defendida a partir de uma metáfora biológica, onde o autor afirmava que as colônias, num processo de desenvolvimento semelhante aos seres humanos, que teriam seu nascimento atrelado às mães-pátrias, e em seguida se desenvolveriam chegando ao amadurecimento para então se separar dos pais, tendo assim sua autonomia. De acordo com Morel, esse modelo independentista, em certa medida, foi aplicado no Brasil de 1822.

No livro sobre a Europa e a América em 1822 e 1823, De Pradt abordava a Independência do Brasil – que era a última novidade naquele momento – observando a singularidade do que chamou de “revolução” no Brasil. Defendendo que o processo de Independência havia sido provocado pela chegada da Corte portuguesa em 1808 e “completado” pelo retorno do rei a Portugal em 1821, De Pradt, compreendia a independência do Brasil como consequência “necessária” do jogo geopolítico que ocorria na região com o “movimento” de independências da América espanhola que em sua visão havia influenciado o Brasil.

Outro aspecto relevante do pensamento liberal de De Pradt, que estava em consonância com a percepção otimista de pensadores liberais europeus quanto à sociedade haitiana, era a expectativa de que o Haiti independente poderia ser uma experiência piloto para comprovar os benefícios do capitalismo sobre o escravismo. Esse ideário foi construído pelos pensadores liberais franceses em relação aos primeiros governos “mulatos” do Haiti, mas também com menor ênfase, em relação aos negros.

No entanto, a partir de 1825, quando a França impôs duras condições para reconhecer a Independência da jovem Nação Haitiana, as expectativas que haviam sido criadas foram sendo desconstruídas e o sonho de uma nação próspera e capitalista, oriunda da escravidão foi inviabilizado. “Ainda assim, ao longo do século XIX, a experiência haitiana continuaria sendo uma referência cultural e histórica positiva sobre a capacidade dos negros em governar” (Morel, 2017, p. 157).

Ainda de acordo com este autor, a associação entre o Brasil e São Domingos foi discutida por De Pradt no texto *Des colonies et de la revolution actuelle de l'Amérique*, onde o pensador alertava os proprietários de escravos de que eles estavam enchendo os campos de tigres e que poderiam ser devorados por estes. No referido texto, também cita a Virgínia, a Carolina e o Brasil como possíveis territórios que poderiam ter insurreições idênticas a de São Domingos. Assim expõe o autor:

Vocês laboram seus campos de tigres e, mais dia menos dia, vocês não serão devorados? Vocês transportam a Guiné às colônias, e mais dia elas não buscarão se tornar senhoras, por sua vez? [...] A Virgínia, a Carolina, o Brasil, São Domingos, estão no mesmo caso; o último já cumpriu seu destino, os outros têm experimentado, nos últimos anos, tentativas repetidas de insurreição, todas marcadas pelo mesmo selo, um batismo se sangue para os senhores, uma libertação geral para os escravos (De Pradt, 1818, p. 268, apud Morel, 2017, p. 158).

Referente ao Brasil, as análises realizadas no texto podem ser fruto de uma série de insurreições ocorridas na Bahia no início do século, pois de acordo com João José Reis, “ao longo da primeira metade do século XIX, os escravos da Bahia estabeleceram uma reputação de rebeldia em todo o Brasil” (Reis, 2003, p. 68). Além disso, as especificidades do Brasil em termos de extensão territorial que dificultaria o controle e do grande número de escravizados reforçavam a ideia de que no Brasil haveria as condições propícias para o surgimento de um “novo Haiti”.

Ainda segundo J. J. Reis (2003), as rebeliões na capital baiana, nas vilas do Recôncavo, nos engenhos, fazendas e armações de pesca deixaram os senhores em um constante estado de insegurança e medo. Essas rebeliões espontâneas ou planejadas, em várias ocasiões tiveram seus planos frustrados e não passaram da fase conspiratória. Algumas vezes contaram com a adesão de algumas dezenas de participantes e frequentemente as rebeliões não ultrapassavam o limite de um engenho, e em geral culminavam com a execução de feitores particularmente cruéis. Em outras ocasiões, escravos de diferentes engenhos se reuniam e nesses casos a violência contra o sistema era intensificada, pois matavam moradores livres, escravos que se recusavam a apoiá-los, queimavam plantações e moradias, tentavam eliminar brancos e pardos. Invariavelmente em todos os casos os rebeldes foram derrotados e em alguns casos de maneira brutal. No entanto, essa constante insubordinação e permanente ameaça, criou uma tradição de audácia nos escravizados que impregnaria as relações escravistas na Bahia no início desse século.

De Pradt, ciente ou não dos episódios mencionados anteriormente, elabora reflexões no sentido de combater possíveis repercussões positivas da Revolução do Haiti, assinalando maneiras de evitar a propagação, como estratégias de defesa contra sublevações ou ainda, contestações da ordem escravista vindas de outros setores da sociedade. Desse modo,

De Pradt ajuda a fundar e a consolidar um discurso e uma atitude frente à Revolução do Haiti que se desenha cerca de duas décadas depois do início deste movimento, não mais como reação escravista unívoca e irrestrita, ou pregação revolucionária e abolicionista. Tais discursos e atitudes (que previ-

am uma emancipação gradual e evolutiva da escravidão) se assentariam, basicamente, sobre dois eixos: a rejeição da repetição dos “horrores” de São Domingos e a ocultação da densidade e das múltiplas possibilidades de seu exemplo histórico (Morel, 2017, p. 160).

Esse discurso que vai tomando corpo e se consolidando poderia ser sintetizado como o maldito e o não dito, ou seja, De Pradt apresenta formas de silenciamento, ocultação, como também de execração para impedir qualquer contestação à ordem escravista vigente. Assim, os beneficiados do sistema não sofreriam um impacto por transformações abruptas advindas por iniciativa dos escravos ou pautadas em discursos abolicionistas. A prática do não falar ou de amaldiçoar o fim da escravidão e a Revolução do Haiti, foi adotada pela sociedade brasileira oitocentista. Por outro lado, houve resistência ao modelo escravista, e essas práticas são exemplificadas por Marco Morel e nos dão a dimensão da construção do imaginário que permeou nossa sociedade a partir do século XIX.

A seguir enunciaremos alguns episódios relatados e escritos em jornais e periódicos do período e que têm por objetivo relacionar a influência da Revolução Haitiana no Brasil - assim como expor o trabalho de silenciamento visando ocultar a história do Haiti na tentativa de manter o status quo. Nesse sentido, cabe aqui ressaltar que a Revolução Haitiana e a Francesa – fazem parte da chamada Era das Revoluções – e ambas tiveram repercussões mutuas e também em outras localidades, como por exemplo, no Brasil. Assim, autores que se debruçaram teoricamente sobre esses importantes acontecimentos históricos foram referência em diversos países, já que as ideias dos abades anteriormente mencionados (Raynal, Grégoire e De Pradt) sobre escravidão, embora singulares e diferentes entre si, pertenciam a um movimento comum marcado pela Ilustração e suas heranças históricas.

Segundo Morel (2017), os três referidos abades franceses tiveram uma aproximação direta ou indireta do pensamento com o clero no Brasil. Personagens como o monsenhor Miranda, o frei Monte Alverne e o arcebispo d. Romualdo Seixas são exemplos desta aproximação, especialmente em relação ao abade Grégoire. Essa influência, embora nem sempre em um sentido estrito, estava relacionada ao fato de uma interseção de pensamento no campo político e intelectual entre os dois lados do Atlântico.

Nessa perspectiva, é certo que o abade Grégoire manteve correspondência e amizade com um destacado membro do clero luso-brasileiro. Trata-se do monsenhor Pedro Machado Miranda Malheiro (1780-1838), mais conhecido como monsenhor Miranda, que ocupou diferentes cargos e ganhou fama por ter sido Inspetor da Colônia de Suíços de Nova Friburgo (RJ) nos governos de d. João VI e d. Pedro I. Exerceu o cargo de Desembargador do Paço e da

Mesa de Consciência e Ordem (1810), Chanceler Mor do Reino do Brasil (1817), e após a Independência do Brasil, adotou a nacionalidade brasileira e ocupou o cargo de Chanceler Mor do Império e ministro do Supremo Tribunal de Justiça em 1828. Além dos cargos oficiais, foi combatente militar contra as tropas francesas na invasão da Península Ibérica em 1808, comandou o Batalhão de Voluntários de Nossa Senhora de Oliveira. Ainda de acordo com Morel, a atuação ativa nesse conflito, tornou-o desde então ligado a d. João VI. Tal ligação era tão profunda que chegou a acompanhar o retorno do monarca a Portugal em 1821, mas foi proibido de desembarcar por ordem das Cortes de Lisboa, estabelecendo-se a partir de então, definitivamente, no Brasil. Malheiro era um dos principais defensores da vinda de colonos europeus, tanto por meio de textos como através de ações administrativas. Essa defesa da imigração europeia tinha como pressuposto a busca por uma alternativa ao trabalho do escravo africano - o que indica também uma aproximação as propostas defendidas pelo abade De Pradt e de outros autores do período.

Com relação ao abade Grégoire, Monsenhor Miranda tinha em comum “a imersão naqueles tempos da era das revoluções, além da defesa do progresso e da civilização europeia, através, entre outros pontos, da propagação da ciência e da valorização da cultura francesa” (Morel, 2017, p. 166). Ambos pertenciam ao movimento internacional da República das Letras, adeptos aos postulados do Iluminismo – a crença no progresso da humanidade e a defesa da universalidade do gênero humano, ultrapassando as divisões raciais e sociais. Além de compartilharem essas posições teóricas, tinham em comum a fé religiosa, o que possivelmente justifica a existência de correspondências por pelo menos duas décadas.

A primeira carta enviada pelo abade Grégoire ao Monsenhor Miranda é datada em 1815 e teve como portador Joaquim Le Breton (1760- 1819), chefe da intitulada Missão Artística Francesa que chegou ao Brasil em 1816 e que trouxe expressivos nomes da vida artística como Jean-Batiste Debret, Nicolas Taunay, Grandjean de Montigny. Já a segunda é datada em julho de 1820 e só foi enviada em julho do ano seguinte, possivelmente aguardando um portador confiável. Nestas correspondências consta que o abade Grégoire remetia seus livros ao Brasil e que recebia na França, livros em Português. Além de reafirmar, nas cartas, seu ponto de vista em relação à Revolução do Haiti, indagava sobre a existência de homens de letras negros ou mulatos no Brasil. Também se evidencia nas cartas os laços de amizade entre ambos, como podemos constatar a seguir:

Depois do nosso último encontro, Monsenhor, alguns séculos se passaram, pois as revoluções nos dois mundos, os eventos acumulados, as tempestades

que atravessamos bastam para preencher períodos de séculos; pessoalmente passei por provações que, quando não se sabe (como tantos outros e, digo com dor, como tantos eclesiásticos) transigir com os abusos e dar à sua consciência e aos princípios uma leveza mundana, nos vemos às voltas com todos os furores da calúnia e à raiva das perseguições. Após cerca de quarenta anos, sempre numa luta constante, defendi os oprimidos de toda cor, de toda (ilegível), judeus, negros, mestiços, combati o Despotismo, o feudalismo e a Inquisição (Grégoire, 1820, apud Morel, 2017, p. 168).

Não há registros documentais de que Monsenhor Miranda tenha respondido as cartas, mas provavelmente isso ocorreu, pois em 1822 o abade Grégoire publicou um texto em que mencionava a colônia de Nova Friburgo, coordenada por Monsenhor Miranda, como um exemplo de esforço civilizatório. Assim evidencia-se a relação entre Grégoire e Monsenhor Miranda, mesmo que nem sempre houvesse uma confluência plena nas ideias defendidas, já que os colonos suíços de Nova Friburgo utilizaram trabalho escravo.

De acordo com Morel, outro personagem do clérigo brasileiro que manteve contato com os abades franceses foi D. Romualdo Antonio de Seixas (1787-1860), que em sua vida religiosa chegou ao posto de arcebispo da Bahia. Seixas teve intensa uma atuação política e social: foi deputado, marquês de Santa Cruz e nomeado para o Conselho do Imperador. Seu posicionamento político era favorável a abolição do tráfico de escravos. Ele também refutava a utilização da religião católica como fonte para a legitimação para o trabalho escravo, invocando os primitivos direitos humanos a partir das concepções do jusnaturalismo³⁵ e que também eram pronunciados Pós-Revolução Francesa, mas carregados com as conotações vinculadas à cidadania e igualdade de direitos com a fundamentação dos mesmos a partir das origens do cristianismo e não pautados na perspectiva iluminista como a adotada pelos abades franceses.

Em seus pronunciamentos no parlamento, Romualdo Seixas denunciou o tratamento desumano que os traficantes de escravos davam aos cativos e também criticou o fato dos escravos serem transformados em mercadorias. Contudo, cabe aqui ressaltar que a crítica era dirigida ao tráfico negreiro e não abordava a defesa da abolição da escravidão - embora o regime de trabalho estivesse implícito - não mencionava um prazo para o fim da escravidão. Podemos constatar tais ideias nas palavras a seguir:

Sempre estive persuadido que a palavra escravidão desperta as ideias de todos os vícios, e crimes; assim como o doce nome da liberdade desperta as

³⁵ Direito que, pautado na condição humana e na essência das coisas, não depende de leis, convenções ou legislações, sendo considerado anterior à teoria jurídica; direito natural.

sensações e as ideias de todas as virtudes. [...] sempre lastimei finalmente a sorte dos tenros meninos Brasileiros que, nascendo e vivendo entre escravos, recebem desde os seus primeiros annos as funestas impressões dos contagiosos exemplos desses seres degenerados (Seixas, R., 1827, pp. 75-85, apud Morel, 2017, pp. 173-174).

A proximidade de discurso de D. Romualdo com o abade Grégoire se dava no contexto de que ambos enxergavam os escravos como seres degenerados, por mais que atribuíssem a degeneração às violências do escravismo, consideravam os escravizados como agentes corruptores da moral e da sociedade. Só sendo possível a liberdade do escravizado após uma prévia regeneração. Essas ideias eram frequentemente abordadas pelo abade Grégoire e assim é possível estabelecer um vínculo nas ideias defendidas por ambos os religiosos.

Outro argumento que contribui para referendar a relação entre os religiosos, diz respeito a um pronunciamento feito por D. Romualdo em 1827, quando cita o posicionamento de seu confrade francês ao discutir a relação entre o poder da Igreja e a soberania de cada nação, "sendo acusado pelo deputado Cândido de Deus e Silva de renunciar ao "uso da Razão" por defender as prerrogativas do Papa" (Morel, 2017, p. 174). Para defender suas posições, d. Romualdo assim argumenta:

Mas se ainda me resta alguma luz, ou vislumbre a raciocínio, responderei que nessa judiciosa renuncia do exercício da razão se achão felizmente alguns Escritores mui iluminados, e entre outros hum, que não he suspeito, o Abade Grégoire, nos seus Ensaio sobre as liberdades da Igreja Gallicana, que deve ser conhecido pelos illustres Membros desta Camara; pois he a um deles que devo a sua leitura (Seixas, D. Romualdo A., 1827, pp. 110-111, apud Morel, 2017, p. 174).

O fato de evocar os postulados de Grégoire em seus discursos frente aos seus opositores, utilizando de ironia e manejando sua erudição para defender a abolição do tráfico atlântico de escravos, não o impediu de em outros pronunciamentos se posicionar contra toda a forma de desordem, rebelião e insurreição, "servindo como exemplo seus sermões contra a Cabanagem paraense ou a Sabinada baiana. Sob esse ponto de vista, D. Romualdo era avesso a qualquer simpatia pelo exemplo haitiano" (Morel, 2017, p. 17). Seu posicionamento sobre escravidão e tráfico, de acordo com Morel, se aproximava do pensamento dos setores intelectuais e católicos do período, que com o impacto da Revolução do Haiti, tiveram de reformular suas concepções, evidenciando uma crise de legitimidade das justificativas do trabalho escravo. E para isso, as palavras do abade Grégoire de defesa da revolução haitiana, mesmo que sujeitas a releituras, recortes, metamorfoses e mediações, atravessaram o oceano.

O terceiro clérigo brasileiro a demonstrar sua posição diante do tema da escravidão foi frei Francisco do Monte Alverne (1783-1858), que assim o fez em um sermão dirigido aos membros da irmandade de Santo Elesbão e Santa Ifigênia. Segundo Morel, seu posicionamento não tinha a mesma contundência abolicionista ou republicana, mas apresentava sincronia com as proposições do abade Henri Grégoire, mesmo que esse não fosse nominalmente citado. No referido sermão, o frade Monte Alverne proferiu as seguintes palavras:

Que estímulo para estes homens, que a religião chama seus filhos, e que uma parte de seus irmãos retém como escravos, poder sacudir seus pulsos apertados de algemas, e invocar estes protetores, que parecem tocar mais de perto sua condição por a conformidade de sua cor, e que advogam sua causa junto do Todo-poderoso (Alverne, 1854, pp. 158-159, apud Morel, 2017, p. 177).

O sermão dirigido a mulheres e homens negros, livres ou libertos do Rio de Janeiro, “fala em estímulo para que se quebrem as algemas, tratando-os, pois, como protagonistas, inclusive para que advoguem sua causa, ainda que no âmbito da justiça divina” (Morel, 2017, p. 177). Ao se dirigir aos proprietários de escravos, Monte Alverne exalta a valorização do progresso e da civilização, em contraponto à barbárie e a escravidão. Por fim, evidencia seu posicionamento em relação à escravidão enquanto condição servil de trabalho e sujeição racial, apontando, inclusive, que a marcha inevitável do progresso e o espírito do cristianismo eram incompatíveis com o trabalho escravo.

Uma sintonia entre o pensamento de Monte Alverne e os postulados do abade Grégoire pode ser estabelecida, segundo Morel (2017), no tocante a inferioridade de condição dos negros devido à opressão em que viviam, e não devido à condição racial. Outro aspecto de convergência entre o franciscano brasileiro e o abade Grégoire diz respeito ao papel do cristianismo como elemento para atenuar as desigualdades decorrentes da escravidão.

A partir dos exemplos de vínculos enumerados anteriormente, é possível afirmar que de fato o Brasil foi atingido pelos ventos revolucionários haitianos, pois os contatos estabelecidos nesse período demonstram tal conexão. Contudo, nem sempre a relação entre os intelectuais franceses foi de cortesia e amizade ao clero brasileiro. Houve também críticas a atuação de membros por defenderem a escravidão. Um dos alvos da crítica feita pelo abade Grégoire foi o bispo José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho (1742-1821), que chegou a ser chamado de “inimigo da humanidade” por seu apoio ao tráfico e a escravidão. D. Azeredo Coutinho – fundador do Seminário de Olinda em 1800 – recebeu contundentes críticas de Grégoire, que estão expressas a seguir:

De nossos dias somente, através de aplicações forçadas, um português, desnaturando as Sagradas Escrituras, tentou justificar a escravidão colonial, tão diferente daquilo que, entre os hebreus, era quase um trabalho doméstico; mas a publicação de Azeredo passou da loja do livreiro para o rio do esquecimento (Grégoire, 1808, apud Morel, 2017, p. 182).

Os posicionamentos adotados por alguns membros do clero luso-brasileiro em relação à escravidão e ao tráfico de escravos refletiram as contradições que marcaram o período, posições que não eram homogêneas nem mesmo entre os integrantes do clero brasileiro e, conseqüentemente, não eram unânimes em relação ao pensamento do clero europeu, mais especificamente do clero francês.

Além dos vínculos estabelecidos entre os religiosos brasileiros e franceses, outras evidências podem ser enumeradas em relação a influência da Revolução Haitiana no Brasil, como veremos a seguir.

2.3. Emiliano Mundurucu e a Revolução Haitiana

O nome de Emiliano Felipe Benício Mundurucu³⁶ – major do Batalhão dos Bravos da Pátria (Batalhão dos Pardos) em Recife - desponta na história brasileira a partir da experiência republicana da Confederação do Equador e tem seu nome ligado a influência revolucionária haitiana a partir de um trecho cantado por membros do batalhão que comandava.

Segundo Marco Morel, a canção foi entoada no dia 22 de junho de 1824, quando a capital pernambucana estava sitiada pelas forças navais do capitão inglês John Taylor (mercenário contratado por D. Pedro I), em represália à formação de um governo autônomo de tendência federalista e que não aceitava se submeter ao governo central. As tropas contratadas pelo império atacaram o prédio de registro do porto e mataram os funcionários. Em resposta a esse ataque, Mundurucu planeja contra-atacar em terra às forças navais do Império brasileiro. Para isso, organiza uma reunião convocando outros agrupamentos de milicianos, como o Batalhão dos Homens Pretos, liderado pelo major Agostinho Bezerra Cavalcanti, além de outros dois grupamentos, um de pretos e outro de pardos, além de civis.

Essa reunião organizada no cerne da Confederação do Equador, não conseguiu a adesão do major Agostino Bezerra ao que havia sido proposto por Mundurucu, ou seja, atacar o comércio europeu nos bairros centrais de Recife e matar a população branca abastada. Com a

³⁶Para saber mais: Mundurucu: um revolucionário negro redescoberto <https://www.correio24horas.com.br/entretenimento/mundurucu-um-revolucionario-negro-redescoberto-0624?utm_medium=share-site&utm_source=whatsapp> Acesso: 15 jul 2024

negativa de parte do grupo em participar da efetivação do plano, Mundurucu mandou uma proclamação impressa à população em geral que tivesse interesse em participar e os versos citados a seguir eram entoados com o objetivo de conclamar os civis a aderirem ao movimento.

Qual eu imito a Cristóvão
Esse Imortal Haitiano,
Eia! Imitai ao seu Povo,
Ó meu Povo soberano!³⁷

Inspirados no cântico em homenagem ao líder revolucionário haitiano Henri Christophe, que falecera quatro anos antes do pronunciamento em Pernambuco, os rebeldes saíram armados a pé e a cavalo para colocar o plano em prática. Mas antes do início do ataque, o Batalhão dos Homens Pretos se coloca em posição para impedir o avanço das tropas lideradas por Mundurucu. Os dois líderes entram em acordo, após longas e acaloradas discussões, e os participantes se dispersam não realizando o planejado.

A aproximação das ideias de Mundurucu ao planejar o ataque em Recife se assemelha ao episódio ocorrido vinte e dois anos antes em Cabo Haitiano, quando Christophe liderou um ataque as forças britânicas e aos brancos em geral. Contudo, cabe ressaltar que Emiliano Mundurucu defendia uma forma de governo republicana, diferentemente de Christophe, que governou a parte Norte do Haiti, exercendo o poder por cinco anos como presidente da República e nove anos como monarca, distribuindo títulos de nobreza e construindo palácios. No entanto, a convergência de ideias está no fato de que ambas estavam ancoradas “numa perspectiva social e política de combate ao domínio das grandes potências europeias, de hostilidade aos brancos e o combate à escravidão” (Morel, 2017, p. 204). A reivindicação que estava no cerne do movimento liderado por Mundurucu era de uma República com liberdade para os negros.

Para atingir tal objetivo, a palavra “revolução” tomou as ruas de boca em boca e inspirou alterações de atitudes e expressões das camadas oprimidas na região de Recife e Olinda no período de 1817 a 1824. Segundo Morel, era comum, escravos serem atrevidos com os seus senhores, mendigos dizerem desaforos às senhoras caridosas, além de mulatos e negros - tanto livres, quanto escravizados, verbalizarem a possibilidade de ocuparem mais espaço na sociedade. Nesse contexto, em que palavras, gritos, gestos, exigiam liberdade e direito de par-

³⁷ COSTA, F. A. Pereira da. Anais Pernambucanos, Vol. IX (1824-1833), p. 41-43; 59-61, apud Morel, 2017, p. 201).

participação dos excluídos nas decisões políticas, a Confederação do Equador conseguiu pela primeira vez abolir o tráfico atlântico de escravos, o que vinha de encontro ao posicionamento do capitalismo britânico adotado naquele momento. E neste ambiente agitado, em torno do Batalhão de Pardos comandados pelo major Emiliano Mundurucu, emergiu o haitianismo literal.

Para compreendermos a trajetória revolucionária de Mundurucu, vamos buscar em suas origens elementos que forjaram tal personalidade histórica brasileira. Ainda de acordo com Morel (2017), Mundurucu nasceu livre e filho de pai envolvido em atividades militares. Sua identidade étnica o caracterizava como pardo e seu sobrenome Mundurucu deriva de um grupo indígena da região amazônica e que nos fins do século XVIII e início do século XIX, investiu com vigor contra outros grupos indígenas numa cruzada expansionista e também combateu os colonizadores, conquistando a fama de “índios bravos”. Contudo, não há registros de que tenha descendência direta desse povo, a maior probabilidade é de que tenha adotado o sobrenome como um reforço a uma identidade histórica. “... a incorporação de sobrenomes indígenas (como também de plantas ou animais nativos) ocorreu de forma expressiva no contexto da Independência do Brasil, numa tendência de afirmação de novas identidades culturais e políticas” (Morel, 2017, p. 208). Assim como Dessalines e seus oficiais decidiram batizar a terra de São Domingos, que haviam acabado de conquistar, com o nome Haiti. Um nome utilizado pelos Tainos, população nativa que ocupava o território da ilha quando os europeus desembarcaram no final do século XV. Laurent Dubois afirma que Dessalines, antes de escolher o nome Haiti, já havia utilizado o simbolismo indígena em outros contextos como, por exemplo, “depois de rebelar-se no final de 1802, Dessalines adotou brevemente o termo “Exército dos Incas” para designar suas tropas, que, às vezes, também se chamava “Filhos do Sol”, embora esses termos acabassem cedendo ao termo menos poético “Exército Nativo” (Dubois, 2022, p. 361). Os revolucionários haitianos escolheram a solução indígena para legitimar seu pertencimento autóctone.

De acordo com Morel (2017), tanto os revolucionários brasileiros negros e pardos, assim como os revolucionários haitianos, adotaram um indigenismo patriótico de caráter revolucionário para se libertarem da escravidão. Essa identificação possibilitava se livrarem do estigma da identificação de negros/escravos e se contraporem à identidade branca/europeia. Contudo, no Brasil, nem só revolucionários recorreram ao indigenismo para reforçar seu pertencimento, até mesmo pessoas ligadas ao domínio colonial se utilizaram dessa prática como por exemplo, o Príncipe Regente D. Pedro, que ao entrar na maçonaria as vésperas de se tor-

nar imperador do Brasil, assumira o codinome Guatemozim, - último imperador do México derrotado pelos conquistadores espanhóis.

Ainda de acordo com o autor, a trajetória revolucionária de Mundurucu foi marcada por participação em diversos conflitos. Em um texto autobiográfico, ele afirmou ter participado da República de 1817 em Recife (episódio que eclodiu a partir de conflitos nos quartéis e teve adesão de setores do clero e das tropas), quando ocupava o cargo de alferes e ajudante de ordens. Esse movimento possibilitou a formação de um governo provisório e expulsando as autoridades lusas. Também participou entre os grupos que combateram o governo do Capitão-General Luís do Rego em 1820, quando formaram um governo paralelo na cidade de Goiana, contando com significativa participação de pessoas pobres, negras e pardas. Teve participação marcante na Confederação do Equador em 1824, sendo citado três vezes por frei Caneca nos episódios finais quando o movimento rebelde tentava se manter nos sertões e consolidar a república no Ceará, pois havia sido derrotada na capital pernambucana. Frei Caneca também foi quem noticiou a fuga de Mundurucu e de outros companheiros:

Aí pernoitaram e sobre a madrugada querendo-nos aprontar para seguirmos a viagem, demos por falta de alguns companheiros nossos, o presidente temporário Felix, Antônio, o capitão França, o Emiliano, o Veras, o Monte, o Vieira e Frei João de Santa Miquelina (Caneca, 1824, p.134, apud Morel, 2017, p. 213).

Após a fuga, Emiliano Mundurucu viajou pelas Américas e foi até o Haiti. Em 1826 publicou o Manifesto de Mundurucu, onde buscava aglutinar os países recém-independentes numa perspectiva pan-americana, sob coordenação de Simon Bolívar. Contudo, o objetivo não foi alcançado e aqui no Brasil Mundurucu foi julgado a revelia pela Comissão Militar após a derrota da Confederação do Equador, sendo banido do território brasileiro e em caso de retorno, seria preso e levado à forca. Também poderia ser morto por qualquer pessoa sem que essa pessoa sofresse qualquer punição pelo ato. Mas após a saída de d. Pedro I do poder, o governo regencial em 1831 decide anistiar os presos e condenados por crimes políticos, beneficiando Mundurucu, que teve o direito de ser reincorporado no cargo de major e receber do governo pernambucano vencimentos retroativos, excluídos o tempo em que esteve fora do país. Assim a trajetória de Mundurucu, com lutas, suas contradições e limitações diante do escravismo da sociedade vigente, “encarnou ao lado de outros companheiros de armas, em determinado local e momento, uma das mais nítidas e contundentes repercussões positivas da Revolução do Haiti no Brasil escravista” (Morel, 2017, p. 224).

O estabelecimento da relação histórica entre o Brasil e o Haiti desenvolvida no decorrer do segundo capítulo nos leva agora a refletir como essa relação é apresentada na atualidade educacional brasileira. No terceiro capítulo nos dedicamos a realizar uma análise de uma coleção de livros didáticos bem como problematizamos o uso de fontes históricas para o ensino do História do Haiti em nossas escolas.

CAPÍTULO 3

CAMINHOS E ESTRATÉGIAS PARA O ENSINO DA HISTÓRIA DO HAITI E SUA RELAÇÃO COM O BRASIL

Esta seção tem por objetivo demonstrar a relevância de se ensinar a História do Haiti nas escolas brasileiras. Como se sabe, com a aprovação das leis 10.639/03 e 11.645/08 o ensino de História da África e da cultura afro-brasileira e indígena tornaram-se obrigatórias em todos os níveis da educação brasileira. Em nosso entendimento, tal obrigatoriedade também se estende aos temas ligados à diáspora africana – fenômeno que retirou forçadamente cerca de 12 milhões de africanos para os continentes asiático, europeu e americano (Gilroy, 2001).³⁸

Tal é o caso do Haiti, país caribenho que assim como o Brasil recebeu um importante contingente de africanos escravizados e com quem mantemos relações históricas desde a colonização das Américas até o tempo presente. O Haiti carrega consigo uma história ímpar, pois foi palco da primeira insurreição de escravos bem sucedida da história ocidental e a segunda colônia a declarar a sua independência política.

Entretanto, embora possua uma história de grandes feitos históricos, muito pouco é ensinado em nossas escolas. E foi pensando em contribuir para preencher parte desta importante lacuna que resolvi elaborar uma Sequência Didática tomando como estratégia o uso de diferentes fontes histórica.

O primeiro passo para a realização da nossa SD foi investigar como a história haitiana aparece nos livros de História. Em seguida, discutimos a estratégia do ensino de História a partir de diferentes fontes históricas. Assim, procuramos evidenciar as potencialidades do trabalho com as diferentes linguagens que aparecem nos documentos históricos sobre a história haitiana.

3.1. A história do Haiti nos livros didáticos: breve análise

Os livros didáticos, os mais usados instrumentos de trabalho integrantes da “tradição escolar” de professores e alunos, fazem parte do cotidiano escolar há pelo menos dois séculos. Trata-se de objeto cultural de difícil definição,

³⁸ Termo empregado para referir-se à imigração forçada de africanos escravizados durante os séculos XV-XIX.

mas, pela familiaridade de uso, é possível identificá-lo, diferenciando-o de outros livros. (Bittencourt, 2011, p. 299)

Os livros didáticos ou também nominados “manuais” são uma importante ferramenta utilizada no trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula, como fonte para o educando estudar em casa e na realização de pesquisas sobre os conteúdos estudados. No caso do Brasil, podemos dizer que é a principal ferramenta de ensino e aprendizagem nas exatas públicas. No entanto, como assinala Bittencourt, trata-se de um objeto cultural de difícil definição, uma obra complexa, já que sofre interferência de vários sujeitos em sua produção, circulação e consumo. Como produto cultural fabricado por técnicos que determinam seus aspectos materiais, o livro didático caracteriza-se, por ser uma mercadoria ligada ao mundo editorial e à lógica da indústria cultural do sistema capitalista. Nesse sentido, Alain Choppin argumenta que:

A aceleração do ritmo do progresso econômico, social, técnico e cultural, suscita a massificação do ensino e o desenvolvimento de inovações pedagógicas, e o recurso às novas tecnologias favorecem, em inúmeros países, a renovação da produção, o crescimento e a diversificação da oferta editorial. (Choppin, 2002, p.7)

Além disso, como suportes para os conhecimentos escolares que são propostos nos currículos educacionais, as coleções sofrem a influência do Estado que se faz presente desde a definição dos conteúdos que irão integrar os livros até a avaliação a partir dos critérios previamente estabelecidos por este poder.

Outra característica importante inerente ao livro didático é que ele também é um suporte de métodos pedagógicos, pois apresentam exercícios, atividades, sugestões de trabalhos individuais e coletivos e apresenta sugestões de formas de avaliação do conteúdo escolar. Assim, ao associar conteúdo e método de ensino evidencia sua importância na constituição da disciplina ou do saber escolar.

A historiadora Circe Bittencourt afirma ainda que, além das dimensões técnicas e pedagógicas, o livro didático também precisa ser entendido como um veículo de um sistema de valores, de ideologias, de uma cultura de uma determinada época e sociedade (Bittencourt, 2011, p. 10).

Toda essa complexidade que envolve o livro didático produz debates acalorados, tornando-se alvo de diferentes críticas, tanto no interior da escola, como também nas produções

acadêmicas em artigos e revistas especializadas envolvendo autores, pesquisadores e editores, além das discussões envolvendo políticos e intelectuais de diferentes concepções.³⁹

Para além das análises dos conteúdos numa perspectiva ideológica, outros aspectos vêm ganhando espaço nas pesquisas sobre o tema, tais como: defasagens, fragmentação dos conteúdos, ausências e estereótipos de grupos étnicos ou minoritários. Essa preocupação da academia em identificar nos livros didáticos os discursos de estereótipos sobre determinados grupos, parte de um esforço na busca de uma educação mais democrática e no sentido de adequá-los às mudanças na historiografia recente, que busca dar voz aos “excluídos da História”.

A seguir, elaboramos uma análise sobre a “Revolução do Haiti/Independência Haitiana” na coleção de livros de História do Ensino Fundamental II, que atualmente está sendo utilizada pelos professores na maioria das escolas paranaenses.

A coleção escolhida para a análise foi *História Sociedade & Cidadania*, pertencente ao PNLD de 2020 – 2023, editada pela FTD, de autoria do professor Alfredo Boulos Júnior.⁴⁰

A escolha desta coleção se deve ao fato de a mesma ter sido adotada por toda a rede paranaense – decisão tomada a partir da consulta realizada pela Secretaria de Estado da Educação (SEED) junto aos professores/as das escolas da Rede de Ensino Paranaense, os quais optaram para manter uma unidade enquanto Rede de Ensino. Essa unidade visa facilitar a cooperação entre as unidades escolares quando da transferência de alunos de uma escola para outra dentro do estado do Paraná, facilitando também o remanejamento de livros quando ocorrem mudanças no número de alunos/as matriculadas nas escolas de um ano para outro.

O critério de analisar livros do Ensino Fundamental e não se debruçar no estudo das coleções do Ensino Médio deve-se em grande medida as alterações implementadas pelo MEC para o Novo Ensino Médio, que entrou em vigor no ano de 2022. As alterações feitas nos materiais do Novo Ensino Médio dificultam a análise individualizada, visto que as coleções atualizadas para esse nível de ensino integrantes do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) são divididas por área do conhecimento e não mais por disciplina. Por isso, optamos por analisar o livro do 8º ano, pois neste livro da coleção é apresentado o conteúdo sobre o Haiti. A-

³⁹ Para um estado da arte ver Roca, Helenice; Reznik, Luís; Magalhães, Marcelo. (Orgs). Livro de didática de História: entre políticas e narrativas. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2017.

⁴⁰ Alfredo Boulos Júnior é doutor em Educação (área de concentração: História da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Ciências (área de concentração: História Social) pela Universidade de São Paulo. Lecionou na rede pública e em cursinhos pré-vestibulares. É autor de coleções paradidáticas. Assessorou a Diretoria Técnica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – São Paulo. Doutor em Educação (área de concentração: História da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tese: A África, os africanos e seus descendentes nos livros didáticos de 3ª e 4ª série dos anos de 1969 a 2000.

lém disso, é uma coleção que ainda apresenta os conteúdos de forma disciplinar e também pelo fato de que já utilizei tal coleção no trabalho cotidiano de sala de aula nos anos de 2021-2023, ministrando aulas de História no Ensino Fundamental 8º ano na Escola Estadual José Angelo Baggio Orso, Cascavel - PR.

O objetivo dessa análise visa observar como o conteúdo sobre a Revolução Haitiana de 1974, o fim da escravidão no Haiti, a luta do povo haitiano e a conquista de sua Independência, é apresentada aos alunos no Brasil contemporâneo. Nesse sentido, busca-se contribuir para minimizar o processo de apagamento histórico da Revolução do Haiti, abordado no segundo capítulo. Outros aspectos que tentaremos vislumbrar na obra referem-se: A Revolução Haitiana é apresentada no contexto da “Era das Revoluções”? A Revolução impactou o Brasil e as Américas? Quais os reflexos da Independência do Haiti na atualidade?

A metodologia seguida para desenvolver a pesquisa foi estruturada em quatro momentos. O primeiro foi adquirir embasamento teórico para subsidiar a análise no livro didático e a temática contemplada no estudo. No segundo momento, selecionamos as obras/fontes citadas no terceiro capítulo e que constituem o suporte teórico/documental que embasa o exercício de análise do livro em geral e do conteúdo pertinente a pesquisa. E para a execução da análise, estabelecemos os seguintes critérios:

1. Uma breve análise geral da organização do livro, como metodologia da história, metodologia de ensino-aprendizagem, seções do livro e propostas de projetos interdisciplinares;
2. Identificação dos capítulos no sumário;
3. As abordagens dos conteúdos que constituem o texto sobre a temática do Haiti. Os exercícios propostos no capítulo da temática e sugestões textos complementares ou boxes, também foram alvos de análise;
4. Propostas e orientação para a avaliação dos conteúdos;

Num terceiro momento, a sistematização e escrita do texto - de análise do conteúdo sobre o Haiti presente no livro didático - que compõe a dissertação;

Para finalizar o trabalho de pesquisa, foi elaborada uma proposta de sequência didática. A elaboração deste material didático visa contribuir para ampliar a visão dos próprios professores sobre o Haiti, e em especial, possibilitar a eles um olhar receptivo e acolhedor aos alunos haitianos que frequentam as escolas disseminadas em nosso país. Além disso, esta produção pode contribuir no sentido de estabelecer vínculos afetivos entre os alunos brasileiros e os migrantes, no intuito de reduzir o preconceito racial e a xenofobia que infelizmente em diversos momentos aflora no ambiente escolar.

3.2. Livro didático: A história do Haiti no Brasil contemporâneo

O livro didático de História do Ensino Fundamental II (manual do professor), analisado - *História Sociedade & Cidadania* -, pertencente ao PNLD de 2020 – 2023, publicado pela FTD no ano de 2018, sendo a 4ª edição de autoria de Alfredo Boulos Júnior, destinado ao 8º ano do ensino fundamental.

Figura 11



Boulos, Alfredo. Capa do Livro “História: Sociedade & Cidadania – 8º ano
Fonte: Guia de livros didáticos: PNLD 2020

Segundo o autor, a coleção está pautada em alguns referenciais teóricos da História Nova, por entender a História como um conhecimento em permanente construção.⁴¹ Assim, o documento é tomado como ponto de partida para a construção do conhecimento. Além disso, o autor incorporou a ação e a fala das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos operários e de outros sujeitos históricos antes esquecidos. Alfredo Boulos também afirma que ao longo da obra utilizou a história social inglesa, recorrendo aos trabalhos de Christopher Hill, E. P. Thompson e Hobsbawm para compreender episódios decisivos na formação do mundo atual, como por exemplo: a Revolução Inglesa, a Revolução Industrial, a Revolução Francesa, o Imperialismo, entre outros. Por fim, o autor afirma ter dado maior ênfase ao conhecimento da história política e do passado público, sem prejuízo para momentos de ênfase na história cul-

⁴¹ LE GOFF, Jacques. A História Nova. São Paulo, Martins Fontes, 1990.

tural, por considerar fundamental para a formação da consciência crítica por parte dos alunos nesse nível de ensino.

Os pressupostos teóricos que pautaram a escrita, segundo o autor da coleção foram:

1. É impossível resgatar episódios do passado tal como ocorreram;
2. Só se pode investigar o passado por meio de questões colocadas pelo presente;
3. Todo conceito possui uma história;
4. O conhecimento histórico é algo construído com base em um procedimento metodológico;
5. O conhecimento histórico é limitado.

Os objetivos para o Ensino de História nessa obra, ainda de acordo com o autor, levaram em conta a perspectiva do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para nortear a compreensão de história e também para balizar a prática docente. Segundo as matrizes curriculares de referência para o Saeb, os objetivos do ensino de História são:

- facilitar a construção, por parte do educando, da capacidade de pensar historicamente, sendo que esta operação engloba uma percepção crítica e transformadora sobre os eventos e estudos históricos;
- favorecer a aquisição de conhecimentos sobre diferentes momentos históricos, a fim de desenvolver a habilidade de coordenação do tempo histórico;
- contribuir para a compreensão dos processos da História, através da análise comparada das semelhanças e diferenças entre momentos históricos, de forma a perceber a dinâmica de mudanças e permanências;
- propiciar o desenvolvimento do senso crítico do educando, no sentido de que este seja capaz de formar uma opinião possível sobre os eventos históricos estudados;
- possibilitar a integração dos conteúdos cognitivos com os aspectos afetivos e psicomotores do educando, valorizando as características relacionais nas atividades de ensino-aprendizagem. (Pestana, Maria Inês Gomes de Sá apud Boulos, 2018, p. VIII)

Atingir esses objetivos, segundo Boulos, pode ajudar o aluno a interpretar situações concretas da vida social e posicionar-se criticamente diante da realidade vivida e contribuir para a construção de novos conhecimentos. Destaca-se que a disciplina de História, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), não visa fazer do aluno um historiador. Seu compromisso maior é com a facilitação ao aluno do acesso à construção do conhecimento histórico, com a utilização de variadas fontes e diferentes tipos de documentos.

A obra ora analisada apresenta alguns conceitos-chave, como o de: História, tempo, cronologia, cultura, patrimônio cultural, identidade, memória, política e cidadania. Esses conceitos são organizados em um glossário e estão enumerados a seguir no mesmo formato em

que são citados no livro didático do manual do professor e que visa contribuir para o trabalho do professor na preparação da sua aula. Assim conceitua o autor do livro:

História: Marc Bloch define a História como o estudo das sociedades humanas no tempo. Para ele: O historiador nunca sai do tempo [...], ele considera ora as grandes ondas de fenômenos aparentados que atravessam, longitudinalmente, a duração, ora o momento humano em que essas correntes se apertam no nó poderoso das consciências. Bloch, 2001. p. 135.

Seguindo a trilha aberta por Bloch, o historiador Holien Bezerra afirma que a História busca desvendar “as relações que se estabelecem entre os grupos humanos em diferentes tempos e espaços” (Bezerra apud Karnal, 2003, p. 42). Outra definição de História:

[...] A história é a arte de aprender que o que é nem sempre foi, que o que não existe pôde alguma vez existir; que o novo não o é forçosamente e que, ao contrário, o que consideramos por vezes eterno é muito recente. Esta noção permite situarmo-nos no tempo, relativizar o acontecimento, descobrir as linhas de continuidade e identificar as rupturas. Oliveira, 2010, p. 18.

Há autores atuais, como Hayden White, por exemplo, que entendem a História como um gênero da literatura e querem reduzi-la à ficção. Nós discordamos dessa visão e ressaltamos que a História, ao contrário da Literatura, tem compromisso com a evidência e, parafraseando Marc Bloch, lembramos ainda que, diferentemente do literato, o historiador só pode afirmar aquilo que tem condições de provar.

Tempo: conceito-chave em História. É uma construção humana, e o tempo histórico, uma construção cultural dos povos em diferentes tempos e espaços. As principais dimensões do tempo são: duração, sucessão e simultaneidade. Isso pode ser trabalhado em aula apresentando-se as diferentes maneiras de vivenciar e apreender o tempo e de registrar a duração, a sucessão e a simultaneidade dos eventos – tais conteúdos tornam-se, portanto, objeto de estudos históricos. O tempo que interessa ao historiador é o tempo histórico, o tempo das transformações e das permanências. O tempo histórico não obedece a um ritmo preciso e idêntico como o do relógio e/ou dos calendários. Por isso o historiador considera diferentes temporalidades/durações: a longa, a média e a curta duração.

Cronologia: sistema de marcação e datação baseado nas regras estabelecidas pela ciência astronômica que tenta organizar os acontecimentos em uma sequência regular e contínua.

Cultura: entende-se por cultura todas as ações por meio das quais os povos expressam suas “formas de criar, fazer e viver” (Constituição Federal de 1988, art. 216). A cultura engloba tanto a linguagem com que as pessoas se comunicam, contam suas histórias, fazem seus poemas, quanto a forma como constroem suas casas, preparam seus alimentos, rezam, fazem festas. Enfim, suas crenças, suas visões de mundo, seus saberes e fazeres. Trata-se, portanto, de um processo dinâmico de transmissão, de geração a geração, de práticas, sentidos e valores, que se criam e recriam (ou são criados e recriados) no presente, na busca de soluções para os pequenos e grandes problemas que cada sociedade ou indivíduo enfrentam ao longo da existência. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais. Brasília, DF, 2012.

Segundo os PCN:

[...] cultura é um conjunto de crenças, conhecimentos, valores, costumes, regulamentos, habilidades, capacidades e hábitos construídos pelos seres

humanos em determinadas sociedades, em diferentes épocas e espaços. BRASIL. Ministério da Educação. PCN+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas Tecnologias: História. Brasília: SEB, 2002. p.71-72. Sobre esse conceito, o professor Holien Gonçalves Bezerra afirma:

[...] Cultura não é apenas o conjunto de manifestações artísticas. Envolve as formas de organização do trabalho, da casa, da família, do cotidiano das pessoas, dos ritos, das religiões, das festas etc. Assim, o estudo das identidades sociais, no âmbito das representações culturais, adquire significado e importância para a caracterização de grupos sociais e de povos. Bezerra, Holien Gonçalves. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. In: Karnal, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003. p. 46.

Patrimônio cultural: segundo uma estudiosa:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial [...] nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico- -culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Bittencourt, 1998. p. 134.

Identidade: pode ser definida como a construção do “eu” e do “outro” e a construção do “eu” e do “nós”, que têm lugar nos diferentes contextos da vida humana e nos diferentes espaços de convívio social. Essa construção baseia-se no reconhecimento de semelhanças/diferenças e de mudanças/permanências. Sobre o assunto, disse uma ensaísta:

Um dos objetivos centrais do ensino de História, na atualidade, relaciona-se à sua contribuição na constituição de identidades. A identidade nacional, nessa perspectiva, é uma das identidades a ser constituídas pela História escolar, mas, por outro lado, enfrenta ainda o desafio de ser entendida em suas relações com o local e o mundial. A constituição de identidades associa-se à formação da cidadania, problema essencial na atualidade, ao se levar em conta as finalidades educacionais mais amplas e o papel da escola em particular. Bittencourt, 2004. p. 121. (Docência em formação).

Memória: segundo Pedro Paulo Funari: A memória [...] é uma recriação constante do presente, do passado enquanto representação, enquanto imagem impressa na mente. Funari, 2003. p. 16.

Memória pode ser definida também pelo modo como os seres humanos se lembram ou se esquecem do passado; já a História pode ser vista como a crítica da memória. Em sociedades complexas, como esta em que vivemos, a memória coletiva dá origem a lugares de memória, como museus, bibliotecas, espaços culturais, galerias, arquivos ou uma “grande” história, a história da nação. A memória nos remete à questão do tempo.

Política: o termo “política” teve sua origem na Grécia antiga e foi sendo ressignificado ao longo do tempo. A palavra “política” está estreitamente relacionada à ideia de poder. Segundo Nicolau Maquiavel (1469-1527), o fundador da política como ciência, a política é a arte de conquistar, manter e exercer o poder. Já para Michel Foucault (1926-1984), o poder não se concentra somente no Estado, mas está distribuído por todo o corpo social. Seguindo essa trilha, dois estudiosos observaram que:

Há relação de poder entre pais e filhos, alunos e professores, governantes e governados, dirigentes de partido e seus filiados, patrões e empregados, líderes de associações sindicais e seus membros, e assim por diante. A verdade é que tais relações são, no mais das vezes, sutis, móveis, dispersas e de difícil

caracterização. Silva, Kalina Vanderlei; Silva, Maciel Henrique. Dicionário de conceitos históricos. São Paulo: Contexto, 2005. p. 335.

Cidadania: o conceito de cidadania – chave na nossa proposta de ensino de História – tem como base as reflexões do historiador Jaime Pinsky:

Afinal, o que é ser cidadão?

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais. Pinsky, Jaime; Pinsky, Carla Bassanezi (Org.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003. p. 9. (Boulos, 2018, pp. IX-XI)

Para o autor, a compreensão da cidadania em uma perspectiva histórica de lutas, confrontos e negociações, é constituída por intermédio de conquistas sociais de direitos e pode servir como referência para a organização dos conteúdos da disciplina História. Vale lembrar ainda que os conceitos possuem uma história, e que esta variou no tempo e no espaço. Cientes disso, evitamos visões anacrônicas, a-históricas ou carregadas de subjetividade.

Em relação à metodologia de ensino-aprendizagem, Boulos afirma que o trabalho com História na sala de aula é uma construção coletiva e que se faz com base naquilo que é aceito pela comunidade de historiadores. Não se pode confundir o saber acadêmico com o conhecimento histórico escolar, embora o saber acadêmico lhe sirva de suporte.

A metodologia de ensino-aprendizagem proposta na obra leva em conta o trabalho a ser desenvolvido utilizando o trabalho com imagens fixas (retratos, fotografias, quadros, tirinhas, charges, cartaz) e imagens em movimento (cinema), além de textos complementares, músicas, poemas, poesias, relatos, cartas, entre outras fontes.⁴² Essas fontes/documentos são utilizadas pelo autor nos textos base, assim como nas atividades que são propostas na coleção.

No manual do professor, o autor também complementa informações aos professores para que estes possam ampliar a visão dos alunos sobre a imagem e sobre o conteúdo que se pretende introduzir:

Professor: nesta página visamos abordar os processos de independência na América espanhola através do monumento Mão, um dos símbolos que representam as revoltas sangrentas para a emancipação dos países latinos. Orientamos destacar que a independência nessas regiões não foi uma conquista fá-

⁴² Ver: Schmidt, Maria Auxiliadora, Cainelli, Marlene. “As fontes lúdicas e o ensino de História”. In: Ensinar História. São Paulo, Scpione, 2004 pp. 89 – 110; Fonseca, Selva Guimarães. “A incorporação de diferentes linguagens”. In: Didática e prática de ensino de história. Campinas: Papyrus, 2003, pp. 163-240.

cil e que esse monumento está diretamente relacionado ao sofrimento daqueles que lutaram pela liberdade e igualdade na América Latina.

A Mão foi esculpida em concreto e possui ao centro um mapa estilizado da América Latina pintado de vermelho. O vermelho do mapa dá ideia de uma mão que sangra. Com isso, o autor evoca provavelmente a pobreza e a opressão que vitimavam os povos latino-americanos. Lembre-se de que aqui a postura de Niemeyer diante da injustiça social era de indignação. A mão que sangra pode ser associada também às lutas sangrentas e prolongadas ocorridas durante a emancipação política na América Latina. Em 1989, ano em que a obra foi finalizada, o Brasil vivia o desfecho de um processo de redemocratização e foi justamente essa abertura política que criou as condições para a realização de projetos ligados à história e à identidade dos povos latino-americanos. Nesse contexto, Oscar Niemeyer criou a escultura a Mão. A cerimônia da Lavagem da Mão é uma homenagem dos sambistas paulistas ao aniversário da cidade de São Paulo e à obra de Oscar Niemeyer. A Fundação Memorial estimula e abriga em suas dependências manifestações artísticas e científicas sobre temas e artistas latino-americanos. (Boulos, 2018, p.103)

Nessa mesma página o autor cita quais habilidades previstas na BNCC pretende atender no capítulo, como é citado a seguir:

(EF08HI08) Conhecer o ideário dos líderes dos movimentos independentistas e seu papel nas revoluções que levaram à independência das colônias hispano-americanas.

(EF08HI09) Conhecer as características e os principais pensadores do Pan-americanismo.

(EF08HI10) Identificar e contextualizar as especificidades dos diversos processos de independência nas Américas, seus aspectos populacionais e suas conformações territoriais.

(EF08HI11) Identificar e explicar os protagonismos e a atuação de diferentes grupos sociais e étnicos nas lutas de independência no Brasil, na América espanhola e no Haiti. (Boulos, 2018, p.103)

A coleção é composta de quatro volumes e atendem todo o Ensino Fundamental II, buscando integrar a História do Brasil à História Geral. Os livros propostos para cada série do ensino são organizados em unidades temáticas que abrigam um conjunto de capítulos. Observe a seguir:

Figura 12

<h1>SUMÁRIO</h1>	
UNIDADE I	
CAPÍTULO 1 ILUMINISMO	6
Progresso, otimismo e Deus.....	8
Alguns pensadores iluministas.....	8
A enciclopédia dos iluministas.....	11
O Iluminismo na economia.....	14
Adam Smith e o liberalismo econômico.....	14
ATIVIDADES	15
CAPÍTULO 2 REVOLUÇÕES NA INGLATERRA	18
Política e sociedade na Inglaterra do século XVI.....	19
Monarquia x Parlamento no século XVII.....	20
A Era Cromwell.....	22
A república de Cromwell.....	22
A deposição de Ricardo Cromwell e a volta da monarquia na Inglaterra.....	24
A Revolução Gloriosa (1688).....	25
O significado da Revolução Gloriosa.....	26
ATIVIDADES	27
CAPÍTULO 3 REVOLUÇÃO INDUSTRIAL	31
Do artesanato à maquinofatura.....	32
O pioneirismo inglês.....	33
As máquinas.....	33
Inventos aplicados à indústria.....	34
Indústria e mudanças socioeconômicas.....	36
Impactos da Revolução Industrial.....	36
ATIVIDADES	39
CAPÍTULO 4 A REVOLUÇÃO FRANCESA E A ERA NAPOLEÔNICA	44
O Antigo Regime.....	45
França do Antigo Regime.....	46
A convocação dos Estados Gerais.....	47
O processo revolucionário.....	48
A Assembleia Nacional Constituinte.....	48
A Monarquia Constitucional.....	49
A Convenção Nacional.....	50
A Era Napoleônica.....	54
O Consulado.....	54
O Império.....	57
O Congresso de Viena.....	61
ATIVIDADES	62
UNIDADE II	
CAPÍTULO 5 REBELIÕES NA AMÉRICA PORTUGUESA	68
A Revolta de Beckman (1684).....	69
A Guerra dos Emboabas (1707-1709).....	70
A Guerra dos Mascates (1710-1711).....	71
A Revolta de Vila Rica (1720).....	72
Impostos e mais impostos.....	73
Cobrança e desvios.....	73
Mineração e mercado interno.....	74
A Conjuração Mineira (1789).....	76
Denúncia, prisão e sentença.....	79
A Conjuração Baiana (1798).....	79
ATIVIDADES	82
CAPÍTULO 6 A FORMAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS	89
Colonização inglesa da América.....	90
A segunda tentativa inglesa.....	91
Economia colonial.....	92
A Inglaterra aperta o laço.....	94
O processo de independência.....	95
O movimento de independência.....	96
A Constituição dos Estados Unidos.....	96
Uma cidadania limitada.....	97
ATIVIDADES	98
CAPÍTULO 7 INDEPENDÊNCIAS: HAITI E AMÉRICA ESPANHOLA	103
Independência em São Domingos (atual Haiti).....	104
A formação do Haiti.....	106
A Revolta de Túpac Amaru.....	107
América espanhola: população e etnias.....	108
O Império espanhol em crise.....	109
Guerras de independência na América.....	110
As independências na América do Sul.....	110
A independência do México.....	113
Exclusão e marginalização na América.....	114
ATIVIDADES	116
CAPÍTULO 8 A CHEGADA DA FAMÍLIA REAL E A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL	120
A vinda de D. João para o Brasil.....	121
A interiorização da metrópole.....	122
A abertura dos portos.....	122
O Tratado de Comércio e Navegação com a Inglaterra.....	123
A administração joanina.....	124
Insurreição Pernambucana (1817).....	126

Figura 13

A Revolução Liberal do Porto	128	CAPÍTULO 12 ABOLIÇÃO, IMIGRAÇÃO E INDIGENISMO NO IMPÉRIO	203
A emancipação política do Brasil	129	A Abolição	204
ATIVIDADES	131	A resistência dos escravizados	204
UNIDADE III		O movimento abolicionista	206
CAPÍTULO 9 O REINADO DE D. PEDRO I: UMA CIDADANIA LIMITADA	136	As leis e a realidade	208
As lutas pela independência	137	A vida difícil dos recém-libertos	210
O reconhecimento e o preço da independência	139	Imigração	214
Uma constituição para o Brasil	140	O sistema de parceria: uma experiência pioneira	214
A Constituição do Império	141	Alemães, italianos e poloneses	217
A Confederação do Equador	142	Romantismo	218
D. Pedro I, cada vez mais impopular	144	ATIVIDADES	219
A Questão da Cisplatina	145	UNIDADE IV	
A sucessão do trono português	145	CAPÍTULO 13 INDUSTRIALIZAÇÃO, IMPERIALISMO E RESISTÊNCIA	226
A abdicação de D. Pedro I	146	Segunda fase da Revolução Industrial	227
ATIVIDADES	147	A concentração de capital	229
CAPÍTULO 10 REGÊNCIAS: A UNIDADE AMEAÇADA	152	O imperialismo	230
Regências: um período movimentado	153	Teorias racistas do século XIX	231
História política	153	O imperialismo na África	232
Regência Trina Permanente	154	Franceses onde hoje é a Argélia	232
O Ato Adicional de 1834	155	Belgas na bacia do rio Congo	233
Regência Una de Feijó	156	Britânicos na África	234
A Regência de Araújo Lima	156	A resistência africana	235
As rebeliões regenciais	157	A Rebelião Ashanti	235
Cabanagem (1835-1840): Grão-Pará	158	Alemães, portugueses e espanhóis na África	236
Guerra dos Farrapos (1835-1845): Rio Grande do Sul e Santa Catarina	160	A Conferência de Berlim	236
Revolta dos Malês (1835): Bahia	164	Partilha da Ásia	238
Sabinada (1837-1838): Bahia	166	Britânicos na Índia	238
Balaçada (1838-1841): Maranhão e Piauí	167	Britânicos na China	239
ATIVIDADES	169	ATIVIDADES	241
CAPÍTULO 11 SEGUNDO REINADO: POLÍTICA, ECONOMIA E GUERRA	178	CAPÍTULO 14 ESTADOS UNIDOS E AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XIX	247
O golpe da maioria	179	A Marcha para o Oeste	248
Política, violência e fraude no Império	180	Acordos, guerra e ouro	250
A Revolução Praieira	181	A guerra civil norte-americana	252
O poder do imperador	182	Prosperidade e intervencionismo	256
Economia do Segundo Reinado	183	O imperialismo estadunidense	257
O café na liderança	183	ATIVIDADES	259
O mercado interno no Império	184	BIBLIOGRAFIA	265
Modernização do Império: indústrias e ferrovias	186	MAPAS	268
A pressão inglesa e o fim do tráfico	188		
A Lei Eusébio de Queirós e a Lei de Terras	190		
O tráfico interprovincial	190		
A Guerra do Paraguai	192		
Consequências da guerra	195		
ATIVIDADES	196		

Cada capítulo se inicia com uma página de abertura, que tem como função introduzir a exposição dialogada, voltando seu foco para o assunto a ser trabalhado no capítulo. Veja o exemplo em relação ao conteúdo referente a Independências do Haiti e América Espanhola.

Figura 14



Boulos, Alfredo. Capítulo 7 do livro “História: Sociedade & Cidadania – 8º ano – Página 103. Fonte: Guia de livros didáticos: PNL D 2020

Figura 15



Niemeyer, Oscar. Fotografia da escultura “Mão”, criada pelo arquiteto carioca.

Disponível:

<<https://www.google.com.br/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww.zoimovel.com.br%2Fblog%2Fmemorial-da-america-latina-e-palco-de-grandes-espetaculos%2F2618%2F&psig=AOvVaw3fkSL3UukE8HKPE1LuuVog&ust=1721140015009000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CBEQjRxqFwoTCKijgbOgqYcDFQAAAAAdAAAAABAE>> Acesso 15 jul. 2024.

No capítulo 7 (Independências: Haiti e América Espanhola), o conteúdo é iniciado a partir de questionamentos relativos à imagem da escultura “Mão”, criada pelo arquiteto carioca Oscar Niemeyer. Essa escultura faz parte do memorial da América Latina, situado em São Paulo. Observe a figura 14 que se refere à página do livro e a figura 15, que apresenta a referida escultura. A utilização dessa imagem visa estimular o interesse do aluno sobre o conteúdo a ser estudado, para isso o autor faz alguns questionamentos a respeito da escultura e busca relacionar a imagem a aspectos culturais locais e ao conteúdo geral do capítulo. Os questionamentos e sugestão de atividade propostos pelo autor são:

O que essa escultura lembra a você? O que a área coberta de vermelho está representando? O que o artista pode ter sugerido ao pintar essa área de vermelho? Essa escultura pode ser relacionada ao assunto deste capítulo? Já há alguns anos, em 25 de janeiro, data do aniversário de São Paulo, ocorre a cerimônia conhecida como Lavagem da Mão. Faça uma pesquisa rápida sobre essa cerimônia para conhecer seu significado (Boulos, 2018, p.103).

O corpo de cada capítulo, segundo Boulos, é construído entrelaçando texto e imagem, intensificando a exploração pedagógica do registro visual, que está no cerne da proposta de ensino-aprendizagem. Pois a imagem, além de reforçar o texto e dialogar com ele, visa contribuir para a formação de conceitos.

O autor também afirma que no corpo dos capítulos busca adotar uma linguagem, um tamanho de letra e de entrelinhamento adequado aos anos finais do Ensino Fundamental, sendo que para cada idade/série há uma variação para atender melhor ao público destinado. Intercalados ao texto principal, o autor insere boxes com títulos como: *Dialogando*, *Para refletir* e *Para saber mais*, com os dois primeiros acompanhados de questões objetivas e/ou reflexivas.

Com relação ao capítulo ora analisado, o autor dedica três páginas para apresentar um fragmento da história da independência haitiana, citando a situação econômica, política e social do Haiti no período da independência. Para desenvolver o conteúdo, são apresentadas informações e imagens do território caribenho (mapa), uma obra de arte produzida pelo artista plástico Jean-François Pourvoyeur retratando uma revolta negra durante as lutas pela independência. Também apresenta um box intitulado “Para saber mais” no qual cita um texto de Maria Ligia Prado e Gabriela Pellegrino sobre o líder François Dominique Toussaint L’Ouverture, e para ilustrar o texto das autoras acima citadas, apresenta uma imagem de Toussaint, também conhecido como Napoleão Negro.

Em cada uma das páginas do manual do professor, o autor traz um texto de apoio ao professor e apresenta encaminhamentos que contribuem para que o docente possa ampliar a

visão dos alunos sobre o conteúdo e também evidenciando os objetivos a serem desenvolvidos no estudo dos textos e imagens.

A partir da página introdutória, o autor apresenta na página seguinte (p.104) um texto intitulado: Independência em São Domingos (atual Haiti), onde expõe sobre o início da colonização da América espanhola e cita que o território foi ocupado pelos franceses a partir de meados do século XVII. Cita a seguir as condições degradantes em que viviam os escravizados, o que levou a reação dessa população, com fugas para formação de quilombos e em 1791 a um levante exigindo melhores condições de trabalho e de tempo livre para seu próprio cultivo. O texto é finalizado fazendo uma relação com o período histórico da revolução francesa e cita Toussaint L'Ouverture como um dos líderes desse levante que acabou conquistando o fim da escravidão. Para ilustrar o texto é apresentada a imagem a seguir:

Figura 15



SÉC. XIX. BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA. FOTO: BRIDGE/MANIFOTORENA

Porvoveur, Jean-François. Revolta Negra – Obra de Pourvoveur retratando uma revolta negra durante as lutas pela independência em São Domingos, atual Haiti. Livro “História: Sociedade & Cidadania – 8º ano de Alfredo Boulos, p. 104.

Fonte: Guia de livros didáticos: PNLD 2020

Na próxima página (p.105), há o boxe citado acima em que as autoras apresentam uma breve biografia de Toussaint L’Ouverture, e este texto é ilustrado com a imagem de uma fotografia de uma coleção particular que o retrata. A imagem e o texto estão citados a seguir:

Figura 16



François Dominique Toussaint L’Ouverture, conhecido como Napoleão Negro, em uma pintura de 1875.

Fonte: Guia de livros didáticos: PNLD 2020.

François Dominique Toussaint, que mais tarde adotou o nome de Toussaint L’Ouverture (abertura em francês, sinalizando algo de novo), vinha de uma linhagem de chefes da etnia aja, na África. Seu pai fora aprisionado e trazido a São Domingos em navio negreiro. O colono que o comprou [...] percebeu ser ele uma pessoa fora do comum e lhe deu certa liberdade na fazenda de produção açucareira, permitindo que cultivasse uma horta [...]. Casou-se e teve oito filhos. Perto da casa-grande vivia um velho negro chamado Pierre Baptiste [...], escolhido como padrinho do primogênito Toussaint. Ensinou a ele crioulo, francês, um pouco de latim e geometria. O menino cresceu sem trabalhar no eito. Cuidava dos rebanhos e manadas, tornou-se cocheiro do senhor e mais tarde administrador dos bens vivos da fazenda. Quando eclodiu a revolta escrava em 1791, vivia com a esposa e os filhos na plantation Bréda, no norte da colônia. Uniu-se aos rebeldes no ano de 1793. [...] Mas, com a invasão napoleônica, foi capturado e deportado para a França, onde faleceu no ano seguinte [...], fragilizado por cruéis torturas. PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela. História da América Latina. São Paulo: Contexto, 2014. pp. 15-16. (Boulos, 2018, p.105)

Nesta página, o autor complementa informações sobre a Revolução Haitiana em um Texto de Apoio ao professor, o qual é finalizado na página seguinte. O referido texto apresenta informações sobre o planejamento e o início da insurreição, citando Boukman Dutty como um dos líderes do movimento que foram planejadas em cerimônias vodú. Também são citados números aproximados de escravos envolvidos na revolta e objetivos conquistados após anos de luta.

O último texto (p.106) que aborda o conteúdo sobre a história haitiana, tem como título “A formação do Haiti”, no qual é relatado o período em que a ilha foi governada por Tous-

saint L’Ouverture, as dificuldades encontradas para governar um território dividido por questões econômicas, sociais e raciais. Também são apresentados os conflitos com a metrópole francesa governada por Napoleão Bonaparte após este tomar o poder, e cita Jean-Jacques Dessalines como o líder que - após a morte de Toussaint – deu continuidade a luta pela independência, derrotando os franceses e proclamando a independência em 1804.

O texto é finalizado fazendo menção ao haitianismo que se espalhou pela América após o levante de escravos ter sido bem-sucedido naquela ilha da América Central.

Nessa página também é proposta uma atividade de reflexão e diálogo sobre liberdade no boxe “Dialogando”, além de apresentar uma imagem de localização geográfica do Haiti, como vemos a seguir:

Figura 17



Fonte: ATLAS geográfico escolar. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. p. 45.

Boulos, Alfredo. Livro “História: Sociedade & Cidadania – 8º ano – Página 106.

Fonte: Guia de livros didáticos: PNLD 2020

A apresentação de mapas é de suma importância, pois contribui para que o aluno consiga fazer relações da História no espaço/tempo, visualizando mentalmente onde se localiza o território e a distância entre o local que o aluno está e onde ocorreram os fatos estudados, dando mais concretude e significado ao que conteúdo estudado. Ter um referencial geográfico possibilita ao professor fazer inter-relações, além de ser um instrumento que possibilita a interdisciplinaridade.

Nessa página o autor finaliza o conteúdo sobre o Haiti e na sequência do capítulo, o autor apresenta outras revoltas, formação de impérios e guerras pela independência em outros territórios da América Espanhola, sendo finalizado propondo diversas atividades sobre os conteúdos abordados.

3.2.1 Atividades

Segundo Boulos, aprender História depende da leitura e escrita, e essas implicam a compreensão, análise e interpretação de uma diversidade de gêneros de textos, imagens (fixas e/ou movimento), gráficos, tabelas, mapas. Assim, as atividades propostas na coleção visam auxiliar o aluno a desenvolver as competências de leitura e escrita, que são complementares e interdependentes, e a capacitar para o exercício da cidadania.

As atividades estão distribuídas em quatro seções, assim distribuídas: Retomando; Leitura e escrita em História; Integrando com; Você cidadão!

As questões variadas da seção “Retomando” visam retomar e organizar o estudo do tema abordado e estão presentes em todos os capítulos.

Com relação ao conteúdo sobre o Haiti, o livro apresenta duas atividades. A primeira cita quatro informações sobre o processo de independência do Haiti e solicita que o aluno assinale a alternativa incorreta, justificando sua resposta.

Sobre o processo de independência do atual Haiti, assinale a alternativa INCORRETA e justifique:

- Foi conduzido por ex-escravos liderados por Toussaint L’Ouverture e Jean-Jacques Dessalines.
- As lutas antiescravistas se mesclaram à guerra de independência que os ex-escravos moveram contra a França.
- A vitória dos escravizados no Haiti extinguiu o haitianismo, ou seja, o medo de levantes escravos.
- O Haiti é a segunda nação a conseguir sua independência na América e a primeira em que os negros chegaram ao poder. (BOULOS, 2018, p.116)

Na segunda atividade é apresentada uma tabela com o número e o percentual de negros, mestiços e brancos da população de São Domingos no final do século XVIII. A partir da tabela são propostas três questões para os alunos:

População de São Domingos (final do século XVIII)

Leia a tabela com atenção:

Tabela 1

População de São Domingos (final do século XVIII)		
Etnia	População	Em %
Negros	500 mil	87,75%
Mestiços	30 mil	5,25%
Branco	40 mil	7,00%
Total	570 mil	100%

Fonte: Guazzelli, César A. B. A crise do sistema colonial e o processo de independência. In: Wasserman, Cláudia (Coord.). História da América Latina:

cinco séculos (temas e problemas). 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade: UFRGS, 2000.

a) O que ela mostra?

b) O que a leitura da tabela permite concluir em relação ao número de negros?

c) Elabore um parágrafo comparando a vida dos negros à dos brancos na ilha de São Domingos na época. (Boulos, 2018, p.117)

No manual do professor, o autor apresenta as respostas e tece comentários com o intuito de auxiliar o trabalho pedagógico do professor em sala de aula. Nas duas páginas (no manual do professor) em que estão citadas as atividades acima mencionadas, o autor acrescenta dois textos de apoio, um deles intitulado: “O Haiti” – texto que relaciona a história do Haiti com a região hispano-americana, o processo de proclamação da independência e sobre o sentimento de insegurança (haitianismo) gerado nas elites brasileiras. O outro texto “Haiti: do tráfico de escravos à escravatura econômica da dívida” aborda os primeiros anos da insurreição armada, a proclamação da independência e o não reconhecimento da França, a posterior cobrança de uma indenização gigantesca que levou a jovem nação a renegociar inúmeras vezes a dívida e o pagamento da dívida impondo pesar às gerações subsequentes.

Além das páginas exclusivas para realização de atividades, o autor no decorrer do capítulo ao abordar a independência de outras nações hispano-americanas (p. 113), sugere no manual do professor uma atividade que visa comparar as lutas populares do Haiti, México e Peru. Na atividade é sugerido que o professor proponha aos alunos a elaboração de uma tabela de comparação, citando os participantes do movimento de lutas, objetivos a serem atingidos pelos insurgentes, principais líderes e como terminou o movimento. As respostas sugeridas estão citadas no quadro a seguir:

Figura 18

	Haiti	Peru	México
Participantes	Negros escravizados.	Índigenas, mestiços e uns poucos <i>criollos</i> .	Camponeses.
Objetivos	Libertação dos escravos, cerca de 80% da população, e independência.	Fim do trabalho forçado (<i>mita</i> e <i>encomienda</i>), dos impostos abusivos e da discriminação racial.	Independência com divisão de terras entre os pobres.
Principais líderes	Toussaint L'Ouverture e Jean Jacques Dessalines, líderes populares negros.	José Gabriel Condorcanqui (o Túpac Amaru), mestiço descendente e de família inca.	Os padres Miguel Hidalgo e José Maria Morelos.
Modo como o movimento terminou	Vitória dos rebeldes e independência do Haiti (1804).	O movimento foi derrotado e Túpac Amaru, seu principal líder, foi degolado.	O movimento foi derrotado e o padre Hidalgo foi fuzilado.

Boulos, Alfredo. Livro “História: Sociedade & Cidadania - 8º ano - p. 113.
Fonte: Guia de livros didáticos: PNLD 2020

No capítulo analisado, Boulos também se utiliza da segunda seção de atividades que na obra são denominadas “Leitura e escrita em História” onde busca a formação de conceitos e estimula a produção escrita a partir da leitura de imagens.

Esta seção visa familiarizar o aluno com diferentes gêneros textuais, estimulando-o a perceber quem está falando ou de que lugar fala. Segundo o autor, ao se dar voz aos sujeitos históricos que viveram experiências sociais de outros tempos e espaços ou quando se apresenta a fala de um especialista que aborda um dos assuntos relacionados ao tema estudado, capacita-se o educando a identificar, a relacionar e a contextualizar.

A seção de atividades “*Integrando com...*” utilizada em alguns capítulos, estimulam o aluno a mobilizar conhecimentos e conceitos de outras disciplinas, adotando, mesmo que de forma tímida, uma perspectiva interdisciplinar.

A quarta seção de atividades denominada “*Você cidadão!*” propõe estimular o aluno a traçar paralelos entre o passado e o presente, além de interrogar, debater e se posicionar diante de questões sociais, preparando-o para o exercício da cidadania.

3.2.2 Avaliação

Compreendendo que o processo de construção do conhecimento é dinâmico e não linear, o autor defende que avaliar a aprendizagem implica também avaliar o ensino oferecido. Assim, é importante que toda a avaliação esteja relacionada com os objetivos propostos e que para atingi-los é indispensável que os alunos aprendam mais e melhor. Visto que todo resultado avaliativo deve servir para reorientar a prática educacional e jamais como forma de estigmatizar os alunos. Assim, para pensar a avaliação, o autor recorre às reflexões de César Coll e aos PCNs.

Para César Coll, a avaliação pode ser definida como uma série de atuações que devem cumprir duas funções básicas: diagnosticar e controlar. Para isso, ele recomenda o uso de três tipos de avaliação:

A **avaliação inicial** busca verificar os conhecimentos prévios dos alunos e possibilita a eles a tomada de consciência de suas limitações (imprecisões e contradições dos seus esquemas de conhecimento) e da necessidade de superá-las.

A **avaliação formativa** visa avaliar o processo de aprendizagem. A avaliação formativa pode ser feita por meio da observação sistemática do aluno, com a ajuda de planilhas de acompanhamento (ficha ou instrumento equivalente em que se registram informações úteis ao acompanhamento do processo). Cada professor deve adequar a planilha de acompanhamento às suas necessidades.

A **avaliação somatória** procura medir os resultados da aprendizagem dos alunos confrontando-os com os objetivos que estão na origem da intervenção

pedagógica, a fim de verificar se estes foram ou não alcançados ou até que ponto o foram. (Boulos, 2018, p. XLI)

Para esse autor, os três tipos de avaliação estão interligados e são complementares, visto que nessa perspectiva de avaliação o professor obtém elementos para planejar; o aluno toma consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades; a escola identifica os aspectos das ações educacionais que necessitam de maior apoio. Assim, a avaliação deve visar ao processo educativo como um todo, e não ao êxito ou fracasso dos alunos ao final de um ano letivo.

Cabe destacar que em todas as páginas do livro – independentemente do conteúdo – o autor acrescenta informações complementares no manual do professor, tais como sugestões de artigos, vídeos, documentários e propostas de respostas as questões que são subjetivas nas atividades de fixação dos conteúdos. Dessa forma, avalio que a presente coleção apresenta uma abordagem adequada dos conteúdos e que atende ao esperado para a série ao qual foi produzido.

Entretanto, dados os limites de sua produção enquanto produto da indústria cultural, os livros didáticos na maioria das vezes não designam muito espaço para a abordagem da maioria dos conteúdos, como é o caso da história do Haiti.

3.3. O uso de fontes históricas e o ensino da História do Haiti

A valorização de diferentes fontes históricas como estratégia para as aulas de história tem sido apontada por diversos especialistas como uma excelente alternativa de ensino (Bittencourt, 2011; Fonseca, 2000; Schmidt & Caminelli, 2004). Também consideramos ser este caminho o mais profícuo e por isso o escolhemos como guia na montagem da nossa Sequência Didática (SD).

3.3.1. A noção de fonte histórica

De um modo geral, costuma-se dizer que os documentos ou fontes são a matéria-prima do ofício do historiador (a). É a partir deles que se dá a operação historiográfica, ou seja, o processo pelo qual as informações nelas contidas são processadas e analisadas e, a partir daí, os eventos históricos são explicados. Mas como podemos definir ou precisar o que é uma fonte histórica?

Cabe também destacar que a noção de documento ou fonte histórica tem sofrido modificações ao longo do tempo. No século XIX, quando do estabelecimento da Escola Metódica

na França, a noção de documento estava intimamente atrelada ao documento escrito, de caráter oficial. Na visão dos historiadores metódicos, o documento falava por si só, ou seja, continha em si a verdade histórica. Segundo essa concepção, o trabalho do historiador seria a de checar a procedência e veracidade dos documentos e em seguida ordená-los numa sequência cronológica para narrar o que aconteceu – evitando emitir qualquer tipo de juízo pessoal ou crítica. (Reis: 2000) Conforme destacam as historiadoras Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Caineli:

Nessa perspectiva, o documento histórico servia para a pesquisa e para o ensino como prova irrefutável da realidade passada que deveria ser transmitida ao aluno. Este era visto como mero receptor passivo e preocupado em decorar o conteúdo ou o ponto ensinado (Schmidt & Cainelli, 2004, pp. 90-91).

As autoras salientam ainda que:

Nos livros didáticos eram utilizados documentos escritos, que conferiam a prova da realidade do texto sobre o conteúdo estudado. Os documentos serviam, também, para o professor utilizá-los como comprovação de sua narrativa da história ou do fato histórico estudado (Schmidt & Cainelli, 2004, p. 91).

3.3.2. *Utilizando as fontes em sala de aula*

Acerca do uso de documentos históricos em sala de aula, a historiadora Circe Bittencourt adverte que o uso feito pelo professor é bem diferente daquele que faz o historiador. Isto porque

O Professor traça objetivos que não visam à produção de um texto historiográfico inédito ou a uma interpretação renovada de antigos acontecimentos, com o uso de novas fontes. As fontes históricas em sala de aula são utilizadas diferentemente. Os jovens e as crianças estão “aprendendo História” e não dominam o contexto histórico em que o documento foi publicado, o que exige sempre a atenção ao momento propício de introduzi-lo como material didático e à escola dos tipos adequados ao nível e às condições de escolarização dos alunos (Bittencourt, 2008, p.329).

Como podemos notar da leitura do texto acima, os objetivos de um historiador ao se defrontar com as fontes históricas não são os mesmos do professor nas situações de aprendizagem que caracterizam a sala de aula. No caso do professor (a) a finalidade maior é a de, através das fontes, auxiliar o aluno (a) a compreender melhor o período que está sendo estu-

dado; além, é claro, de perceber a importância da referida fonte para a compreensão do fato histórico.

Feitas estas distinções, vejamos a seguir como podemos utilizar as fontes para o ensino da História do Haiti e de sua relação histórica com o Brasil.

3.3.3. *O uso do documento escrito: leis, cartas, ofícios, etc.*

Como vimos anteriormente, o documento escrito ocupa um lugar cativo na produção do conhecimento histórico. Desde os metódicos, os mesmos são largamente utilizados para embasar as narrativas dos historiadores.

Em relação aos acontecimentos históricos envolvendo o Haiti e sua relação com o Brasil existem muitos documentos históricos, tanto manuscritos quanto impressos, que podem ser utilizados em sala de aula. A título de exemplo podemos citar a Declaração de Independência haitiana, de 1804.

No que diz respeito à relação entre o Brasil e o Haiti, podemos explorar alguns dos documentos que repercutiam o temor que os fatos revolucionários provocassem grande impacto em solo brasileiro, como na carta anônima endereça ao Governador de Armas:

Senhor Governador das Armas.

ALERTA. Uma pequena faísca faz um grande incêndio já foi lavrado. No jantar que deram nas Laranjeiras os ‘Mata Caiados’ se fizeram três saúdes: primeiro à extinção de tudo quanto é do Reino, e que chamam de ‘marotos’; a segunda a tudo quanto é branco do Brasil, a que chamam de ‘caiporas’; a terceira à igualdade de sangue e de direitos.

Que tal alerta e bem alerta.

Um menino irmão de outro bom menino, fez muitos elogios ao Rei do Haiti, e porque não o entendiam, falou mais claro: **São Domingos, o Grande São Domingos.**

Não houve manobra. Vossa Ex.^a tome cuidado. Os homens de bem confiam em Vossa Ex.^a. Só querem Religião, Trono e Sistema de Governo jurado no dia 6 de Junho.

Acudir enquanto é tempo.

Laranjeiras, 26 de junho de 1824.

Philioordinio.⁴³

Neste documento, o autor – que atende pelo apelido de ‘Philioordinio’- faz uma alerta ao Governador das Armas que alguns jovens ou ‘meninos’ estavam a conspirar contra o sistema de governo na medida em que expressavam em alto e bom som serem favoráveis às i-

⁴³ Fonte: Arquivo Nacional, IG (1), 105, fl.117-9. Citado por MOTT, Luiz R. B. Brancos, pardos e pretos em Sergipe: 1625-1630. Anais de História, 6: 139-84, 1974. Reproduzido em História: Questões & Debates, Curitiba, 3(4): 55-63, junho de 1982, p.61.

deias que emanavam da revolução de São Domingos. Em especial, estes ‘meninos’ – identificado como Rebouças – defendiam a igualdade racial e de direitos. Neste caso, o Rei do Haiti é tomado como exemplo de líder e o Haiti ou São Domingos como ideal de nação.

3.3.4. *O uso de imagens*

O uso pedagógico de imagens é evidenciado pelo menos desde o final do século XIX (Bittencourt, 1989, p.75). Tal valorização decorre de pelos menos dois atributos que a toda imagem carrega: o poder de convencer e o de comover. No primeiro caso, a ideia de que estas são um reflexo do real causam a impressão de evidência verdadeira; e no segundo caso sua capacidade de despertar sentimentos e emoções no receptor a torna altamente sedutora no propósito pelo qual foram criadas (Calado, 1994, p. 12-13).

De fato, durante muito tempo as imagens, em especial as gravuras e ilustrações, foram largamente utilizadas nos livros didáticos como uma forma de ilustrar os conteúdos. Neste caso, era como se estas imagens chancelassem os textos como uma espécie de prova do passado. Não se fazia qualquer análise destas produções, tais como quem eram seus autores, o contexto e intencionalidade com que foram produzidas, etc.

Contudo, assim como qualquer outra fonte histórica, as imagens precisam ser problematizadas. Conforme destaca o historiador Eduardo França Paiva,

A imagem, belo simulacro da realidade, não é a realidade histórica em si, mas traz porções dela, traços, aspectos, símbolos, representações, dimensões ocultas, perspectivas, induções, códigos, cores e formas nela cultivadas. Cabe a nós decodificar os ícones, torna-los inteligíveis o mais que pudermos, identificar seus filtros e, enfim, tomá-los como testemunhos que subsidiam a nossa versão do passado e do presente, ela também, plena de filtros contemporâneos, de vazios e de intencionalidades (Paiva, 2002, p.19).

Dessa forma, todos nós precisamos ser educados para a leitura das imagens que nos rodeiam. Para tanto, precisamos nos submeter ao tratamento metodológico para melhor compreendê-las:

Se as imagens nos rodeiam constantemente, ainda somos, porém, praticamente, analfabetos visuais, ou seja, sabemos entender o seu significado explícito, mas ainda estamos, em geral, pouco qualificados para ler os seus significados implícitos, causados, por exemplo, pela tensão entre forma e conteúdo. Acostumados à função puramente ilustrativa das imagens, nos esquecemos de que elas também são fontes de informação, que podem dizer muito sobre o imaginário da época em que foram confeccionadas, ou sobre o en-

tendimento que a sociedade, da qual o autor faz parte, tem sobre o assunto retratado. (Baldissera, 2010, P.248)

Cabe destacar que o conceito de imagem aqui adotado abrange diversos tipos de registros visuais, tais como a pintura, a charge, as fotografias, etc. Em relação à história haitiana, o que não faltam são imagens a retratar momentos importantes de sua História.

Figura 19



LOUVERTURE, Toussaint. Retrato do líder revolucionário

Disponível

em:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/3/32/G%C3%A9n%C3%A9ral_Toussaint_Louverture.jpg/360px-G%C3%A9n%C3%A9ral_Toussaint_Louverture.jpg Acesso: 24 jul. 2024

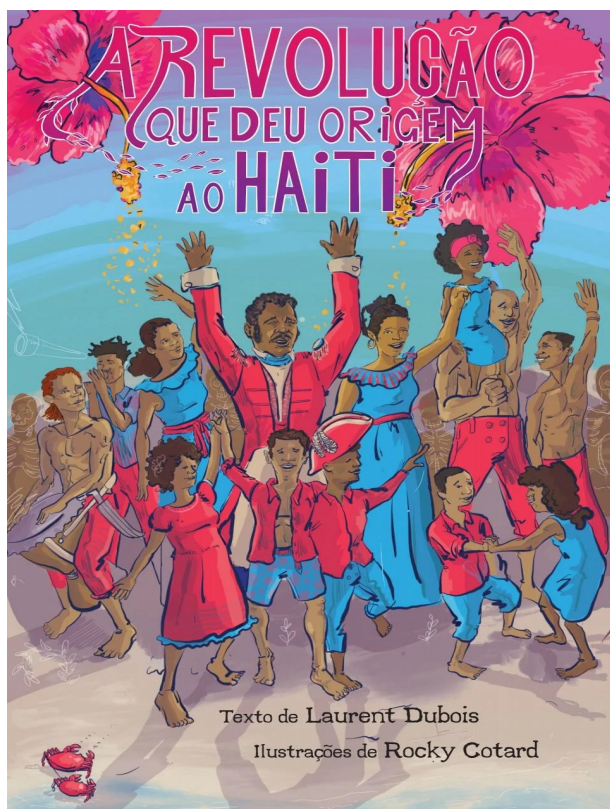
3.3.5. O uso de Quadrinhos

As histórias em quadrinhos fazem parte do universo infanto-juvenil há décadas e pelo menos desde os anos 1970 começaram a ser utilizados na educação, em diferentes disciplinas. Segundo o historiador Tulio Vilela, no caso da disciplina de História, os quadrinhos podem ser utilizados com diversas finalidades, a saber: a) para ilustrar ou fornecer uma ideia de aspectos da vida social de comunidades do passado; b) para serem lidos e estudados como registros de épocas em que foram produzidos; c) para serem utilizados como ponto de partida de discussões de conceitos importantes para a História (Vilela, 2010, pp. 110-111). Em todas

essas situações, há que se ter em mente que é necessário fazer um bom planejamento para que a leitura dos quadrinhos seja produtiva. Assim, é fundamental que o professor (a) procure investigar quem é (são) o autor (es); quando e onde a obra foi produzida; com que propósito a produção se deu; a quem se destina, etc.

Dentro da proposta de mostrar aos alunos como era a vida no Haiti à época da insurreição, uma excelente opção para o trabalho em sala de aula é a obra *A revolução que deu origem ao Haiti* (2020), escrita por Laurent Dubois e ilustrada por Rocky Cotard.⁴⁴

Figura 20



Dubois, Laurent. *A revolução que deu origem ao Haiti* - Capa da história em quadrinhos

Com uma linguagem simples e ilustrações vivas, a produção narra em imagens e palavras como era a vida dos escravizados trazidos da África para trabalhar forçosamente nas plantações de açúcar e café dos colonizadores franceses. Mostra que os escravos sempre resistiram à opressão dos senhores por meio de fugas e formação de quilombos. Sabendo aproveitar os ecos da Revolução Francesa (1789), os escravizados se organizaram e pouco a pouco

⁴⁴ Rocky Cotard é ilustrador e atua como professor na Universidade Lesley, localizado no Estado de Massachusetts, nos Estados Unidos. Laurent Dubois é professor na Universidade de Duke, também naquele país e é autor de vários livros sobre a história haitiana. A história em quadrinhos pode ser acessada on line em: <https://issuu.com/forumatduke/docs/haitian_revolution_por#google_vignette>. Acesso: 15 jul 2024

foram conquistando não só a abolição da escravidão como também a própria independência do Haiti.

Como sugestão para a elaboração de atividades, destacamos a recomendação de Tulio Vilela,

Ao se utilizar histórias em quadrinhos no ensino de História, é também interessante que os professores procurem propor e desenvolver diferentes tipos de atividade em sala de aula. Além de questões dissertativas e outras atividades envolvendo a leitura, interpretação e discussão de quadrinhos, o professor também pode estimular a produção de histórias em quadrinhos pelos alunos (Vilela, 2010, p.128).

Como se pode notar, existem muitas possibilidades para se explorar a linguagem dos quadrinhos, as quais vão desde a elaboração de questões interpretativas até a produção de histórias pelos próprios alunos. Neste último caso, e considerando que a familiaridade das novas gerações com as tecnologias digitais, é possível que os mesmos produzam as narrativas ou roteiro de forma virtual, utilizando plataformas como a *Storyboardthat*,⁴⁵ onde é possível selecionar personagens, cenários, etc.

3.3.6. O uso da literatura

Atualmente, a literatura é uma das fontes mais utilizadas pelos historiadores para a compreensão do passado. Conforme salienta o historiador Antônio Celso Ferreira,

nas últimas décadas os textos literários passaram a ser vistos pelos historiadores como materiais propícios a múltiplas leituras, especialmente por sua riqueza de significados para o entendimento do universo cultural dos valores sociais e das experiências subjetivas de homens e mulheres no tempo (Ferreira, 2011, p. 61).

Além disso, há que se destacar que “a história – entendida seja como desenrolar dos grandes acontecimentos da humanidade, seja como múltiplas experiências coletivas ou processos sociais no tempo – tem sido tema frequente nos enredos romanescos” (FERREIRA, 2011, p.75).

Este potencial da fonte literária também se aplica ao ensino, haja vista que a disciplina de literatura se faz presente em toda a educação básica:

⁴⁵< <https://www.storyboardthat.com/articles/education/teacher-resources>>

Dessa forma, o ensino de História pode utilizar a Literatura para discutir com os alunos como os autores literários constroem as representações de um passado (i)memorial ou mesmo de um futuro ficcional para dialogar com seu presente. Além disso é um meio para estudar os diferentes discursos apresentados num tempo, o erudito e o popular, o conservador e o progressista, o reacionário e o revolucionário. (Ferreira, 2011, p. 61).

Assim, é possível e até recomendável o desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar com os textos literários. Dentre as possibilidades proporcionadas pelos textos literários estão as diferentes percepções das dimensões temporais presentes nas produções e o estudo de aspectos da mentalidade de uma época. No caso do Haiti, encontramos algumas produções literárias que podem ser utilizadas com muita propriedade em sala de aula. Uma dessas obras é o romance *Bug-Jargal*, de autoria de Victor Hugo (1802-1885).⁴⁶

Figura 21

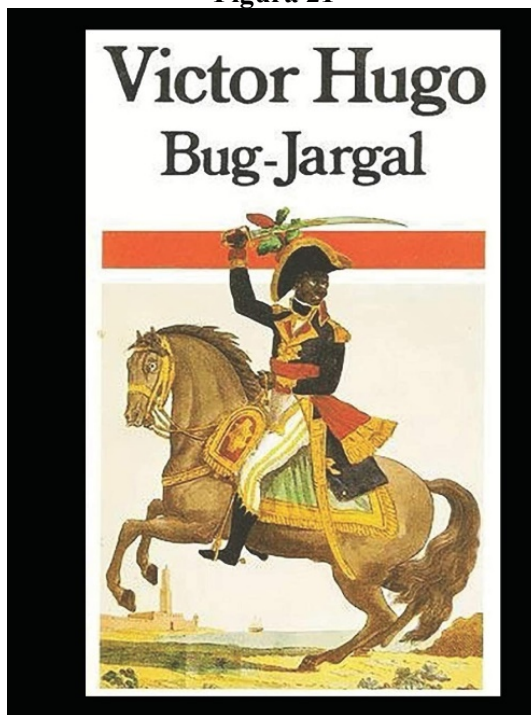


Foto divulgação/internet.

Publicado originalmente na França no ano de 1826, a obra narra os primórdios da insurreição dos escravos que culminou na grande revolução de 1791-1794. O então jovem escritor possuía 24 anos de idade e dava os primeiros passos em sua carreira. Nesta fase, sua visão de mundo se alinhava ao pensamento conservador, ao catolicismo e à monarquia – postura

⁴⁶ Victor Hugo foi um dos maiores escritores de seu tempo. Fortemente influenciado pelo romantismo, o escritor francês conciliou sua vida literária com a luta pelos direitos humanos. Dentre suas obras mais conhecidas estão: *Os Miseráveis* (1862), *Os trabalhadores do Mar* (1866) e *O homem que Ri* (1869).

bem diferente que passou a adotar na idade madura, quando se tornou um fervoroso defensor da República, da democracia e do abolicionismo. É dentro deste contexto que podemos compreender o romance *Bug-Jargal*. Na obra, Victor Hugo

representou os escravizados rebeldes do Haiti como seres cruéis e vingativos, tirando de jogo o papel dos senhores de escravos e dos traficantes de escravos dentro do sistema escravista e tornando os escravizados os únicos culpados pelo sistema que os violentou. Dessa forma, em sua juventude, Victor Hugo não via legitimidade na luta dos escravizados haitianos na sua luta por liberdade, mas, ao mesmo tempo, demonstrou em sua obra (de forma voluntária ou involuntária), que a violência pela qual os escravizados da ilha passaram justificava a revolta que foi construída. (Nascimento, 2023, p. 115).

Tal interpretação, que o autor matizaria ao longo da vida, contrasta com a recente historiografia acerca da revolução haitiana e segundo a qual a resistência dos escravizados foi fruto de astúcia e compreensão política (James, 2000). Se pensamos as possibilidades de uso do romance em sala de aula, podemos selecionar trechos da obra para que os alunos possam confrontar com passagens historiográficas que retratam o protagonismo e a consciência política dos escravizados, de modo a fazê-los refletir sobre as diferentes possibilidades de interpretação dos fatos históricos em questão.

Outra obra que também retrata os acontecimentos que precederam a independência haitiana é o romance *O reino deste mundo*, de Alejo Carpentier. A obra trata dos protagonistas esquecidos pela historiografia, apresentando uma história narrada do ponto de vista dos oprimidos, inaugurando assim uma tendência na literatura capaz de reverter a história contada pelo colonizador e reinterpretando o passado para construir uma visão mais compatível com a realidade latino-americana: “O Reino deste mundo inaugura essa tendência, inserindo a necessidade da história como parte do esforço de descolonização, que se realiza contra uma mentalidade perpetuada pelas elites locais” (Benevenuto, 2018).

Figura 22



Foto divulgação/internet

Representante do “realismo mágico”,⁴⁷ Alejo Carpentier,⁴⁸ no prefácio do romance compara o maravilhoso ocorrido em terras do Haiti com a pretensão da literatura européia em caracterizar o maravilhoso. Sua crítica parte de uma analogia, em que cita a literatura europeia apresentando um herói (no conto sexto do Maldonor) que, perseguido pela polícia, escapa metamorfoseando-se em diversos animais e fazendo uso de poderes para transportar-se para lugares distantes. Enquanto na América, que nunca foi escrito nada parecido, existiu Mackandal, dotado desses poderes fantásticos devido a fê de seus contemporâneos e seguidores.

Segundo Silvana Benevenuto, o livro narra o romance histórico por uma sucessão de fatos admiráveis ocorridos na ilha de São Domingos, respeitando a verdade histórica dos fatos, dos nomes dos personagens e incluindo novos. *O reino deste mundo* apresenta a história da revolta dos escravos no fim do século XVIII privilegiando a verdade dos negros escravos,

⁴⁷ Vertente literária que se caracteriza pela constante utilização de símbolos e de metáforas. Com relação ao enredo, utiliza-se de elementos mágicos e mirabolantes para dar ao texto o aspecto de alegoria. Essa forma de apresentar o texto contribuiu para burlar as censuras presentes em quase todos os países da América Latina.

⁴⁸ Alejo Carpentier, escritor cubano, autor do romance histórico *O reino deste mundo* (1949), que narra a história de uma ditadura libertadora dos negros do Haiti. Literatura que inaugura a tendência latino-americana em resgatar a história nativa dos povos americanos. O autor também estudou arquitetura, era músico de formação, escreveu poesia negra, participou de movimentos políticos esquerdistas contra a ditadura em Cuba, foi preso e, anos mais tarde, teve cargos de destaque no governo Fidel Castro. Dentre suas obras, temos: *Os passos pedidos* (1953), *Guerra do tempo* (1958), *O século das luzes* (1962), entre outras.

a verdade do cotidiano, do senso-comum em contrapartida a verdade imutável da razão positivista.

Assim, no primeiro capítulo, o autor narra uma ida do personagem Monsieur Lenorrand de Mezy, com seu escravo Ti Noel (personagem central) à barbearia, onde o escravo se diverte ao ver cabeças de cera com perucas expostas na estante, comparando-as com as cabeças de terneiro expostas no açougue. “Ti Noel se divertia pensando que ao lado das cabeças de terneiro descoradas, serviam-se, na toalha da mesma mesa, cabeças de brancos senhores” (Carpentier, p. 2 apud Benevenuto, 2018, p. 45). Dessa forma, podemos perceber que a história narrada sob o ponto de vista do escravizado possibilita o uso da ironia para ridicularizar aos europeus.

Outro personagem marcante é Mackandal, que tendo o trabalho de cuidar do gado, observa que estes não se alimentam de certas plantas e deduz que estas podem ser tóxicas. A partir desse conhecimento, planeja envenenar os brancos colonizadores. Para não ser capturado, passa a disfarçar-se, metamorfoseando-se em vários animais e insetos. Contudo, Mackandal é capturado e queimado vivo, mas a crença de que ele retornaria não morreu com ele e permaneceu viva nos corações e mentes dos escravizados. O próprio Ti Noel transmitia a seus filhos seus ensinamentos.

A guerra também é narrada sob a perspectiva dos cativos, tanto que o ataque aos senhores é planejado com um ritual a Ogum das armas, em que um porco é sacrificado e os lábios dos participantes são untados com o sangue do animal. Essa cerimônia é organizada pelo escravizado jamaicano Bouckman na floresta de Bois Caiman. Armados de paus e instrumentos de trabalho, os escravos cercam as casas dos feitores e gritam pedindo a morte dos seus amos.

Para conter a revolta, Paulina Bonaparte e seu esposo Leclerc são enviados para São Domingos. O narrador relata com ironia a postura de Paulina, a qual se envolve com o escravo Solimán; e que após a morte do marido passa a reverenciar as crenças e ritos mágicos dos negros. Os revolucionários acreditaram que venceram as tropas de Leclerc, pois os grandes Loas favoreceram as armas dos negros, ganhando as batalhas quem tivesse deuses guerreiros para invocar Ogum. Os nativos sabiam que o triunfo de Dessalines devia-se a intervenção de vários deuses.

Ti Noel torna-se um homem livre, mas a ambição de mulatos e de líderes como Henri Christophe acabaria por instalar uma nova escravidão. Na visão de Ti Noel, esta era pior que a dos franceses, pois era infinitamente mais doloroso receber uma paulada de um outro negro. Para não passar por nova escravidão, Ti Noel também passa a metamorfosear-se como o man-

dinga Mackandal, mas não é feliz nas suas escolhas e sofre o jugo por sua covardia, e conclui que no reino dos céus não há grandeza a conquistar. Mas, no reino deste mundo, o homem “esmagado pelo sofrimento e pelas tarefas, belo na sua miséria, capaz de amar em meio às calamidades, poderá encontrar sua grandeza, sua máxima medida” (Carpentier, p. 2 apud Benevenuto, 2018, p. 48).

Em relação aos procedimentos metodológicos para o trabalho com a literatura, destacamos que o primeiro passo é a escolha do texto a ser explorado. Neste caso, é fundamental que o professor (a) realize a leitura previa da obra de modo a determinar a que faixa etária a atividade será realizada. Também é por meio desta análise prévia que se poderá colher elementos para a criação de um roteiro de questões para que os alunos observem quando da realização da leitura da obra, como por exemplo os grupos sociais e os espaços geográficos retratados.

A importância da leitura e análise histórica desse tipo de literatura reside no fato que esta exerce uma força de resistência frente ao mundo cartesiano instrumentalizado, científico e capitalista, fazendo emergir o passado que havia sido silenciado pelas representações oficiais.

3.3.7. *O uso de mapas*

A utilização de mapas no ensino de História é uma prática que podemos considerar antiga. Eles estão presentes como suporte em praticamente todos livros didáticos, mas em geral são pouco trabalhados pelos professores (as):

Em grande medida, a bibliografia de ensino de história não discute o mapa como recurso didático, ainda que esse material esteja presente em grande parte dos livros didáticos; de tal modo que **o uso do mapa acaba por ilustrar uma conjuntura espacial do tema discutido**. No entanto, deve-se ressaltar que por trás do mapa há também uma conjuntura temporal que permeia uma dinâmica social, política e econômica, fundamentais para a construção do saber histórico escolar. (Pina, 2017, p. 02).

Contudo, devemos evitar que os mapas sejam vistos apenas como uma espécie de ilustração do conteúdo trabalhado. Isto porque os mapas carregam consigo elementos significativos para a compreensão dos movimentos de expansão territorial e do caráter dinâmico das fronteiras. Além disso, eles portam significados e representações acerca de como seus elaboradores viam o mundo em que habitavam. Os mapas contribuem de forma significativa para o aluno ampliar sua compreensão e capacidade de pensar o espaço, sua ocupação e as relações

históricas envolvidas nessa ocupação. “O mapa já era utilizado pelos homens das cavernas para expressar seus deslocamentos e registrar as informações quanto às possibilidades de caça, problemas de terreno, matas, rios, etc.” (Almeida & Passini, 1989, p. 16).

No Ensino Fundamental é importante que se aprenda a ler mapas e para isso é fundamental que o professor instrumentalize seus educandos a dominar a linguagem cartográfica, visto que este instrumento de comunicação visual é utilizado cotidianamente por leigos em consultas de roteiros para suas viagens, pontos turísticos, congestionamentos no trânsito ou rotas alternativas e na localização de imóveis para locação ou compra.

No espaço escolar, a leitura de mapas envolve etapas metodológicas que devem ser respeitadas para que a leitura seja mais eficaz. Assim, inicia-se pela observação do título, que nos permite saber qual espaço está sendo representado. Depois é preciso observar a legenda, a escala gráfica ou numérica exposta no mapa que possibilita o cálculo das distâncias a fim de estabelecer comparações ou interpretações. O desenvolvimento da noção de espaço e sua representação contribuem para o estabelecimento de noções espaciais abstratas e de localização geográfica, que para o ensino de História, são fundamentais para a compreensão das relações históricas entre diferentes povos e épocas distintas. De acordo com Rosângela Almeida & Elza Passini,

Nenhum espaço encontra-se isolado ou solto, mas integrado em espaços mais amplos, com os quais estabelece uma continuidade espacial, mantendo uma inter-relação social, humana e até de ordem natural (rios que nascem e percorrem espaços, o vento, o homem que trabalha e vive em espaços vizinhos ou não, tudo traz uma integração). Portanto o aluno deve perceber essa continuidade e integração agindo no espaço e mapeando-o. (Almeida & Passini, 1989, p. 59).

No caso da História do Haiti, consideramos fundamental o trabalho com os mapas por conta da frequente confusão acerca de sua localização geográfica. Boa parte das pessoas, incluindo as crianças e adolescentes, pensam que os haitianos são africanos; ou seja, que nasceram na África e que, por conseguinte, o Haiti é um país africano. Tal visão decorre sobretudo pelo fato destes possuírem a cor da pele escura, como na maior parte dos países africanos. Na verdade, a associação entre os haitianos e os africanos guarda raízes históricas, tendo a ver com a diáspora iniciada a partir do tráfico atlântico de escravizados para o continente americano. E é essa relação que precisa ser explicada aos alunos. Acreditamos que a realização de uma oficina de construção de mapas em muito contribuirá para desfazer os equívocos que ainda são muito comuns em nossa sociedade quando o assunto é o Haiti. Vejamos como fazer.

Com o auxílio de um retroprojetor, projete a figura dos mapas na parede. Calcule a dimensão (escalas) que cada mapa terá ao final da montagem. Em seguida, oriente os alunos – em equipes - a sobrepor o mapa com uma cartolina colorida ou uma folha de EVA. Em seguida, peça aos mesmos que recorte cada parte do mapa na cor selecionada para a posterior montagem das partes. Por fim, oriente-os a escrever ou colar as legendas correspondentes para que as informações mais relevantes sejam identificadas. Os mapas podem conter informações físicas, linguísticas, políticas, administrativas e culturais.

Figura 23



MAPA MUNDI

Disponível: <<https://www.istockphoto.com/br/vetor/silhueta-de-haiti-no-mapa-de-mundo-global-com-todos-os-continentes-europa-%C3%A1frica-gm1178533525-329432334>> Acesso: 15 jul. 2024

Ao final da oficina, estimule os alunos a apresentar os mapas para os demais colegas.

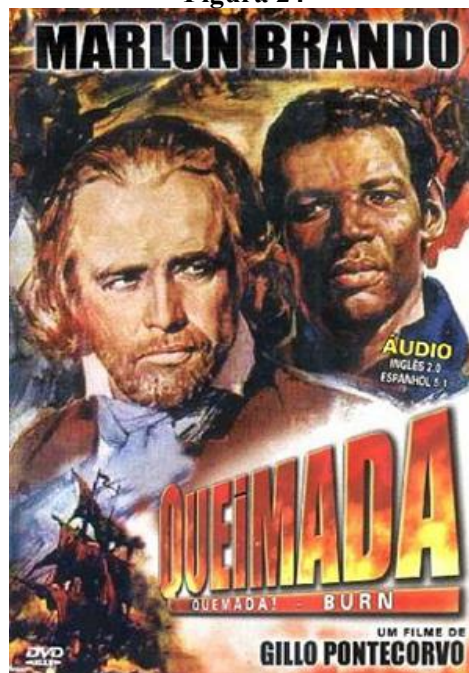
3.3.8. O uso de filmes e documentários

Assim como as outras linguagens mencionadas anteriormente, o cinema – aqui entendido como o campo de produções audiovisuais – vem sendo utilizado largamente nas escolas (Napolitano, 2005). Segundo o historiador Marcos Napolitano,

Trabalhar com o cinema em sala de aula é ajudar a escola a reencontrar a cultura ao mesmo tempo cotidiana e elevada, pois o cinema é o campo no qual a estética, o lazer, a ideologia e os valores sociais mais amplos são sintetizados numa mesma obra de arte. Assim, dos mais comerciais e descomprometidos aos mais sofisticados e “difíceis”, os filmes têm sempre alguma possibilidade para o trabalho escolar (Napolitano, 2005, p.11-12).

Em nossa pesquisa, encontramos algumas produções audiovisuais que versam sobre o Haiti tanto no passado como no tempo presente e que podem ser adaptadas para o uso em sala de aula. Uma primeira produção é o filme *Queimada* (1969),⁴⁹ protagonizado pelo ator Marlon Brando.

Figura 24



Cartaz do filme *Queimada*.
Foto divulgação/internet

A história narrada no filme retrata uma ilha fictícia no Caribe - “Queimada” - que está sob o domínio português no século XIX. O governo local faz uso de mão de obra escrava para a produção do açúcar para exportação. Para isso, administra a ilha com autoritarismo e os escravizados são tratados com crueldade com o objetivo de manter o controle do poder político e da produção da riqueza.

O governo britânico envia o aventureiro Willian Walker, interpretado por Marlon Brando, à ilha para fomentar rebeliões e derrubar o domínio português usando como estratégia a propagação do nacionalismo e a ideia de liberdade. Com habilidade e trapaças, Walker consegue colocar no poder um representante do povo oprimido, mas este, por falta de habilidade para governar e por não atender aos interesses dos empresários da monocultura açucareira inglesa, é substituído por administradores ingleses. Assim, os escravizados são obrigados a retornar ao trabalho nas condições anteriores à rebelião. Contudo, um grupo de rebeldes, estimulados pela ideia de liberdade, continuava a enfrentar os novos donos do poder, e após e

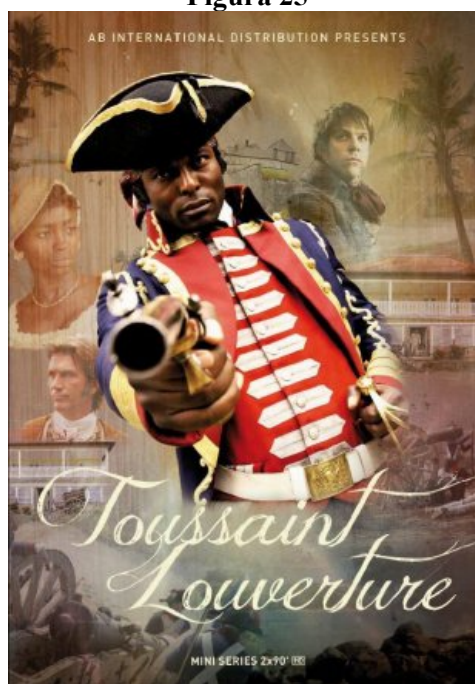
⁴⁹ https://www.youtube.com/watch?v=aCw5IO_7TMU

após 10 anos, Walker é novamente acionado pelos empresários das companhias açucareiras para encontrar e eliminar o líder que havia criado para derrubar o domínio português. Os conflitos estimulados entre os grupos locais, manipulados pelo imperialismo, levam o caos e a miséria à ilha, e o líder rebelde é capturado e morto.

Essa ficção traz muitos dos elementos da história do Haiti, mas em função das cenas de violência explícita e exposição de nudez de partes dos corpos, é preciso que o professor, ao utilizar essa fonte histórica, faça recortes e organize uma seleção de cenas para a comparação aos eventos históricos ocorridos no Haiti. Caso contrário, pode-se interpretar de forma equivocada e ampliar a visão eurocêntrica, racista e preconceituosa da população caribenha.

No gênero documentário, destaca-se a produção *Igualdade para todos: Toussaint Louverture e a revolução haitiana*, lançado em 2009. Em 2012 também foi lançada uma minissérie sobre a vida de Toussaint Louverture e o movimento de independência do Haiti, dirigida por Philippe Niang.

Figura 25



MINISSÉRIE, Toussaint Louverture
Fonte: divulgação/internet.

Exibida originalmente na França, essa minissérie normalmente é encontrada em francês com legenda em inglês - o que pode restringir o acesso aos alunos, haja vista que a grande maioria destes não possui o domínio desta língua estrangeira. Este é mais um dos desafios que temos que transpor para minimizar a ocultação da história haitiana e o processo de coloniza-

ção e imperialismo que o continente americano foi alvo. Uma saída para contornar esse obstáculo, é a edição de trechos da obra, a partir de cenas consideradas mais marcantes.

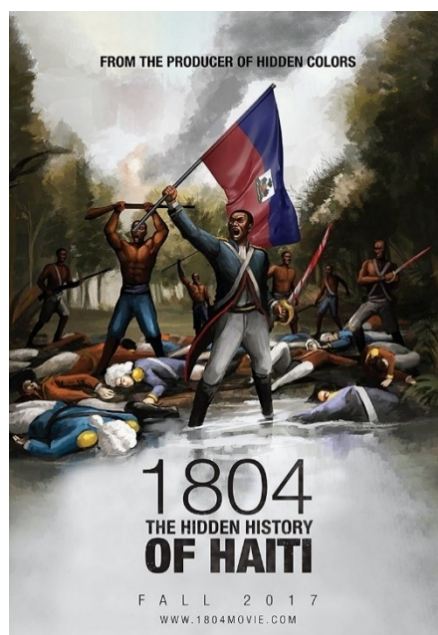
Outro documentário de destaque é *1804: A História Oculta do Haiti* (2017)⁵⁰, produzido pelo criador da série de filmes best-seller Hidden Colors, Tariq Nasheed. O filme aborda a trajetória dos quatro principais líderes do processo que culminou na independência do Haiti: Makandal, Dutty Bookman, Toussaint Louverture e Jean-Jacques Dessalines.

Legendado em português, o documentário está dividido em duas partes. Na primeira são abordadas as contribuições de Makandal e Bookman para a revolução haitiana, em especial as estratégias desses dois grandes líderes revolucionários para dar fim à escravidão. Makandal, como grande conhecedor das plantas, ensina essa arte aos irmãos escravizados com o objetivo de envenenar os colonizadores escravocratas e assim conquistar a liberdade. Dutty Bookman, segundo grande líder revolucionário, dá continuidade na luta pela liberdade, recorrendo à religião vodu como ponto agregador de um povo advindo de diferentes nações africanas e com diferentes culturas. Assim, em 1791, Bookman organiza um encontro de lideranças rebeldes em um pântano, onde durante uma cerimônia vodu, com o sacrifício de porco, são definidas as estratégias e a data do início da revolução.

Na segunda parte do documentário são apresentadas as contribuições de Toussaint Louverture e Jean-Jacques Dessalines para a revolução haitiana. Toussaint é apresentado como um grande estrategista e que acreditava na negociação como mecanismo de conquista de direitos, além da luta armada; enquanto Dessalines é apresentado como um líder cético frente às intenções de negociação dos colonizadores, defendendo a luta armada como única forma de conquista de direitos. Foi este último que, após a prisão e morte de Toussaint, derrotou o exército francês e declarou a independência do Haiti.

⁵⁰ Parte 1: <<https://www.youtube.com/watch?v=N1uPffHoDiGY&t=148s>> Acesso: 07 abr. 2024.
Parte 2: <<https://www.youtube.com/watch?v=SegFCUGtAI4>> Acesso: 07 abr. 2024.

Figura 26



1804: A História Oculta do Haiti
Fonte: divulgação/internet

Acerca da história recente do Haiti também existem diversas produções cinematográficas, as quais giram em torno de dois temas principais: o terremoto que devastou a ilha em 2010 e o processo migratório da população haitiana em busca de melhores condições de vida.

Lançado em 2022 pelo canal A&E, o documentário *Esperança na Fronteira* narra a travessia de milhares de haitianos em busca de reconstruírem suas vidas em outras nações. Contudo o documentário não é acessível por ser disponibilizado somente pelo canal por assinatura.

Figura 27



FOTOGRAFIA - Família de migrantes haitianos.
Fonte: divulgação/internet.

Outro documentário interessante é a produção brasileira *Travessia Brasil-Haiti*,⁵¹ de 2019. Produzido por João Pedro Braun e dirigido por Daniel Pereira, o filme de 1 hora e 7 minutos trata do recente ciclo da imigração haitiana para o interior brasileiro. Na primeira parte, o longa retrata o cotidiano dos haitianos em *La Source*, cidade próxima à capital do país. Na segunda parte a ênfase recai sobre a vida dos imigrantes em terras brasileiras, como destaque para a busca por trabalho, adaptação linguística e cultural, a luta contra o preconceito, etc.

Figura 28



Travessia Brasil-Haiti

Fonte: Cartaz divulgação/internet

As filmagens sobre os haitianos foram feitas no município paranaense de Pato Branco, município colonizado por descendentes de imigrantes europeus. Curiosamente, muitos dos descendentes destes imigrantes têm dificuldade em aceitar a imigração de outros povos, em especial, dos haitianos.

Os entrevistados relatam a dificuldade que os estrangeiros encontram no Brasil referente a língua, onde não são oferecidas condições apropriadas para o aprendizado. Também são relatados episódios de preconceito devido a cor da pele, sendo restringido o acesso ao

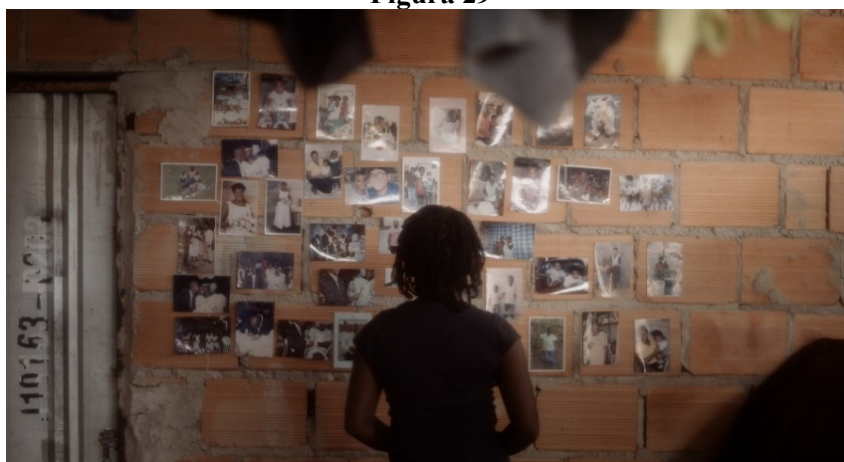
⁵¹ <<https://www.travessiabrasilhaiti.com/>> Acesso: 15 jul 2024

<<https://www.primevideo.com/detail/Travessia-Brasil-Haiti/0PHZBY0TW4CWT0PS16G00VRJBM>> Acesso: 15 jul 2024

trabalho formal sob a alegação destes serem considerados preguiçosos ou desinteressados no trabalho. São relatadas, inclusive, situações de agressões físicas devido ao preconceito racial e xenofobia. Mas também são relatadas situações de acolhimento e amparo, como a organização de aulas de Português organizadas por um padre local e o interesse de um médico anestesista em aprender o crioulo para poder se comunicar com as pacientes antes de procedimentos cirúrgicos.

Em suma, o documentário aborda situações que, em geral, são corriqueiras nas diversas cidades brasileiras que tem recebido imigrantes, refletindo as dificuldades cotidianas enfrentadas, tanto no sentido de preconceito e exclusão, como por outro lado, as dificuldades com relação ao acesso ao trabalho, saúde, educação, etc.

Figura 29



Cena de *Terremoto*⁵².

Fonte: Foto divulgação/internet

Com 26 minutos de duração, o filme de Gabriel Martins narra a vida da família de dois adolescentes que se viram forçados a mudar para o Brasil após o terremoto que vitimou fatalmente mais de 300 mil pessoas. O foco é justamente o processo de adaptação da família no novo país, mais especificamente na periferia de Contagem, Minas Gerais.

O curta pode utilizado em sala de aula para abordar diferentes temáticas em diferentes componentes curriculares, pois são apresentados diversos elementos como: migração e seus desafios, as dificuldades de adaptação em um novo país com relação à língua falada e escrita, a cultura local e principalmente o acesso ao trabalho formal que lhes garantirá o sustento e a permanência no país. A solidariedade e o amor ao próximo são elementos marcantes nas narrativas dos personagens, que mesmo tendo muito pouco, estão dispostos a ajudar quem mais precisa.

⁵² Documentário: <<https://portacurtas.org.br/filme/?name=terremoto>> Acesso: 15 jul 2024.

Como se pode notar, existem diversas produções audiovisuais que abordam a história haitiana, tanto no passado quanto no presente. Cabe ao professor (a) selecionar aquelas que melhor se adequem aos objetivos de suas turmas, levando em considerações os critérios e dicas disponíveis em diversas produções sobre o tema, como o livro *Como usar o cinema em sala de aula* (2003), do historiador Marcos Napolitano. Nesta obra, o autor chama a atenção para cuidados importantes como: assistir o filme antes de exibi-lo, evitando assim que cenas inadequadas sejam vistas pelos alunos; avaliar se o filme necessita de edição ou recortes; avaliar a classificação etária mais adequada à produção escolhida; elaboração de um roteiro de questões a serem observadas quando da assistência, etc.

Por fim, vale lembrar da advertência feita pelo historiador Elias Thomé Saliba quanto ao fato de que

é certo que hoje se admite que a imagem não ilustra e nem reproduz a realidade, ela a constrói a partir de uma linguagem própria que é produzida num dado contexto histórico. Todas as definições, mesmo as mais notáveis, tendem a retirar o filme do terreno das evidências – ele passa a ser visto como uma construção que, como tal, altera a realidade através de uma articulação entre a imagem, a palavra, o som e o movimento. Os vários elementos da confecção de um filme – a montagem, o enquadramento, os movimentos da câmera, a iluminação, a utilização da cor – são elementos estéticos que formam o que chamamos de linguagem cinematográfica (Saliba, 1997, p. 119).

Em suma, são muitas as possibilidades do trabalho com os diversos tipos de fontes históricas em sala de aula. Como procuramos demonstrar acima, o importante é que o professor (a) tenha ciência de que cada linguagem necessita de metodologias de leitura e interpretação próprias, as quais requerem a devida atenção na hora do planejamento. Foi o que tentamos fazer ao elaborarmos a Sequência Didática que está em anexo a esta dissertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a história o Haiti, uma história marcada pela luta do povo preto escravizado por liberdade, nos inspira na luta contra todas as formas de opressão que ainda pairam sobre nossa sociedade. A bravura de um povo que soube se unir, organizar e lutar até a morte por um objetivo deve ser continuamente lembrado para que as gerações presentes e vindouras tenham conhecimento das dificuldades enfrentadas, das conquistas efetivadas e das perdas ocasionadas ou fracassos sofridos ao longo do percurso. Oxalá que todos esses desafios sirvam de referencial para a compreensão de muitas das mazelas ou privilégios que ainda persiste na sociedade haitiana, assim como na nossa, que também passou por um processo de colonização e escravização dos povos africanos.

A realização do trabalho de pesquisa foi dividida em três capítulos, além da produção didática sobre a temática que visa contribuir com os colegas professores do Ensino Fundamental e até mesmo do Ensino Médio com textos, sugestão de materiais para aprofundamento e atividades para o cotidiano de sala de aula.

O primeiro capítulo apresentou uma panorâmica geral sobre a localização geográfica da região caribenha, sobre o início da colonização espanhola da ilha e posteriormente a ocupação francesa e o desenvolvimento da agricultura de exportação (plantation). Na sequência foi apresentado como ocorreu o tráfico negreiro transatlântico e as condições desumanas em que foram submetidos os trabalhadores nas colônias da América. A violência empregada em todo o processo de escravidão não conseguiu destruir a capacidade de organização, luta e coragem para enfrentar o sofrimento a que estavam submetidos os escravizados.

Ao longo dos séculos houve muitas formas resistências: fugas das plantações, rebeliões, denúncias de maus tratos, envenenamento de animais nas propriedades e finalmente no século XVIII o espírito revolucionário se espalhou com tamanha força e potência que foi incontrolável ao poderio colonizador. Assim, após três anos de árdua luta, em 1793, a França se viu forçada a decretar a emancipação de sua rica colônia.

A partir da emancipação os desafios continuaram e em 1781 Toussaint Louverture proclamou a constituição da primeira república negra da América. Em 1804, Dessalines proclama a Independência batizando a jovem nação de “Haiti”, nome de origem taino, povo nativo da região, e que trouxe consigo um significado amplo de negação ao colonialismo europeu nas Américas. Contudo, a emancipação e a Independência não foram suficientes para curar a

nação fundada sobre as cinzas da destruição após anos de insurreição e guerra, que enfraqueceram a agricultura e comprometeram duramente a economia do país.

Os anos de intensos conflitos deixaram cicatrizes profundas na sociedade haitiana. A grande perda humana nos tempos de guerra, os conflitos sociais de classe e cor, o poder militar sempre atuante e necessário nos tempos de insurreição, acabaram por moldar uma organização política que fragilizou qualquer impulso em direção à democracia. As práticas políticas autocráticas e militaristas e os conflitos sociais e raciais dos anos de revolução não se extinguiram com o passar dos anos, havendo pouca paz nos anos posteriores à independência. Além dos problemas internos, o Haiti teve de enfrentar no percurso de sua trajetória enquanto nação, a negação ou o não reconhecimento pelas demais nações de sua independência e ainda sofrer dos constantes ataques a sua soberania: como a invasão de seu território pelos EUA e a interferência em sua organização social e política e em sua economia, sendo extorquida pela França para o reconhecimento de sua Independência.

O Haiti na atualidade é reflexo de todo o contexto histórico a que foi submetido, subjugado pelo colonialismo e ao que o povo haitiano escreveu nos anos de luta por dignidade e liberdade. Além disso, há que se mencionar as tragédias naturais que teve de enfrentar. Assim, o exemplo do Haiti pode ser analisado pelo viés da violência, sofrimento e morte, mas também pode ser visto como possibilidade de emancipação, liberdade, coletividade e luta por justiça social.

No segundo capítulo abordamos as relações históricas entre a Revolução Haitiana e sua influência no ideário escravocrata brasileiro e nos ideais de liberdade dos escravizados de nosso país. Buscamos assim estabelecer conexões que ligam essas duas nações - relatos de jornais, cartas, textos impressos, obras traduzidas, - documentos preservados que deixaram suas marcas para a posteridade. Somado a isso, os episódios revolucionários ocorridos no Brasil colônia e durante o Império. Os episódios que ilustram o elevado grau de conhecimento no Brasil dos acontecimentos no Haiti são as inúmeras revoltas negras ocorridas no Nordeste brasileiro, especialmente as ocorridas na Bahia, como a Revolta dos Malês ocorrida em 1835.

Outro episódio que demonstra o conhecimento e a admiração de militares negros da capital da colônia sobre a revolução do Haiti ocorreu em 1805 - somente um ano após a Proclamação da Independência por Dessalines, - quando o Ouvidor do Crime mandou arrancar do peito de alguns crioulos forros, que trabalhavam na Milícia do Rio de Janeiro, o retrato de Dessalines.

A possibilidade de ocorrer uma revolução aos moldes da haitiana pairava sobre o imaginário da aristocracia escravocrata brasileira. Esse medo traduziu-se no que foi nominado

como haitianismo e que permeou a sociedade no Brasil Império. Assim, para além do campo revolucionário, os líderes da Revolução Haitiana foram uma inspiração para os escravos das Américas e para as pessoas de ascendência africana e por outro lado representavam um peso para muitos proprietários e senhores de escravos.

No terceiro capítulo discutimos a respeito da importância do livro didático, sua formulação, escolha e distribuição na rede de ensino do Brasil. Durante a pesquisa sobre os livros didáticos constatamos as inúmeras dificuldades encontradas para a formulação de uma obra que atenda a expectativa de professores e alunos e ao mesmo tempo contemple a concepção de educação proposta nas diretrizes curriculares.

São inúmeros os desafios na construção de uma obra didática, pois existem diversos elementos que devem ser levados em conta ao realizar tal tarefa, tais como as questões ligadas à propriedade literária e à aquisição dos direitos de reprodução; as condições regulamentares, técnicas e econômicas; os custos de produção; além da compreensão de que esse material pode exercer influência na formação das mentalidades, etc.

Com relação aos livros de História, as críticas lançadas apontam para deficiências de conteúdo, lacunas e erros conceituais ou informativos, pois se acredita que o livro didático possa ser capaz de solucionar muitos dos problemas do ensino. No entanto é preciso compreender que o livro didático possui vantagens e desvantagens, como qualquer outro material dessa natureza. O livro didático pode contribuir no processo ensino-aprendizagem desempenhando um papel efetivo no processo educativo como um importante instrumento de trabalho de professores e alunos, visto que uma excelente aula pode ser realizada a partir de qualquer tipo de obra.

Para finalizar a pesquisa, analisamos o conteúdo sobre a Revolução e Independência do Haiti na obra didática de História do Ensino Fundamental - *História Sociedade & Cidadania* - pertencente ao PNLD de 2020 – 2023, de autoria de Alfredo Boulos Júnior. Na referida obra o autor apresenta textos informativos com uma abordagem significativa e coerente sobre a temática e acrescenta informações complementares no manual do professor, tais como sugestões de artigos, vídeos, documentários e propostas de respostas as questões que são subjetivas nas atividades de fixação dos conteúdos, contribuindo assim para a efetivação de um trabalho de qualidade em sala de aula.

Após a análise da obra didática, propomos uma Sequência Didática como “Produto final” que tem como objetivo contribuir para minimizar o processo de apagamento histórico da Revolução do Haiti que foi abordado no segundo capítulo e auxiliar os colegas professores da área o acesso a um material de apoio ao elaborar suas aulas.

A Sequência Didática foi construída com diversos textos elaborados a partir dos três capítulos da dissertação, acrescida de sugestões de atividades e links de acesso a outros materiais de apoio, como: vídeos, filmes, documentários e textos. Dessa forma acredito que esse material possa contribuir para ampliar o acesso ao conteúdo sobre a Revolução Haitiana, sua Independência e o processo histórico de construção da Nação e dos desafios enfrentados até a atualidade.

REFERÊNCIAS

- ABUD, K. M. ; ALVES, R. C. ; SILVA, A. Ch.de M. . Ensino de História. 1.^a ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. v. 1.
- ALMEIDA, Rosângela & PASSINI Elza. O espaço geográfico: ensino e representação. São Paulo: Contexto, 1989.
- ALVERNE, Frei Francisco do Monte. Obras Oratorias. Rio de Janeiro: Laemmert, 1854, t. III, p. 158-159.
- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. Haiti: dois séculos de História. São Paulo: Alameda, 2019.
- BALDISSERA, José Alberto. Imagem e construção do conhecimento histórico. In: BARROSO, Vera Lúcia Maciel. Ensino de História: desafios contemporâneos. Porto Alegre: EST: EXCLAMAÇÃO: ANPUH/RS, 2010.
- BARROS, José D' Assumpção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BHABHA, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BENEVENUTO, Silvana. O REINO DESTE MUNDO: A história do ponto de vista dos oprimidos. Baleia na Rede. Revista online do Grupo de Pesquisa e Estudos em cinema e Literatura. 2018. ISSN: 1808-843
- BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1993.
- _____. Ensino de História: fundamentos e métodos. 4^a Ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.
- _____. O saber histórico na sala de aula. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998. (Repensando o ensino)
- BLACKBURN, Robin. A queda do escravismo colonial, 1776-1848. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- BLOCH, Marc L. B. Apologia da História ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOULOS, Júnior Alfredo. *História Sociedade & Cidadania: 8º ano: ensino fundamental: anos finais*. 4^a edição. São Paulo, FTD, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. PCN+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas Tecnologias: His-

tória. Brasília: SEB, 2002. p. 71-72. IX D2-HIS-F2-2055-V8-GERAL-MP-G20_P1.indd 9 11/16/18 6:43 PM

BRITO, E. Z. C. de B. O Haiti era lá, aqui e acolá. Os discursos sobre a escravidão no século XIX. In: ALMEIDA, J. de & CABRERA, O. (Orgs). Caribe: Sintonias e Dissonâncias. Goiânia: Centro de Estudos do Caribe no Brasil, 2004.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: EdUnesp, 1992

CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. Obras Políticas e Literárias. In: MELO, Antônio Joaquim de (org.). Recife: Typografia Mercantil, 1875 {ed. fac-similar, Recife, 1872}.

CARDOSO, Ciro F. S. e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2001.

CASTRO, C.; MARQUES, A. (2019) *Missão Haiti: A visão dos Force Comamanders*. Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 75-114.

CAVALCANTI, L., Oliveira, A.T., & Macêdo, M.F.R. (2020). Imigração e refúgio no Brasil. Relatório anual 2020. (Série Migrações). Brasília: OBMigra/MJSP. Recuperado de https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa/ Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

_____. “O Mundo Como Representação” In: *Estudos Avançados*, USP, São Paulo, vol. 11, n. 5, 1991.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. In: *Revista História da Educação*. Pelotas: ASPHE/FaE/UFPel, 2002.

DUBOIS, Laurent. *Os vingadores do Novo Mundo: a história da Revolução Haitiana*. Rio de Janeiro: Eduff, 2022.

DE PRADT, Abbé. *Des colonies et de la revolution actuelle de l’Amérique*. Paris: Becet/Agron, 1817, v.I

_____. *Des colonies et de la revolution actuelle de l’Amérique*. Paris: Becet/Agron, 1818, v.II

DRESCHER, Seymour. *Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo*. São Paulo: Unesp, 2011.

FERREIRA, Antônio Celso. “A fonte fecunda”. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 61-92.

- FONSECA, Selva Guimarães. “A incorporação de diferentes linguagens”. In: DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO DE HISTÓRIA. Campinas: Papyrus, 2003, pp. 163-240.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Antiquidade clássica: a história e a cultura a partir dos documentos. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- GILROY, P. O Atlântico negro: Modernidade e dupla consciência. São Paulo, Editora 34, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- GINSBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOMES, F. e LIBANEO, C. E. Sedições, Haitianismos e conexões no Brasil: outras margens do Atlântico negro. Revista Novos Estudos Cebrap, nº 63, São Paulo, Julho de 2002.
- GRÉGOIRE, Abbé Henri. De la littérature des Nègres. Paris: Maradan Libraire, 1808, G.
 _____ 2 Cartas do abbade Grégoire, antigo Bispo de Blois, escriptas ao Monsenhor Miranda pedindo-lhe, em huma dellas, notícias biographicas de escriptores pretos e pardos. Arquivo nacional (RJ) – Diversos SDH – Cx 1226, Pac 2, doc. 24
- GRONDIN, Marcelo. Haiti: cultura, poder e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GRUNER, Eduardo. Huellas y legados de la esclavitud en las Américas. Proyecto Unesco La Ruta del Esclavo. Argentina: Marisa Pineau, 2012.
- HALL, Stuart. Da diáspora: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- SUDHIR, Hazareesingh. O maior revolucionário das Américas: a vida épica de Toussaint Louverture. Tradução Berilo Vargas. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
 _____ . A era das revoluções. 44ª Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2020.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais. Brasília, DF, 2012. Disponível em: . Acesso em: 21 out. 2018.
- JAMES, C. L. R. Os jacobinos negros. *Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- JEREMY D. Popkin: “Uma revolução racial em perspectiva – relatos de testemunhas oculares da Insurreição do Haiti” in *Varia hist.* Vol.24 no.39 Belo Horizonte Jan./June 2008.
- KARASAWA, Tomitarô. kyôkasho no rekishi - kyôkasho to nihonjin no keisei [História dos manuais escolares - os manuais escolares e a "formação" dos japoneses). Tokyo : Sôbusha, 1956. 882p.

LAS CASAS, F. B. *O Paraíso Destruído: A Sangrenta História da Conquista da América Espanhola*. Tradução de Heraldo Barbuy. Porto Alegre: L&PM, 2011.

LUCIEN Fevre, *Combates pela História I*, Lisboa, Editorial Presença, s. d., p. 31. Apud

MARQUES, Pâmela Marconatto. *Narrando Revoluções com os Pés no Haiti: A Revolução haitiana por Michel-Rolph Trouillot e outros intelectuais caribenhos*. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, vol.11 Nº 3, 2017.

MARTINS, Dayqueline Cortez Gomes. *Haiti no contexto regional e geopolítico: uma abordagem sobre os desafios para a (re)construção do Estado Nacional e a Minustah (2017)*. Dissertação (Mestrado) – UNILA Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Foz do Iguaçu, PR, 2019.

MOREL, Marco. *O Haiti não foi aqui*. *Revista Nossa História*, ano 1, nº 11, Setembro de 2004.

_____. *A Revolução do Haiti e o Brasil escravista: o que não deve ser dito*. Jundiá: Paco, 2017.

MOTT, L. R. B. *A revolução dos negros do Haiti e o Brasil*. *História: Questões e Debates*, 3(4), p. 55-63, 1982.

MUNIKATA, Kazume. *O livro didático e o professor: entre a ortodoxia e a apropriação*. In: *Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro, FAPERJ: Mauad X, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema em sala de aula*. 2ª Ed. São Paulo, Contexto, 2005.

NASCIMENTO, Ana Clara de Faria. *“Victor Hugo e o Haiti: O Protagonismo dos escravizados na Revolução Haitiana nas páginas do Romance ‘Bug-Jargal’ (1826)”*. – Uberlândia, 2023.

NASCIMENTO, André José. *Os escravizados e a luta pela liberdade no recife oitocentista*. *Revista Rural & Urbano*. Recife. v. 04, n. 02, p. 48-59, 2019. ISSN: 2525-6092

NAZÁRIO, Lorraine Janis Vieira dos Santos. *A lei e os livros: transformações na produção didática de História após a Lei 10.639/03 (Dissertação de Mestrado do ProfHistória)*. São Gonçalo: UERG, 2016.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coord.). *História: ensino fundamental*. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica, 2010.(Explorando o ensino, v. 21).

PESTANA, Maria Inês Gomes de Sá et al. *Matrizes curriculares de referência para o Saeb*. 2. ed. rev. ampl. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999.

PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (org.) *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

PRICE-MARS, Jean. *La República de Haití y la República Dominicana*. Bibliófilos, Santo Domingo, 2000

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

REIS, João. José. “Nós achamos em campo a tratar da liberdade”: a resistência negra no Brasil oitocentista. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org). *Viagem incompleta. A experiência Brasileira (1500-2000)*. 2ª edição. São Paulo: Editora SENAC. São Paulo, 2000.

_____. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REVISTA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE AS AMÉRICAS VOL.11 Nº 3, 2017 137
DOI: 10.21057/10.21057/repamv%vn%i.%Y.27306 Recebido: 03-10-2017 Aprovado: 28-11-2017 Narrando Revoluções com os Pés no Haiti: A Revolução haitiana por Michel-Rolph Trouillot e outros intelectuais caribenhos Pâmela Marconatto Marques1

Roca, Helenice; Reznik, Luís; Magalhães, Marcelo. (Orgs). *Livro de didática de História: entre políticas e narrativas*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2017.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora, CAINELLI, Marlene. “As fontes lúdicas e o ensino de História”. In: *ENSINAR HISTÓRIA*. São Paulo, Scpione, 2004 pp. 89 - 110

SEIXAS, D. Romualdo Antonio. Discurso sobre o Tratado para a abolição do tráfico da escravatura, 5 de julho de 1827. In: *Collecção das obras do Exceletíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Romualdo Antonio Seixas*. Pernambuco: Typographia de Santos & Companhia, 1839, t. III, p. 75-85.

STAUDT, Taíse. *Rompendo os Silenciamentos Coloniais no Ensino de História: a Revolução Haitiana a partir dos Quadrinhos “A Revolução que deu Origem ao Haiti” de Laurent Dubois e Rocky Cotard*. 2022. Artigo de Especialização em Ensino de História e América Latina, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022. Disponível em <http://dspace.unila.edu.br/123456789/6724>

THIBAU, Jacques. *Le temps de Saint-Domingue. L’esclave et la Révolution Française*. Paris: Éditions Jean-Claude Lattès, 1989.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TROUILLOT, Michel-Polph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Curitiba, Huya, 2016.

WERLANG, M.T. (2021). *A presença cultural dos imigrantes haitianos, a partir de 2010, na cidade de Cascavel – PR*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Estadual do Oeste do Paraná UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, PT, Brasil. Recuperado de <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5516>.

VILELA, Tulio. “ Os quadrinhos na aula de História” In: RAMA, Angela; VERGUEIRO, Waldomiro (Orgs.). *Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

VOVELLE, Michel. Breve História da Revolução francesa. Lisboa: Ed. Presença, 1994.

ZABALA, A. A Prática Educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.